

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHI/UFU

Salomão Caique Dal Ri Ignacio

Jogos de forças impressos:

Os mundos do trabalho carioca nas folhas d’*O Malho* (1903 – 1906)

Uberlândia/MG

2026

Salomão Caique Dal Ri Ignacio

Jogos de forças impressos:

Os mundos do trabalho carioca nas folhas d'*O Malho* (1903 – 1906)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História

Linha de Pesquisa: Práticas Culturais e Relações de Poder.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Daniela Magalhães da Silveira

Uberlândia, 24 de agosto de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Daniela Magalhães da Silveira (INHIS – UFU)

Prof. Dr. Paulo Cruz Terra (IHT – UFF)

Prof.^a Dr.^a Renata Figueiredo Moraes (DHIS – UERJ)

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

I24
2026

Ignacio, Salomão Caique Dal Ri, 2001-
Jogos de forças impressos: [recurso eletrônico] : Os mundos do
trabalho carioca nas folhas d'O Malho (1903 – 1906) / Salomão
Caique Dal Ri Ignacio. - 2026.

Orientadora: Daniela Magalhães da Silveira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.666>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História. I. Silveira, Daniela Magalhães da, 1980-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em História.
III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 51, PPGHI				
Data:	Vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis	Hora de início:	10:00	Hora de encerramento:	13:00
Matrícula do Discente:	12412HIS022				
Nome do Discente:	Salomão Caique Dal Ri Ignacio				
Título do Trabalho:	Jogos de forças impressos: Os mundos do trabalho carioca nas folhas d'O Malho (1903-1906)				
Área de concentração:	História, Cultura e Poder				
Linha de pesquisa:	Práticas Culturais e Relações de Poder				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Perfeitas, bem relacionadas e com preços razoáveis: a especialização profissional das mulheres pobres trabalhadoras na virada do século XIX para o XX				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Renata Figueiredo Moraes - UERJ; Paulo Cruz Terra - UFU; Daniela Magalhães da Silveira orientadora do candidato.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Daniela Magalhães da Silveira, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Magalhães da Silveira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/08/2026, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Figueiredo Moraes, Usuário Externo**, em 24/08/2026, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cruz Terra, Usuário Externo**, em 24/08/2026, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7536690** e o código CRC **E216269F**.

Referência: Processo nº 23117.051301/2026-37

SEI nº 7536690

RESUMO

Este estudo analisa quais são as principais imagens dos mundos do trabalho carioca repercutidas na revista ilustrada *O Malho* entre os anos de 1903 e 1906. Tomando como ponto de partida o conceito de “revista-crônica”, a investigação é realizada a partir do cotejamento com a imprensa diária e, com isso, teremos em tela os movimentos de retrospectiva e prospectiva operados na revista em relação à temática operária. Apoiada na bibliografia da História Social do Trabalho e da Cultura, a pesquisa examina em conjunto as comemorações do 1º e do 13 de Maio, assim como as atividades voltadas ao lazer operário e às centenas de greves daqueles anos. Ao fim e ao cabo, joga-se luz à forma como os dirigentes e jornalistas do semanário comentavam essas e outras manifestações protagonizadas por trabalhadoras e trabalhadores de perfis diversos do pós-abolição brasileiro.

Palavras-chave: Mundos do Trabalho, Imprensa Ilustrada, Festas, Greves.

ABSTRACT

This study examines the main representations of the worlds of labor in Rio de Janeiro circulating in the illustrated magazine *O Malho* between 1903 and 1906. Grounded in the concept of the “chronicle-magazine” (*revista-crônica*), the investigation is conducted through the systematic collation with the daily press, thereby illuminating the retrospective and prospective dynamics deployed by the periodical regarding working-class themes. Informed by the historiography of the Social History of Labor and Culture, this research jointly examines the celebrations of May 1st and May 13th, as well as working-class leisure practices and the hundreds of strikes that occurred during those years. Ultimately, it sheds light on the ways in which the weekly’s editors and journalists framed and mediated these and other public demonstrations carried out by diverse working men and women in post-Abolition Brazil.

Keywords: Worlds of Labor, Illustrated Press, Celebrations, Strikes.

Para os meus pais, hoje e sempre: Dulcila Dal Ri e Rogério Ignacio.

Agradecimentos

A trajetória desta pesquisa foi cruzada por um incontável número de trabalhadoras e trabalhadores que, direta e indiretamente, contribuíram com cada uma das linhas da presente dissertação. Dentre elas, é preciso começar pela mais importante, a minha mãe, Dulcila Joana Dal Ri Ignacio. As pessoas que fazem parte do meu convívio pessoal têm plena noção do amor, companheirismo, confiança e cuidado que circunda a relação entre minha mãe e eu. Incessante trabalhadora, ao desembarcar em Ribeirão Preto na década de 1980 com sua irmã Maria de Fátima, encarou a cidade com uma força e coragem que talvez eu não teria. Frequentava um cursinho pré-vestibular pela manhã e o balcão de lojas de shopping à tarde e à noite. Impossibilitada de entrar em uma universidade pública como almejava, em uma época em que as cadeiras acadêmicas eram ainda mais elitizadas do que hoje, se formou biomédica em uma instituição privada da cidade. A sua vida na faculdade continuou sendo cruzada pela necessidade de trabalhar, afinal, tinha que pagar seus estudos, aluguel, alimentação e afins. Seus dias eram longos, cansativos e apertados. Por vezes, comia ou pagava a passagem do ônibus. Formada, enfim, trabalhava simultaneamente em diversos laboratórios da cidade. O salário sempre foi baixo, logo, tinha de assumir entre dois e três empregos.

Com o meu nascimento, ainda com poucos meses de vida, só podia me encontrar no final do dia. Me pegava no berço lá pelas dez da noite e em seus braços eu me abrigava, ouvindo o seu cantar e sentindo o seu calor. Comecei a ter noção do seu esforço quando eu ainda era criança e me deparava com sua despedida para ir trabalhar no período noturno. Por vezes estive embaixo de sua mesa de trabalho esperando para irmos embora. Mesmo criança, nunca me escondeu nada e, como fazemos até hoje, escrevíamos em um caderno as contas do mês e o saldo sempre era negativo. Em paralelo a tudo isso e outras tantas preocupações, estudou e passou em um concurso público para trabalhar no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. A luta continuou e, entre desafios que só nós sabemos, conquistou sua aposentadoria em 2016. Parou de trabalhar? Não. Diariamente, acorda às quatro horas da manhã e às seis assume seu posto no hospital. Não tenho dúvida alguma de que o motivo de continuar trabalhando sou eu e tudo que sonhamos juntos para meu futuro.

Para além de narrar, é preciso quantificar. A pesquisa foi realizada sem o financiamento de agências de fomento e, diferente de minha mãe, tive o privilégio de me formar historiador e mestre sem trabalhar com outras atividades. A conta básica é simples e, se somarmos vinte e quatro meses de bolsa de mestrado, temos um montante de R\$ 50.800,00 – garanto que o investimento foi bem maior que esse. As incansáveis horas na biblioteca, investidas na leitura

da bibliografia e das fontes da pesquisa, as reuniões do grupo de estudo e as viagens só foram possíveis por todo seu apoio e amor. Nunca me questionou, só incentivou. O rigor que eu sempre busquei colocar em minhas produções acadêmicas desde o primeiro semestre da faculdade busca fazer valer a sua trajetória até aqui. Obrigado por confiar em mim, mãe. Ao seu lado sempre estarei. Para vida toda seremos um corpo só!

Como é possível compreender, a educação e os estudos foram peças-chave deste cenário, oportunidade não alcançada por meu pai. Menino negro que, com seis anos, migrou das carteiras da escola para as ruas da cidade, Rogério da Silva Ignacio começou sua vida no trabalho ainda na infância. A cena corriqueira de uma criança vendendo doce pela cidade um dia teve como ator principal o meu pai que, por vezes, esperava do lado de fora dos colégios elitizados da cidade a sua clientela: meninas e meninos de sua idade. Ao mesmo tempo, precocemente inserido no mundo adulto, lidava com uma série de situações e perigos inapropriadas à sua idade. Forjou-se nas ruas. Lutou nelas. Sobreviveu a elas. Neste caso, o não estudo forçado fez com que meu pai se juntasse ao coro de minha mãe no incentivo à minha qualificação. Foi ele quem escolheu o colégio em que estudei por treze anos e poderia ver, enfim, seu filho frequentando um espaço negado a ele a vida toda. Dele, guardo todos os ensinamentos de sua experiência de quase meio século indo e vindo pelas ruas da conservadora Ribeirão Preto. A ele recorro quando o problema me paralisa. Nele busco a segurança que só seu passado pode me oferecer. Obrigado, pai, e fique tranquilo que sempre tomarei cuidado com a rua.

Dado o histórico, mesmo antes de ingressar na universidade, eu já tinha em mente fazer pesquisa e, já no curso de História, precisava me encontrar na imensidão de possibilidades na minha frente. Era pandemia e, felizmente, tomei conhecimento de uma disciplina optativa ofertada no instituto que congregaria História do Brasil Império, imprensa e literatura. A professora? Daniela Magalhães da Silveira, a mesma que coordenava o Grupo de Estudos Literatura e Imprensa no Brasil. Foi aí que tudo começou, anos atrás. Não poderia ter encontrado orientadora e espaço de pesquisa melhor. Lembro-me até hoje da primeira vez que abri um jornal na Hemeroteca Digital em busca de um tema de pesquisa. Dos primeiros livros que comprei (foram do Sidney rs...) e, especificamente, da reunião do grupo de estudos em que debatíamos um artigo de Magali Engel sobre moradia no Rio de Janeiro. Eu estava fascinado e verdadeiramente feliz por estar fazendo parte daquele universo regido por Daniela.

Ela, como poucos, leva a sério o seu trabalho como orientadora e se mostra presente e atenta às demandas de seus alunos. Com ela, sempre tive certeza de que meus textos eram lidos

e corrigidos com o devido rigor para que, pouco a pouco, eu me encontrasse naquilo que estava fazendo. Daniela é especialista na arte de orientação e, com sua sensibilidade apurada, sempre soube o momento certo de sentar-se ao meu lado e apontar possíveis caminhos, assim como o de se afastar e incentivar minha autonomia. Colhemos frutos de tudo isso nas pesquisas realizadas, premiação e inúmeras discussões de textos e fontes ao longo desses anos. Fosse *online*, nas salas da universidade ou nos almoços em sua casa, Dani sempre me ensinou a partir de um espaço acolhedor e de respeito, o qual me formou como pesquisador e pessoa. Gratidão, Dani, pelo rigor, atenção e as inúmeras risadas que fizeram parte da trilha sonora de nossa jornada.

Neste rumo, preciso agradecer a mais dois professores importantes em minha jornada. A primeira é a professora Ana Flávia Cernic Ramos, pessoa que mais leu meus textos depois de Daniela. Fosse na graduação ou na pós, a leitura atenta de Ana Flávia aos meus trabalhos para as disciplinas em que ela era docente foi de grande valia para o amadurecimento de minhas questões. O segundo é o Vitor Queiroz Santos, figura inspiradora tanto em sala de aula como na trajetória acadêmica. Meu professor de História do nono ao terceiro colegial, Vitor, dividiu comigo seu início no mestrado, me levou a evento acadêmico na USP – RP, assim como me mandou uma das primeiras versões daquilo que seria sua tese. Tudo isso para um Salomão que ainda estava longe de entrar na universidade. Hoje, tenho o prazer e a felicidade de dizer que trabalho com ele, oportunidade de aprender cada vez mais com um dos principais incentivadores da minha trajetória até aqui.

Tenho o privilégio de ter por perto um número razoável de amigas e amigos com os quais dividi angústias e risadas ao longo deste processo de mestrado. Seja morando sob o mesmo teto ou em sala de aula, mesas de restaurante e academias, todo o estresse era revertido em calma e felicidade. Samuel Neto, pessoa com quem moro desde meu primeiro dia em Uberlândia, agradeço por todo carinho e dedicação à nossa amizade e moradia. De longe, é um dos amigos que mais vi trabalhar ao longo desses anos todos e sempre comemorarei com você suas novas conquistas. Sempre foi um pelo outro nesses anos todos. Conte comigo para tudo! Ignacio Medeiros, meu engenheiro favorito, uma das pessoas com melhor coração que já vi, hospedou-se em minha casa algumas vezes ao longo do mestrado e tornou minha rotina mais leve, divertida e carioca, gratidão pela sua presença. Caio Bernardo, Guilherme Nogueira, Guilherme Lemos e Thiago Moreira, companheiros de década que levarei comigo aonde for. De vocês, as incessantes crises de riso a cada ida a Ribeirão Preto me faziam voltar mais leve à labuta mineira.

Kauany Soares Mota, grata surpresa que tive ao término da graduação, foi companhia inseparável desde então. Nossas trajetórias e posicionamentos comuns fizeram nossa relação estreitar-se a um ponto semelhante a amizades de longas datas. Confidentes um do outro daquilo que há de mais profundo em nós, criamos uma aliança responsável por nos sustentar nesses anos de mestrado que afetou e muito nossa saúde. Hoje tenho a honra de fazer parte de sua família e estarei ao seu lado e de Eduardo para o que der e vier. Gratidão por tudo, minha fiel amiga, KauKau! Verena Vaz, uma das pessoas que mais aguentou encheção de saco minha, é minha eterna companheira de Gestão de Pessoas e da vida. Nossas pausas para o café às quatro horas da tarde em ponto se revertiam em momentos em que toda preocupação do mundo sumia para dar lugar às nossas discussões em que eu fazia questão de discordar só por esporte. Só tenho de agradecer por sua voz e escuta amiga, Vevê. Sigamos juntos!

Giovana Bandini, amiga desde o primeiro semestre do curso de graduação, foi interlocutora constante dos assuntos acadêmicos e da vida. Fosse nas mesas de restaurantes ou nas longas ligações telefônicas, encontrávamos para rir desesperadamente de nossas situações. Hoje o riso é de felicidade e alívio em encerrar o mestrado juntos. Obrigado pelo companheirismo de hoje e sempre, Gi! Larissa Lima Pinhal, pessoa com quem a amizade criou forças maiores nos tempos de EJ e que desde então estamos prontos um para o outro, para o que der e vier. Gratidão por toda doçura e leveza que você trouxe à minha vida, Lari. Maria Antônio, fiel escudeira de UFU, foi companhia inseparável nos banquetes do RU e nos corredores do bloco H. Sucesso no mestrado, minha amiga. E aos tantos amigos e amigas que cruzaram meu caminho nesse tempo e que aqui não estão pelo descuido deste que escreve, minha eterna gratidão.

Estendo meus agradecimentos a todos os profissionais que atuam na Universidade Federal de Uberlândia. Dos assistentes e técnicos administrativos concursados ao pessoal terceirizado, em especial do Instituto de História e da biblioteca do campus Santa Mônica. Agradeço, também, a todas as funcionárias das cantinas espalhadas na universidade e do restaurante universitário que, junto de um copo de café e uma colher de comida, ofereciam sempre uma boa conversa sobre a vida. Por fim, e com grande importância, agradeço à minha banca de defesa. Composta pela professora Renata Figueiredo Moraes e pelo professor Paulo Cruz Terra, é com grande felicidade que recebo as contribuições de profissionais tão relevantes dentro do campo da História Social e que sempre estiveram em minha bibliografia básica. Um abraço especial ao Paulo que, pela quarta vez, será interlocutor da minha pesquisa, meu muito obrigado pelo carinho e incentivo de sempre. Enfim, vamos ao trabalho!

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1 – A festa ordeira, pacífica e alegre do 1º de Maio	30
1.1 O “laborador cotidiano” foi às ruas.....	30
1.2 A data operária sob as lentes da imprensa ilustrada	38
1.3 Um recado final aos governantes e industriais	57
Capítulo 2 – As festas do 13 de Maio e a recreação operária	64
2.1 Da Venerável Irmandade à queima documental: um jogo de forças impresso	64
2.2 Ex-escravizados vão à festa.....	88
2.3 Um passeio dominical com o pessoal d’Alliança	97
Capítulo 3 – As greves e os grevistas em cena	103
3.1 Do diário ao semanal: a dinâmica de repercussão das greves na revista ilustrada <i>O Malho</i>	103
3.2 Caminhos para superar a ausência fotográfica das greves dos primeiros anos do século XX	120
3.3 Pela manutenção das conquistas de liberdade: a greve no Novo Lloyd Brasileiro fotografada n’ <i>O Malho</i>	140
Considerações finais	148
Fontes	150
Bibliografia	150

Lista de Imagens

Imagem 1: <i>O Malho</i> , 7 de maio de 1904, p.10.	41
Imagem 2: <i>O Malho</i> , 7 de maio de 1904, p.10.	42
Imagem 3: <i>O Malho</i> , 6 de maio de 1905, p.13.	43
Imagem 4: <i>Revista da Semana</i> , 7 de maio de 1905, p.5.	51
Imagem 5: <i>Revista da Semana</i> , 7 de maio de 1905, p.5.	52
Imagem 6: <i>O Malho</i> , 6 de maio de 1905, p.7.	54
Imagem 7: <i>O Malho</i> , 6 de maio de 1905, p.7.	54
Imagem 8: <i>O Malho</i> , 6 de maio de 1905, p.8.	55
Imagem 9: <i>O Malho</i> , 6 de maio de 1906, p.8.	60
Imagem 10: <i>O Malho</i> , 23 de maio de 1903, p.20.	65
Imagem 11: <i>O Malho</i> , 14 de maio de 1904, p.1.	74
Imagem 12: <i>O Malho</i> , 2 de julho de 1904, p.20.	85
Imagem 13: Recorte da Imagem 12.	86
Imagem 14: <i>O Malho</i> , 13 de maio de 1905, p.1.	89
Imagem 15: <i>O Malho</i> , 12 de maio de 1906, p.6.	95
Imagem 16: <i>O Malho</i> , 28 de abril de 1906, p.4.	97
Imagem 17: <i>O Malho</i> , 5 de maio de 1906, p.8.	98
Imagem 18: <i>O Malho</i> , 19 de maio de 1906, p.16.	98
Imagem 19: <i>O Malho</i> , 29 de agosto de 1903, 16.	107
Imagem 19.1: <i>O Malho</i> , 21 de novembro de 1903, p.7.	110
Imagem 20: <i>O Malho</i> , 27 de abril de 1905, p.19.	122
Imagem 21: <i>O Malho</i> , 19 de maio de 1906, p.7.	125
Imagem 22: <i>O Malho</i> , 2 de junho de 1906, p.6.	125
Imagem 23: <i>O Malho</i> , 9 de junho de 1906, p.6.	126
Imagem 24: <i>O Malho</i> , 16 de junho de 1906, p.6.	126
Imagem 25: <i>O Malho</i> , 23 de julho de 1904, p.24.	129
Imagem 26: <i>O Malho</i> , 7 de janeiro de 1905, p.15.	132
Imagem 27: <i>O Malho</i> , 7 de janeiro de 1905, p.16.	132
Imagem 28: <i>O Malho</i> , 7 de janeiro de 1905, p.17.	133
Imagem 29: <i>O Malho</i> , 14 de maio de 1904, p.20.	135
Imagem 30: <i>O Malho</i> , 14 de maio de 1904, p.21.	136

Imagem 31: <i>O Malho</i> , 16 de julho de 1904, p.13.	136
Imagem 32: <i>O Malho</i> , 16 de julho de 1904, p.14.	137
Imagem 33: <i>O Malho</i> , 16 de julho de 1904, p.17.	137
Imagem 34: <i>O Malho</i> , 16 de julho de 1904, p.17.	138
Imagem 35: <i>O Malho</i> , 27 de junho de 1903, p.5.	143
Imagem 36: <i>O Malho</i> , 27 de junho de 1903, p.5.	144
Imagem 37: <i>O Malho</i> , 27 de junho de 1903, p.9.	144

Lista de Tabelas

Tabela 1: Tipos textuais usados tratar da temática grevista n' <i>O Malho</i> (1903 – 1906)	105
--	-----

Introdução

Ponto de partida

Variando em tamanho, localização no periódico, dias de repercussão, categoria de trabalho e demandas, geralmente as notícias de greves que circulavam na imprensa diária carioca seguiam uma estrutura padronizada, semelhante a seguinte publicada no *Jornal do Brasil*, no dia 11 de abril de 1904:

Sapateiros em greve

Desde sexta-feira última, que se declararam em greve os operários da fábrica Bordallo & C., estabelecida a rua da Prainha n. 122, devido a não terem estes srs. concordado em aceitar uma tabela de preços, que atualmente vigora em quase todas as fabricas, de acordo com operários e patrões

Esta fábrica tem cerca de 150 operários.¹

Greves, como as dos sapateiros da fábrica Bordallo & C., aconteciam semanalmente na Capital Federal e ganhavam as páginas dos jornais da cidade à medida em que determinado movimento conquistava força e perenidade, assim como a aceitação e interesses de determinados jornais e de seu público em reverberar e consumir este tipo de notícia.² Essa mesma parede ganhou as páginas d'*O Paiz* e do *Correio da Manhã*, contudo esteve ausente na *Gazeta de Noticias* e no *Jornal do Commercio*, dado que joga luz em parte da dinâmica de repercussão de notícias de greve na imprensa carioca que será estudada neste trabalho.³ Sobre os sapateiros, é possível acompanharmos, já no dia seguinte, o último desdobramento do caso no *Jornal do Brasil*:

Sapateiros em greve

Na reunião de anteontem realizada pelos artistas sapateiros da fábrica de calçado de Bordalo & C., ficou combinado manter a greve, custe o que custar, até que sejam demitidos os cinco companheiros que não quiseram aderir, continuando a trabalhar.

Os operários conservam-se em completa calma, de forma que nada foi ainda levado ao conhecimento da polícia.

Aumentam os boatos de que os operários de outras fabricas, indignados com o procedimento daqueles cinco companheiros resolveram declarar-se também em greve.

Vieram declarar-nos vários operários da casa Bordallo & C., cita à rua da Prainha n. 20, que o motivo da greve foi a falta de cumprimento do que lhes prometeram os patrões, e não a dispensa de um companheiro, e, outrossim, que não pediram a demissão de nenhum dos cinco operários, que isso alegam como motivo da parede.

¹ “Sapateiros em greve”. *Jornal do Brasil*, 11 de abril de 1904, p.2

² Em pesquisa específica no *Jornal do Brasil*, foi possível encontrar entre setembro de 1902 e dezembro de 1906 a reverberação de 97 movimentos ligados a greve e/ou boatos de greve.

³ Para conferir as notícias a respeito da greve dos sapateiros da fábrica Bordallo & C. nos periódicos citados acima, conferir a edição de 11 de abril 1904 d'*O Paiz* e as edições de 11, 12 e 13 de abril de 1904 do *Correio da Manhã*.

É esta, segundo nos disseram os declarantes, a verdade a respeito desta segunda greve.⁴

Lendo ambas as notícias, é possível inferirmos que tanto a fábrica quanto a greve contavam com um número significativo de trabalhadores, cerca de 150, como também informou a nota de 11 de abril d’*O Paiz*. Sabemos, também, o endereço e a razão social do estabelecimento e que os artistas sapateiros se conservaram em “completa calma” no desenrolar daquela mobilização. Da mesma forma, é exposto ao leitor o embate de versões a respeito da greve. Os operários justificam a parede por conta da “falta de cumprimento do que lhes prometeram os patrões” referente à tabela que regulava os preços dos serviços realizados pelos sapateiros em todas as fábricas da cidade. Em contraposição, surge na imprensa a ideia de que os grevistas queriam prejudicar aqueles que não aderiram à paralisação e continuaram trabalhando.

Ainda com relação à motivação da greve, é legítimo constarmos ser alto o grau de organização daquela classe de operários sapateiros, tendo em vista a deliberação de um artifício regulatório de pagamentos que se pretendia comum a todos os estabelecimentos daquele segmento. A trilha deixada no *Jornal do Brasil* não nos revela o desfecho da história, porém, no dia 13 de abril, tomamos conhecimento, por meio do *Correio da Manhã*, de uma carta que os dirigentes da Bordallo & C. enviaram à União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, buscando esclarecer os ocorridos e abrindo diálogo para o término da greve. Segue a publicação:

Ilmo. sr. presidente e mais diretores da União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros.

Tendo havido uma divergência entre operários da nossa fábrica por motivos diferentes daqueles que vulgarmente se dizem, o que a vv. ss. não será estranho, vimos com prazer informar-vos que nunca cogitamos em diminuir os preços de mão de obra, e garantimos-lhe que continuaremos a pagar como até aqui. Não vos dizemos só que seja pela tabela porque temos marcas novas que não constam dela e outras que pagamos muito mais, conforme os nossos operários exigem.

Em vista do exposto, cremos que vv. ss. concordarão em que se de o incidente por terminado. – Bordallo & C.⁵

A União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, órgão de classe daqueles sujeitos, aparece na imprensa no momento final da greve quase como um terceiro elemento naquele conflito. Na mesma edição do *Correio da Manhã* em que a carta acima fora publicada, uma nota daquela associação delibera que, após “reunião de classe efetuada ontem, para tratar da greve dos operários da casa Bordallo & C. [...] a União resolveu dar por findo o incidente.”⁶ A sequência

⁴ “Sapateiros em greve”. *Jornal do Brasil*, 12 de abril de 1904, p.2.

⁵ *Correio da Manhã*, 13 de abril de 1904, p.4.

⁶ “Vida Operária – União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros”. *Correio da Manhã*, 13 de abril de 1904, p.3.

exposta esclarece, enfim, como o jogo de forças e as negociações entre o operariado e os patrões podiam ganhar as páginas impressas e ficarem expostas aos leitores. Foi por meio da União que a referida tabela de preços de mão de obra fora organizada e, por conta da sua força, direcionada a todas as fábricas do segmento. Ainda mais interessante é notar o tom pacífico da comunicação dos dirigentes da Bordallo & C. com o “Illmo. sr. presidente e mais diretores” daquela associação operária, buscando esclarecer que o ocorrido foi um engano, já que a fábrica “nunca” cogitou alterar o preço proposto na tabela, a não ser quando “pagamos muito mais, conforme nossos operários exigem.” Ao término, intercederam junto à União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros “que se de o incidente por terminado.”⁷

A análise de questões referentes às greves e ao movimento operário brasileiro por meio da imprensa é metodologia rica e bastante utilizada pela historiografia da História do Trabalho no Brasil. Como exposto anteriormente, muitas informações são possíveis de serem coletadas e cotejadas entre si, sejam de um mesmo periódico ou de veículos diferentes, colaborando para termos uma visão panorâmica e completa de uma mesma greve. No caso da Bordallo & C., tomamos conhecimento da quantidade de operários, localização da fábrica, organização dos trabalhadores, cenário das paralisações daquele setor e as versões, tensionamentos e negociações que fomentaram a parede. Entretanto, para além de pensarmos exclusivamente na organização do movimento operário, uma questão que escapa às notícias de greve no geral deve ser colocada em tela por nós historiadoras e historiadores do campo: quem são esses sujeitos grevistas? Sendo mais específico: qual era o perfil dos grevistas cariocas do início do século XX brasileiro? É possível levantarmos essa discussão através da imprensa?

A imprensa ilustrada resolve nossa questão?

O modo de reverberação de greves analisado acima era quase que uso comum na imprensa diária carioca, visto oferecer informações de maneira rápida e, quase sempre, ocupar pouco espaço no periódico. Frequentemente sem informações adicionais sobre nome, nacionalidade, cor e gênero dos grevistas, esse tipo de notícia se ocupava, quase que exclusivamente, em atualizar o andamento do movimento, deixando de lado a identidade dos protagonistas daquelas histórias. É neste caminho que surge a possibilidade de associar o estudo

⁷ Como a leitora e o leitor irão acompanhar ao longo do Capítulo 3, esta greve faz parte dos conflitos entre os profissionais sapateiros e os industriais do ramo que vinham se desenrolando desde dezembro de 1902 na cidade do Rio de Janeiro.

dos mundos do trabalho carioca com os veículos da imprensa ilustrada, tipo de impresso que conjugava notícias, riso, literatura, ilustrações e fotografias, tudo isso, geralmente, uma vez por semana. Ter a possibilidade de encontrar retratos das greves e, por consequência, dos grevistas, direcionou a investigação a analisar as formas como os jornalistas da revista ilustrada *O Malho*, uma das primeiras a circular no Brasil no século XX, comentavam as paredes em suas páginas.

Ao procurar pela greve na Bordallo & C. nos volumes d'*O Malho* de abril de 1904, em busca de dados e informações que pudessem contribuir para a problemática central da pesquisa, não foi localizado nenhum sinal da parede em suas páginas. Na verdade, ao decorrer do trabalho, entenderemos que esta greve fez parte de um extenso conflito entre as partes, ora repercutido na revista, ora não. Dessa forma, ao longo da investigação, constatamos que parte das greves que figuravam na imprensa diária não era privilegiada pelo traço dos jornalistas da revista. Para o momento, o que vale é a constatação de que a ausência verificada nada mais é do que uma das características cruciais dos semanários ilustrados: em suas páginas, que ganhavam as ruas geralmente aos finais de semana, figuravam assuntos específicos da semana que se passou, fazendo com que diversos eventos e pautas ficassem de fora.

Como dito, um dos interesses principais se recaía em estudar as imagens dessas paredes, sobretudo através das fotografias, tipo de linguagem que paulatinamente passava a ocupar a imprensa ilustrada a partir da virada do século XX. Entretanto, a fotografia como forma de repercutir as greves representava somente 3% do montante total de textos usados pela revista para tratar esse tipo de movimento. Ainda no campo imagético, as ilustrações/desenhos foram usadas em 39% das inserções e os 58% restantes foram ocupados por textos escritos. A porcentagem de material fotográfico trouxe a pesquisa um total de 4 fotografias, as quais diziam respeito a duas greves, sendo que apenas uma delas ocorreu na cidade do Rio de Janeiro – esta greve foi o movimento realizado pelos trabalhadores das oficinas do Novo Lloyd Brasileiro, localizadas na ilha da Mortona, em abril de 1903.⁸ Este levantamento inicial nos direciona a duas constatações: 1) a circulação de fotografias de greves nas revistas ilustradas ainda era baixo durante o período compreendido pela pesquisa; 2) e, com isso, só teríamos para trabalhar fotografias de apenas uma das tantas greves ocorridas no Rio de Janeiro entre 1902 e 1906.

Constatada a aparente escassez de fontes que colaborariam com um dos objetivos da pesquisa, a busca de solução para este problema conduziu a análise a se descolar, *a priori*, do

⁸ Esta greve ocorreu entre os dias 17 e 26 de abril de 1903 e foi amplamente divulgada na imprensa diária carioca e será alvo de investigação no Capítulo 3 deste trabalho.

universo das greves no Rio de Janeiro, direcionando atenção a todo material fotográfico em que se é possível atestar a presença de trabalhadoras e trabalhadores do Rio de Janeiro. A partir daí, o montante de fontes aumenta à medida em que foram coletadas fotografias inseridas em anúncios ou aquelas que buscavam vislumbrar paisagens da cidade, assim como, retratos de lazer e festividades em que se é possível observar a presença da classe trabalhadora carioca.

Em oposição as poucas inserções fotográficas das greves que tiveram como palco a cidade do Rio de Janeiro, o alargamento do corpus documental encontrou o trabalhador carioca realizando aquilo que, aparentemente, contrapõe ao clima grevista: comemorações. Frente às 3 fotografias de uma única parede, foi possível levantar 12 retratos que envolvessem operários realizando algum tipo de atividade festiva e/ou de lazer. Mais especificamente, tem-se para a análise 6 fotografias a respeito das festas do 1º de maio e 6 de momentos em que os trabalhadores estão realizando alguma atividade recreativa. A respeito das comemorações do 13 de maio, a título de imagens, *O Malho* reverberou a data apenas por meio de ilustrações, sendo ausente o registro fotográfico.

Partindo apenas da verificação numérica, é notória a escolha editorial da revista em suprimir a veiculação de imagens dos movimentos grevistas que estavam ocorrendo na Capital Federal. A quantidade de imagens de trabalhadores em festa representa o quádruplo a desses mesmos sujeitos realizando algum tipo de movimento de paralisação por melhores condições de trabalho, salário, carga horária etc. Ainda nesta trilha, a busca encontrou fotografias de trabalhadoras e trabalhadores em espaço de trabalho como fábricas, pedreiras, refinadoras, ruas e outros. Dessa forma, mesmo sem fotografias específicas das greves, a revista ilustrada *O Malho* é fonte e objeto central nesta investigação por nos oferecer material que contribuirá diretamente para visualizarmos os rostos de parte dos trabalhadores que compunham as greves em nosso recorte. Paralelamente, o problema da pesquisa questiona e deixa ver que as imagens dos mundos do trabalho carioca privilegiadas naquele semanário construíam a concepção de trabalhadoras e trabalhadores republicanos que só faziam festejar e labutar, excluindo, à primeira vista, os diversos movimentos operários contestatórios.

Assim, a ideia aqui defendida é simples, embora não possamos vislumbrar o perfil dos grevistas cariocas do início do século XX a partir de análises separadas dos jornais diários e das revistas ilustradas, este trabalho propõe uma investigação conjunta entre ambos os tipos de periódicos. Por dividirem reportório comum, notícias do Rio de Janeiro, Brasil e mundo, entender os mundos do trabalho a partir da especificidade de cada tipo de impresso proporciona a pesquisa um cotejamento de informações que não seria possível a partir do estudo

individualizado, seja da imprensa diária ou da ilustrada. O trabalho reunirá reportagens informativas sobre cotidianos de fábricas, informes sobre as associações operárias, notícias e fotografias de festas, propagandas, denúncias e reclamações de operários, publicações a pedido e, por fim, notícias das greves. Esse rol de fontes impressas construirá um circuito que, analisado à luz da História Social do Trabalho e da Imprensa, irá nos direcionar para a construção do ideal de um mundo do trabalho permitido de compor as páginas d'*O Malho*. Agora nos resta saber como os trabalhos no campo da História vêm lidando com questões similares a essas.

História Social do Trabalho e da Imprensa: um encontro fértil?

Como dito, esta pesquisa centra sua análise nas imagens operárias do início do século XX privilegiadas na revista ilustrada carioca *O Malho*, inserindo-se, em primeiro turno, nos estudos da História Social da Imprensa do Brasil. De um processo que vinha dando seus passos iniciais já nas últimas décadas dos novecentos, a imprensa brasileira da virada do século está inscrita em um ambiente republicano pretensamente moderno, que voltava seus esforços para esconder as reminiscências de um passado recente, em especial, as marcas imperiais e da escravidão. A empreitada de civilizar o povo brasileiro, sobretudo aos moldes das grandes capitais europeias, fez com que as elites republicanas não economizassem no empenho em reformar a estrutura dos grandes centros urbanos, especialmente a Capital Federal, os costumes e modo de vida de seus habitantes.⁹

Partindo da necessidade de acompanhar e repercutir esta leva de mudanças, os principais veículos da imprensa carioca incorporaram em suas oficinas, escritórios e nas próprias páginas dos periódicos, aprimoramentos técnicos para melhoria da impressão, aumento das tiragens e vendas, assim como, apuro publicitário e rearranjos nas formas de comunicar aos seus leitores, visando, no final, o aumento dos lucros. Neste fluxo de transformações, o gênero impresso

⁹ Bibliografia clássica sobre as transformações urbanas ocorridas no início da República brasileira pode ser encontrada em: CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares – Rio de Janeiro: 1896-1906*, 1986; CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas – Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995. (Dissertação de Mestrado em História defendida em 1983 na UFF – Universidade Federal Fluminense); CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Biblioteca Carioca, 1992; ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2008. (1ª edição: 1987).

revista ilustrada se torna suporte privilegiado para se vislumbrar, a critério dos jornalistas, editores e diretores, este novo Brasil, levando em consideração que

[as revistas ilustradas] matizavam a realidade, veiculando imagens conciliadoras de diferenças, atenuando contradições, destilando padrões de comportamento, conformando o público leitor às demandas convenientes à maior circulação e ao consumo daquele impresso. Ou seja: expressavam o comprometimento apriorístico com aquilo que o leitor queria ler e “ouvir”.¹⁰

Em trabalho clássico a respeito das revistas brasileiras, sobretudo aquelas que mais circularam em São Paulo na Primeira República, a historiadora Ana Luiza Martins chama atenção daqueles que adotarão determinado documento histórico em seus trabalhos, que tais periódicos eram instrumentos eficazes de propagação de valores culturais, empanando a realidade e “divulgando-a conforme os interesses de classe, grupos e indivíduos”, tornando-se “instrumento preferencial a serviço das relações capitalistas que permeavam a sociedade como um todo.” Ao fim e ao cabo, Martins nos infere que “tudo ficava muito bem disfarçado” nas páginas higienizadas deste tipo impresso, os quais evidenciavam uma população branca, rica e com costumes do estrangeiro, escondendo o quanto podiam “o cotidiano sofrido de um País analfabeto, arrasado e arcaico.”¹¹

Dessa forma, este entendimento abre portas para discutirmos a maneira como esse tipo de periódico selecionava determinados cotidianos do Rio de Janeiro, Brasil e mundo, apropriava-se deles e, semanalmente, devolvia a seu público-leitor para que ele pudesse ler em revista: informar-se, novamente, sobre a semana que se passou, agora sob o traço e a lente de determinado veículo da imprensa ilustrada. Em capítulo publicado no livro *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*, a historiadora Marcia Cezar Diogo sistematiza essa que era a dinâmica editorial da maioria das revistas que circulou no país no período estudado. Conceituando-as como “revista-crônica”, levando em conta que ambos os gêneros tematizavam o tempo vivido e para isso precisavam operar uma seleção interpretativa de um passado muito próximo, as revistas se inserem no meio de um jogo temporal de retrospectiva e prospectiva.¹²

¹⁰ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp, 2008, p.22. Sobre este período da História da Imprensa no Brasil, conferir, também, os seguintes capítulos: ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Imprensa a Serviço do Progresso”. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (organizadoras). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.; SODRE, Nelson Werneck. “A grande imprensa”. In: SODRE, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad. 1990.

¹¹ Conferir a discussão no subitem “Revista: Uma Cilada Documental?” In: MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: Op.cit.*

¹² DIOGO, Marcia Cezar. “O Moderno em Revista na Cidade do Rio de Janeiro”. In: CHALHOUB, Sidney & NEVES, Margarida de Souza & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda Pereira. *História em Cousas Miúdas*.

O movimento de retrospectiva das revistas era realizado, sobretudo, revisitando as notícias veiculadas nos jornais diários, caracterizado pela autora como “imprensa noticiosa”, suportes dos quais é selecionada a matéria-prima que será reinterpretada e devolvida a seu público-leitor à luz de um futuro moderno, daquilo que se deseja para a nova nação republicana, finalizando o processo, então, com o movimento prospectiva. Levando em consideração o período das reformas urbanas de Pereira Passos, Marcia Diogo informa que parte desses periódicos, inclusive o próprio *O Malho*, auxiliava na “projeção das imagens que vão compor uma cidade ideal [moderna] a ser projetada para os leitores”, mas que se tencionavam com elementos que resistiam aos anseios de um novo meio urbano imposto pelas elites do país.¹³

Partindo da discussão proposta por essas historiadoras, além da projeção de imagens ideais do meio urbano, feminino e masculino, infância, moda, lazer, cidadania, etc.¹⁴, a dúvida fundamental que guia este trabalho é: qual a imagem prospectada pelo *O Malho* em relação aos mundos do trabalho republicano? Considerando que parte da ação destes periódicos está fundamentada em reafirmar as coordenadas de um país que se queria novo, avesso ao tempo que se deveria esquecer, marcado, sobretudo, pela escravidão, indagamos: quais aspectos desse passado buscavam ocultar e quais elementos novos ou modernos pretendiam destacar em relação aos trabalhadores cariocas do início do século XX? Em suma, quais os tipos de imagens operárias republicanas eram permitidos marcarem presença nas páginas modernas de *O Malho*? Para o momento, vale a questão: como uma bibliografia mais recente vem relacionando revistas ilustradas e os mundos do trabalho no Brasil?

Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 2005. A autora discute essas e outras questões, também, em sua dissertação de mestrado, conferir em: DIOGO, Marcia Cezar. *O Rio em revista. A reforma Pereira Passos nas crônicas da Revista da Semana, d'O Malho e da Kosmos*. 1999. 176 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

¹³ DIOGO, Marcia Cezar. “O Moderno em Revista na Cidade do Rio de Janeiro”. *Op.cit.* p.463. Em ocasião do trabalho monográfico, tive a oportunidade de estudar, a partir da revista ilustrada *Fon-Fon!*, este tensionamento nas imagens veiculadas no período, nas quais de um lado figuravam prédios vultuosos e retratos de políticos e endinheirados e do outro trabalhadores ganhando a vida nas ruas cariocas a partir dos mais variados ofícios. Conferir, em especial, o Capítulo 2: “Os trabalhadores de rua nas margens da *Fon-Fon!*” In: IGNACIO, Salomão Caique Dal Ri. *Trabalhadores em flagrante: o cotidiano dos profissionais das ruas cariocas sob o traço e a lente da Fon-Fon! (1907-1909)*. 2023. 107 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

¹⁴ Bibliografia recente que conjuga algumas dessas temáticas a partir de revistas ilustradas que circularam no início do século XX, pode ser encontrada em: CUNHA, Fabiana Lopes da. *Caricaturas carnavalescas: carnaval e humor no Rio de Janeiro através da ótica das revistas ilustradas Fon-Fon! e Careta (1908-1921)*. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.; MACENA, Fabiana Francisca. *Madames, mademoiselles, melindrosas: "feminino" e modernidade na revista Fon-Fon (1907-1914)*. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010. CAETANO, Vívian Marcello Ferreira. *Moda e condição feminina nas páginas da revista Fon-Fon (1910-1920)*. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

Em um trabalho que firma as bases para essa conjugação de temáticas, a historiadora Andréa Casa Nova Maia organiza e publica, em 2015, o livro *O mundo do trabalho nas páginas das revistas ilustradas*.¹⁵ A coletânea reúne uma série de pesquisas, divididas em 13 capítulos, sobre a forma como as revistas ilustradas trataram e interferiram em questões caras ao cotidiano da classe trabalhadora, seja em seus postos de trabalho, locais de moradia, lazer, etc. e, para nossa discussão, trago à baila alguns deles. Andréa Casa Nova Maia e Vitor Leandro de Souza, em pesquisas separadas, enriquecem o debate à medida em que analisam como parte das revistas ilustradas da virada para o século XX buscava criar imagens deturpadas da cidade do Rio de Janeiro.

Andréa Maia expõe que, em uma reportagem especial, publicada em outubro de 1905, a revista *Kosmos* caracteriza o, então, Morro do Castelo como um local habitado majoritariamente por brancos e, em especial, italianos. Para buscar comprovar este argumento, a matéria conta com uma série de fotografias de homens, ditos italianos, em espaços de lazer e moradia do morro. A historiadora nos aponta com clareza o objetivo da matéria em apagar todo o histórico passado daquela região, marcado pela presença de sujeitos escravizados, libertos e em fuga, assim como de portugueses pobres – tudo o que não cabia mais no projeto republicano para o século XX. Além do passado, Maia argumenta, a partir do cotejamento entre bibliografia e fontes variadas, que o apagamento também era do presente, considerando que a maioria da população do morro no começo do século XX estava longe de ser de italianos, a imagem desejada pela elite republicana e apropriada pela *Kosmos*.¹⁶

Seguindo esta perspectiva de controle e exclusão social dos sujeitos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro, o historiador Vitor de Souza coloca em tela parte das reverberações, por *O Malho* e *Fon-Fon!*, das quatro tentativas de submissão e aprovação do projeto de lei proposto pelo político carioca Tertuliano Coelho. Em suma, a lei regulamentaria os tipos de vestes ideais para circulação no centro reformado da Capital Federal, trazendo severas críticas aos sujeitos malvestidos, descalços e em mangas de camisa. O ideal de vestimentas, assim como dos traços da cidade e dos novos prédios das avenidas, deveria ser europeu, sobretudo francês. Souza demonstra que das quatro vezes em que o projeto fora pautado, a maioria da repercussão das revistas ilustradas tirou sarro da situação, demonstrando a não aplicabilidade daquele

¹⁵ MAIA, A. C. N. (org.). *O mundo do trabalho nas páginas das revistas ilustradas*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. v. 1.

¹⁶ MAIA, A. C. N.. são “*Kosmos* (visões) do mundo do trabalho: cultura visual de trabalhadores no morro do Castelo”. In. MAIA, A. C. N. (org.). *O mundo do trabalho nas páginas das revistas ilustradas*. *Op.cit.*.

desejo, sobretudo no que diz respeito ao uso de roupas sociais durante o cotidiano de trabalho daqueles sujeitos que circulavam nas ruas do centro: carregadores, vendedores etc.

Entretanto, o traço racista não deixa de acompanhar grande parte dessas repercussões, as quais pintam os pobres quase sempre como negros e com características físicas animalizadas. Ao fim e ao cabo, fica evidente que o projeto de Tertuliano tinha o objetivo final de “limpeza social”, já que acessar as vestes por ele propostas era quase que inviável para a classe trabalhadora daquele momento. O centro da cidade, um espaço de trabalho e transição entre zonas do município, deveria ser limpo, de um jeito ou de outro, desses sujeitos que tinham em seus costumes e cor de pele o passado escravista que não se apagou com embelezamentos urbanos, assim como, no caso do Morro do Castelo.¹⁷

O capítulo de Paulo Cruz Terra, a respeito das representações gráficas relacionadas aos trabalhadores dos transportes da capital carioca durante a Primeira República, levanta as cinco principais temáticas exploradas por *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon!* no que se diz respeito a esses sujeitos. Essas abordagens foram: acidentes e mortes causados pelos condutores, brutalidade/violência desses com os passageiros, condições de trabalho e organização/mobilização em busca de reivindicações. Inseridos em momento de mudanças estruturais e de costumes, em nome do moderno, a cidade e seus habitantes deveriam estar atualizados das “melhores” formas de viver, habitar e circular, ao menos este era o desejo de parte das elites intelectuais e endinheiradas do momento.

Em parte, tomando para si a responsabilidade de divulgar estes ideais modernos que a Capital Federal deveria seguir, as revistas ilustradas publicizavam também, a partir de crônicas e ilustrações, aquilo que julgavam marcas de resistência do atraso frente ao dito progresso desejado. Em relação aos trabalhadores condutores não foi diferente, quase sempre os tratando negativamente, fazendo coro a publicações dos jornais diários, a maneira de abordar os costumes, formas de agir perante o público, assim como os acidentes e mortes em via pública, construíram uma imagem pública negativa e violenta desses operários.

Das poucas vezes em que a imprensa ilustrada tratou dos condutores em greves, a ideia de violência e caos urbano foi acionada, assim como, a perspectiva de que estes trabalhadores não teriam clara consciência dos motivos da parede, tendo em vista que estariam sendo

¹⁷ SOUZA, Vitor Leandro. “Sr. Tertuliano, com que roupa eu vou? Controle de classe no Rio de Janeiro ‘civilizado’ da *Belle Époque*”. In: MAIA, A. C. N. (org.). *O mundo do trabalho nas páginas das revistas ilustradas*. *Op.cit.*

incitados por advogados e sujeitos de fora. Ao fim e ao cabo, ao levantar essas temáticas, Paulo Terra evidencia como as revistas ilustradas

investiram na culpabilização e endemonização dos trabalhadores do setor, que maculavam o ideal de progresso que as classes dominantes desejavam para cidade. Nesse sentido, a iconografia teve um papel mais contundente ainda na criação de uma imagem negativa dos *chauffeurs*, cocheiros, carroceiros e condutores.¹⁸

Dessa forma, o capítulo nos informa um ponto mais geral: a relação de grande parte das revistas ilustradas com a classe trabalhadora carioca como um todo. O trabalhador brasileiro do pós-abolição deveria se “reformular”, assim como vinha ocorrendo com as estruturas das cidades, tornando-se sujeitos moralizados, calmos e sem ligação com os costumes de um passado escravocrata que tanto incomodava as elites do país.

Seguindo a questão da presença da classe trabalhadora carioca nas páginas dos semanários ilustrados, o capítulo de Pedro Krause Ribeiro levanta, especificamente, como *O Malho*, sobretudo seus ilustradores, trataram alguns movimentos grevistas que ocorrem nos anos iniciais dos novecentos. Entretanto, antes desse movimento, o historiador nos apresenta um argumento muito importante em relação à temática e à nossa escolha pela revista: o fato de os dirigentes da revista explorarem temáticas relacionadas, por exemplo, aos cotidianos dos trabalhadores cariocas, está ligado ao sucesso inicial do periódico, resultado que, até então, não fora colhido por muitas folhas ilustradas republicanas. O argumento de Ribeiro demonstra que *O Malho*, ao comentar assuntos do dia a dia popular, não somente aqueles relacionados às elites brasileiras, buscava ampliar o seu público leitor, aumentando suas vendas, lucro e, por consequência, longevidade. Sendo este, um dos motivos do semanário ser considerado polifônico, foi-se criada:

uma intimidade com os setores mais humildes, o que passava por cultivar a amizade com os grêmios, sociedades e irmandades populares, mas, principalmente, deixando-os fazer parte da própria publicação, reproduzindo fotografias dos eventos dessas instituições. O elo criado entre *O Malho* e os seus leitores é um dado interessante de análise, pois tornava a revista um espaço heterogêneo de produção, uma vez que, ao atender as demandas e os interesses de muitos grupos, acabava por ter que “produzir” para todos, incluindo as caricaturas.¹⁹

¹⁸ TERRA, P. C.. “Os trabalhadores do transporte nas imagens das revistas ilustradas cariocas da Primeira República”. In: MAIA, A. C. N. (org.). *O mundo do trabalho nas páginas das revistas ilustradas*. Op.cit.. p.190. Paulo Cruz Terra, em trabalho de fôlego a respeito dos cocheiros e carroceiros, pormenorizou a luta desses sujeitos em relação as suas condições de trabalho, esmiuçando como usaram o aparato legal a seu favor, marcando posição a partir do exercício da cidadania. Conferir em: TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870 – 1906)*. – Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2013. 308 p.

¹⁹ RIBEIRO, P. K. . “Os profissionais do lápis: o ofício dos caricaturistas e o movimento operário da Primeira República através das charges de *O Malho*”. In. *O mundo do trabalho nas páginas das revistas ilustradas*. Op.cit.. p.101.

É a partir dessa estratégia editorial e mercadológica que se tornaram possíveis as diversas repercussões grevistas na folha em questão. O capítulo traz recortes de três movimentos grevistas: as greves gerais de 1903 e 1917 e do movimento paredista dos sapateiros, ocorrido em dezembro de 1906. O autor argumenta haver uma dicotomia na forma geral de tratar as greves, ora aprovando, ora repudiando, em certos momentos utilizando do racismo e em outros exaltando a força dos trabalhadores em busca de suas reivindicações. Parte desta dicotomia se relaciona ao objetivo da folha de ser lida por todos, logo, deveria oferecer perspectivas plurais sobre os movimentos. Em outro sentido, a depender das condições daquele movimento em específico, assim como o ilustrador que produzirá tal charge, poderia haver diferenças no tom das abordagens.

Temática e abordagem semelhantes já foram objeto de estudos anteriores. Guilherme Mendes Tenório abre os caminhos com sua dissertação de mestrado, defendida em 2009, para compreendermos como o tema da cidadania e luta por direitos, estudada sob a perspectiva do movimento operário, foi tratada a partir das charges publicadas n' *O Malho*.²⁰ O historiador expõe o quão importante é pensar a revista enquanto um espaço polifônico que guarda diversas tensões e visões de mundo, considerando, também, o posicionamento comercial deste periódico de ser comprado pelo máximo de pessoas possível, desde as elites, alinhadas aos projetos modernizantes, até os trabalhadores, que careciam de qualquer tipo de legislação reguladora das relações de trabalho. Ao veicular charges a respeito das greves de operários, Tenório analisa que a maioria dos colaboradores da revista seguia uma linha tênue entre “aprovação e repúdios às experiências políticas populares, nas quais eram salientados os seus aspectos ordeiros ou desordeiros, civilizados ou rudes.”²¹

Com isso, o autor concluiu que as manifestações de trabalhadores em greve ganhavam espaço positivo n' *O Malho* desde que não subvertissem a ordem republicana com ações violentas, marcando posicionamento contrário às visões anarquistas de luta – compreensão que colaborará com este trabalho. Entretanto, mesmo que Tenório soubesse que as publicações da revista eram pressupostas por escolhas, seja dos jornalistas/chargistas ou da editoração chefe, o pesquisador não questionou a razão dos silenciamentos operados no periódico em relação às greves que não compuseram as páginas da revista no período analisado, tratando a fonte, em certa medida, como um repositório completo das ações grevistas dos trabalhadores daquele

²⁰ TENÓRIO, Guilherme Mendes. *Zé Povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*, 2009. 116 f. Dissertação de Mestrado em História. – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

²¹ *Ibidem*. p.81.

tempo. Para dar um passo a mais nos estudos que relacionam periódicos ilustrados e as dezenas de paredes protagonizadas pela classe trabalhadora brasileira no período republicano, esta dissertação fará sua análise não só nas presenças, mas, em conjunto, observará as ausências em relação às questões sobre o operariado nas páginas de *O Malho*.

Deste balanço inicial, a bibliografia nos aponta a viabilidade da temática de entender as dinâmicas de repercussão de questões ligadas ao mundo do trabalho carioca a partir da revista escolhida, a qual será cotejada com os jornais diários contemporâneos à sua circulação durante o recorte da pesquisa. Esta metodologia, como apontado no parágrafo anterior, permite à pesquisa observar os caminhos de retrospectiva e prospectiva d'*O Malho*, com o fim de rastrear as ausências e os destaques intencionais quanto ao cotidiano dos trabalhadores e suas ações, questão crucial que deve ser questionada quando materiais da imprensa se tornam objeto de pesquisa. Este caminho metodológico vai ao encontro do proposto por Tania Regina de Luca quanto aos cuidados com a materialidade, conteúdo e atenção aos idealizadores de determinado material da imprensa. A historiadora sistematiza que

a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, **aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público**. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento.²²

Caminhando neste sentido, Maria Helena Capelato insere as empresas jornalísticas em uma dinâmica de duas faces: pública, “que as coloca na condição de intermediárias entre os cidadãos e os governantes”, e privada, “que defende os interesses econômicos e políticos das empresas”.²³ Dessa forma, ao tomarmos veículos da imprensa enquanto documento, abre-se para o dever de historicizar suas múltiplas dimensões para, ao final, não cairmos na armadilha, criada pelos próprios periódicos, de o enxergarmos como propagadores neutros de um cotidiano intocado. Entendemos, com isso, que *O Malho* é composto por “relações hierárquicas” geradas por uma rede de conflitos *a priori* que, por vezes, ficam ocultos aos olhos de uma análise fechada somente em seus conteúdos. Assim sendo, analisaremos as formas como a revista repercutiu em suas páginas parte do mundo operário carioca do início do século XX, tomando

²² LUCA, T. R. de. “História dos, nos e por meio dos periódicos.”. In: PINSKY, Carla Bassanezi..(Org.). *Fontes Históricas*. 2aed. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p.139. (grifo meu)

²³ CAPELATO, M. H. R.. “A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador.” In: Mariana Villaça; Maria Lígia Coelho Prado (orgs.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. 1ed.São Paulo: Humanitas, 2015, v. 1, p.122.

como premissa que tal movimento fora realizado por meio de “critérios de seleção” e “omissões”.²⁴

O levantamento bibliográfico nos adianta, também, que parcela importante das revistas ilustradas do século XX estigmatizava a classe trabalhadora brasileira à luz do racismo, buscando expor e/ou omitir o indesejado, que eram, sobretudo, os sujeitos que guardavam relações diretas ou indiretas com a escravidão brasileira abolida havia poucos anos. Com isso, é imprescindível que a análise da Imprensa neste trabalho seja iluminada pelas investigações e aparatos teórico-metodológicos da História Social do Trabalho, os quais auxiliam este estudo a dar sentidos críticos e mais apurados à repercussão dos movimentos operários na imprensa ilustrada. Em artigo clássico da área, a historiadora Silvia Hunold Lara chama atenção de como muitas pesquisas sobre os trabalhadores brasileiros republicanos incorporaram em suas análises os mitos da *transição* do trabalho escravo para o livre e a teoria da *substituição* do trabalhador escravo pelo imigrante.²⁵

Com isso, bem como era o desejo das classes políticas e endinheiradas da Primeira República e, como vimos, de parte da imprensa carioca, essas pesquisas pouco pensavam a classe trabalhadora republicana em perspectiva as várias relações existentes e construídas pelos sujeitos egressos ou descendentes da escravidão. Os trabalhadores e trabalhadoras do período escravista eram coisificados e destituídos de tradições, poder de agência e estratégia, logo, seriam incapazes de se firmarem enquanto um movimento organizado, assim como de contribuir para as lutas dos trabalhadores republicanos. Ao fim e ao cabo, esta perspectiva de estudo, a qual vem sendo superada na História Social e que não figurará em nossa análise de *O Malho*, endossou por muito tempo que parcela significativa dos operários que se organizavam em resistência às relações predatórias de trabalho do pós-abolição era masculina, branca e, sobretudo, estrangeira.

Esta questão é novamente lançada anos depois pelo historiador Álvaro Pereira do Nascimento quando, em artigo, questiona a ausência do “componente de cor” nas análises da História Social do Trabalho, fator que embranqueceu os trabalhadores do Brasil a partir de 1888. A busca por imagens dos grevistas como propõe a pesquisa, mesmo que não no ato da greve, vai ao encontro desse chamado historiográfico. Nascimento aponta para a importância de tomarmos nota e incorporarmos em nossas discussões a “herança das lutas dos escravos pela

²⁴ *Ibidem*, p.126.

²⁵ LARA, S. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil.” *Projeto História*, São Paulo, n.16, 1998.

liberdade na configuração dos movimentos sociais das décadas posteriores à abolição” que já vem sendo investigada pela historiografia da escravidão e do pós-abolição.²⁶

Dessa forma, trabalhos como o de João José Reis, *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*²⁷, que investiga uma greve de trabalhadores ganhadores em 1857 na cidade de Salvador, movimento realizado majoritariamente por escravizados e libertos nascidos na África e seus descendentes brasileiros, demarca que trabalhadores negros organizados já vinham resistindo décadas antes da República brasileira.²⁸ Mesmo que não trate diretamente de greves, Walter Fraga Filho em *Encruzilhadas da liberdade*, oferece à historiografia análise de como parcela importante dos libertos e libertas atribuiu sentidos e reafirmou sua liberdade frente a uma sociedade em que costumes e práticas senhoriais ainda eram mandatórios.²⁹ Portanto, ao cruzarmos com as manifestações do movimento operário republicano nas páginas da imprensa, iremos lê-las, tanto nas presenças quanto nas ausências, à luz de uma bibliografia que já estudou as formas de resistência, solidariedade e liberdade próprias dos trabalhadores da escravidão e do pós-abolição.³⁰

Na esteira dessas discussões, Fabiane Popinigis e Paulo Terra deixam ver como, nas duas décadas passadas, parte dos problemas levantados por Lara e Nascimento passou a ser incorporada nas pesquisas do campo da História Social do Trabalho. Junto disso, apontaram a importância de cada vez mais colocarmos em pauta “o impacto do racismo no mercado de trabalho e sobre as relações raciais na organização de partidos e sindicatos e nos movimentos sociais a partir de meados do século XX”.³¹ É a partir deste chamado que fundamentais artigos são publicados, em 2023, no dossiê “Relações raciais e racismo nos mundos do trabalho” da

²⁶ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Trabalhadores negros e o 'paradigma da ausência': contribuições à História Social do Trabalho no Brasil.” *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 29, 2016, p.611.

²⁷ REIS, João José. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Cia das Letras, 2019, 451p.

²⁸ Olhando para o Rio de Janeiro, além de outros casos, Marcelo Badaró Mattos expõe o ocorrido de 1857 a respeito da paralisação do trabalho por parte da mão de obra de escravizados em um estabelecimento da Ponta da Areia. Este movimento se deu em resposta à prisão de três de seus colegas de trabalho por “desobediência”. Conferir em: MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves e repressão policial aos sindicatos no processo de formação da classe trabalhadora carioca (1850-1910)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró. (Org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*. 1ed. Rio de Janeiro: Bom Texto/Faperj, 2004, v. 1, p. 9-57.

²⁹ FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. ISBN 85-268-0741-2, 368p.

³⁰ Importantes trabalhos já cruzaram a experiência do movimento operário republicano com a história dos trabalhadores escravizados e libertos brasileiros pode ser encontrada em: CRUZ, M. C. V. e. “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930.” *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, 2000.; MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidão e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. 2. ed. São Paulo: Usina Editorial, 2024. v. 1. 248p. SOUZA, Robério S. *Tudo pelo trabalho livre! Trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia 1892-1909)*. Salvador; São Paulo: Ed. Ufba; Fapesp, 2011.

³¹ TERRA, P. C.; POPINIGIS, F. . “Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016)”. *ESTUDOS HISTÓRICOS*, v. 32, p. 307, 2019, p.319.

Revista Mundos do Trabalho, proposto pelos historiadores Paulo Terra e Robério Santos Souza.³² Esta senda aberta nos últimos anos colabora para o debate por instigar, como veremos, novos questionamentos acerca das escolhas editoriais d’*O Malho* quanto às formas de fazer ver os trabalhadores cariocas, assim como, a esmiuçar a organização e os conflitos operários do início dos noventa, enquadrando esta pesquisa nos campos da História Social do Trabalho e da Cultura.

~

Tomando os estudos da Imprensa e do Trabalho como nortes desta pesquisa, discutiremos a apropriação das imagens dos trabalhadores e trabalhadoras cariocas realizada pela revista *O Malho*, e, em paralelo, levantaremos hipóteses de como elas apresentam potencial para vislumbrarmos integrantes de algumas das greves que ocorrem na Capital Federal do Brasil entre setembro de 1902 e dezembro de 1906. O recorte temporal contempla os primeiros quatro anos de circulação da revista, assim como, uns dos períodos em que mais se realizou greve na cidade do Rio de Janeiro.³³ Nosso objetivo aqui é propor uma interpretação de como os dirigentes da revista davam o tom, ao decorrer das semanas, dos ânimos dos sujeitos trabalhadores do Rio de Janeiro a partir da veiculação de fotografias e da repercussão de notícias vinculadas na imprensa diária. Para este fim, as festividades e as greves tomam papel central na investigação.

O principal procedimento metodológico adotado é o de cotejar informações encontradas n’*O Malho* e na imprensa diária, sobretudo no *Jornal do Brasil*, a respeito o cotidiano de trabalho carioca. A escolha desses dois periódicos está firmada, especialmente, na base material encontrada neles quando o assunto é o cotidiano operário. Como vimos páginas acima, apoiados na bibliografia especializada, *O Malho* não se furtou em tratar do assunto e foi uma das revistas de maior circulação e perenidade do contexto. Apesar disso, como a leitora e o leitor poderão acompanhar adiante, outros periódicos daqueles tempos irão compor nossas discussões. Neste rumo, tratando esses materiais de forma qualitativa e quantitativa, a dissertação trabalhará com 33 fotografias em que estão presentes trabalhadores e trabalhadoras cariocas. A partir delas,

³² TERRA, Paulo Cruz; SANTOS SOUZA, Robério. “Relações raciais e racismo nos mundos do trabalho”. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 15, p. 1–6, 2023.

³³ Conferir a discussão realizada no capítulo “Greves realizadas nas décadas de 1890 a 1910” da Tese de Doutorado da historiadora Marcela Goldmacher: GOLDMACHER, Marcela. *A "greve geral" de 1903. O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.

como objetivos finais, buscaremos estabelecer qual a imagem ideal de operariado republicano cultivada no semanário, assim como ver parte daquilo que é omitido: greve e grevistas.

Nosso estudo será guiado pelo entendimento de que cada uma dessas fotografias é o resultado de uma escolha “realizada num conjunto de escolhas possíveis”, culminando na veiculação de “novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios”, tal qual atuando “como eficiente meio de controle social por meio da educação do olhar”. Para destrincharmos essas particularidades, tomaremos como premissa parte dos apontamentos metodológicos propostos por Ana Maria Maud, sobretudo na relação de intertextualidade do registro com o seu suporte (revistas ilustradas) e como este conjunto estabelece um modelo de comportamento ao público consumidor. Com esse fim, extrapolando a ideia de fotografia como exemplo, mostrou-se necessário formar séries fotográficas de acordo com temáticas e partir daí compreender o “espaço da vivência” de cada registro.³⁴

Os capítulos desta dissertação são orientados pela formação dessas coleções fotográficas e justificados com base no conceito não estruturante de *classe* proposto por E. P. Thompson, o qual é compreendido como fenômeno de unificação de “uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência”. Desta forma, o que nos interessa está inscrito nas relações humanas de um contexto real, informados por precedentes históricos que compõem as ações de determinados sujeitos.³⁵ Assim, mesmo que os dirigentes da revista evitem veicular imagens de trabalhadoras e trabalhadores em greve, a circulação e a dinamicidade de suas vidas abrem a possibilidade de os enxergar em ocasiões permitidas nas páginas do semanário. Por isso, convido a leitora e o leitor para me acompanhar a um passeio entre as passeatas de 1º de Maio e as festas do 13 de Maio, a uma cerimônia de queima documental de registros da escravidão e à reforma da igreja de uma irmandade negra. Passaremos, também, por um piquenique operário, diversos postos de trabalho e pela ação de grevistas em estabelecimentos do Rio de Janeiro.

No primeiro capítulo, pretendendo entender como se deu a repercussão das comemorações do 1º de Maio n’*O Malho* e para tal conjugaremos fotografias, crônicas e cartas operárias direcionadas a autoridades governamentais. Surge, neste momento, a figura do

³⁴ Para esses e outros apontamentos da autora a respeito do estudo de fotografias, conferir: MAUAD, Ana M.. “Na Mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 1, n.13, p. 133-176, 2005; MAUAD, Ana M.. *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. 1. ed. Niterói: EDUFF, 2008. v. 1. 261p.

³⁵ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade*. 4. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004. 255p.

“laborador cotidiano”, sujeito bem de vinda e que só fazia comemorar naquela data operária. Será? Veremos que não e, a partir do cruzamento material, entenderemos quais as categorias de trabalhadores ganhavam as ruas no primeiro dia de maio e, possivelmente, foram flagrados pelo fotógrafo.

O segundo capítulo, divide-se em acompanhar outro festejo do mês mariano, a Abolição, e a ação de uma associação recreativa operária. Nesta parte do trabalho, é patente a escolha da revista em não associar fotografias de qualquer que seja a comemoração do 13 de Maio, ausência analisada e confrontada com notícias de irmandades negras e ex-escravizados celebrando a data em espaços da cidade. Pelo contrário, um piquenique na Gávea protagonizado por operários tecelões rendeu registros fotográficos nas páginas d’*O Malho*, deixando ver claramente que as escolhas editoriais do periódico se pautavam, também, no tipo de passado que se queria lembrar e esquecer. É válido ressaltar a relevância desta dissertação de estudar o 1º e 13º de Maio em conjunto, visto que “a *priori* incompatíveis ou antagônicas”, essas comemorações servem como “convite para se pensar a escravidão e a liberdade também em suas semelhanças.”³⁶

Por fim, no terceiro capítulo, o objetivo central é entender a forma como os dirigentes e jornalistas d’*O Malho* repercutiam as greves daqueles anos. Para isso, tomaremos como base paredes protagonizadas por cinco categorias de trabalho: marceneiros, sapateiros, refinadores de açúcar, operários da construção civil e mecânicos do Lloyd Brasileiro. Sendo apenas a última comentada junto de fotografias, levantaremos possibilidades de enxergarmos os demais grevistas pela própria revista que os omitiu. Em conclusão, a atenção recairá no estudo de caso da greve vitoriosa de abril de 1903 nas oficinas do Lloyd Brasileiro, movimento que levou às ruas centenas de operários ao lado de Vicente de Souza, cena flagrada e comentada nas páginas da revista.

³⁶ PINTO, A. F. M.. “Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro”. ESTUDOS HISTÓRICOS, v. 32, 2019, p.269.

Capítulo 1 – A festa ordeira, pacífica e alegre do 1º de Maio

1.1 O “laborador cotidiano” foi às ruas

Ordeira, pacífica e alegre, foram esses alguns dos adjetivos escolhidos pelo cronista d’*O Malho* para definir a forma como as trabalhadoras e os trabalhadores cariocas comemoraram o 1º de Maio do ano de 1903. Acompanhemos um trecho desta repercussão:

Foi depois do nosso último número entregue aos leitores que tivemos a passeata de 1 de maio, a festa do Trabalho. Uma passeata ordeira, uma festa pacífica, realizada tão somente entre manifestações de ruidosa alegria, sem os incidentes que nos centros europeus costumam assinalar esse dia escolhido pelo operariado para o seu abraço de confraternidade numa folga de algumas horas, todos reunidos como em família.³⁷

Publicada no dia 9 de maio, oito dias após os operários cariocas irem às ruas celebrarem a data, o tema dividiu os parágrafos da crônica semanal com assuntos voltados à política nacional, questões religiosas e do andamento das obras no porto da cidade do Rio de Janeiro. Vistos como uma grande “família” em festa que em passeata ordeira ocuparam as ruas, o cronista fez questão de contrapor o caso brasileiro com os “incidentes que nos grandes centros europeus costumam assinalar esse dia”.³⁸ A comparação com a Europa ainda continua ao afirmar que o tom festivo do caso brasileiro não “podia deixar de ser assim”, visto que aqui

o operário não pode sem injustiça articular as mesmas queixas contra a sorte [como operários europeus], a não ser o acaso da fortuna não o ter feito nascer filho de rico ou progênie de fidalgo, mesmo porque as suas condições materiais de vida, se não são invejáveis, são relativamente tentadoras desde que o salário corresponde ao esforço empregado para o adquirir e desde que a existência dos homens do trabalho decorre num meio em que não subsistem os privilégios de casta, em que a democracia, inata aos espíritos, equiparou-nos a todos e nos conferiu o direito de sermos todos coparticipes dos gozos, dos prazeres e das alegrias comuns, guardadas apenas as diferenças em que a própria situação material e as posses e recursos de cada um delimitam as aspirações, os desejos e as ambições de todos.

O trecho acima parece, à primeira vista, uma exposição cômica por inferir que as condições de vida e de trabalho dos brasileiros são caracterizadas como “invejáveis” se comparadas as dos europeus e, por isso, o clima do 1º de Maio deveria ser como foi: pacífico, ordeiro e alegre.³⁹ O cenário brasileiro daquele momento ainda é caracterizado como

³⁷ “Crônica”. *O Malho*, 9 de maio de 1903, p.4.

³⁸ Referenciar a Europa quando o assunto é o 1º de Maio é comum, também, pelo fato de ter sido em um congresso socialista realizado na cidade de Paris em 1889 que ficou decida a data como “protesto internacional a favor da jornada máxima [de trabalho] de oito horas”. A primeira vez que houve a celebração no Brasil foi no ano de 1891. Para conferir essa e outras questões a respeito da origem do 1º de Maio, como o caso da Praça de Haymarket, em Chicago/EUA, conferir o capítulo “Os rituais do 1º de Maio” da dissertação de mestrado da historiadora Luciana Barbora Arêas em: AREAS, Luciana Barbosa. *A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. 1996. 154 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

³⁹ O movimento do autor da crônica de comparar as condições de vida material de europeus e brasileiros e as associar diretamente ao tom que as classes trabalhadoras reagiam ao 1º de Maio – com “incidentes” na Europa e

“democrático” e que, por conta disso, todos estão equiparados em condições de direito de serem “coparticipes dos gozos, dos prazeres e das alegrias comuns.” Ao fim e ao cabo, o que separaria os sujeitos seria “apenas as diferenças em que a própria situação material e as posses e recursos de cada um delimitam as aspirações, os desejos e as ambições de todos”.

Ora, a proposta aqui não é a de apontar qual o operariado sofria mais naquele momento, o europeu ou o brasileiro, mas por descompromisso ao cotidiano de lutas das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, aquela crônica semanal ignora todo o passado escravista brasileiro e as suas consequências contemporâneas nos mundos do trabalho daquele cenário. Não satisfeito, o autor ainda conclui:

A verdade é que em nosso operariado profissões há em que o **laborador cotidiano** auferia salários superiores aos ordenados dos burocratas, dos funcionários públicos, dos que vivem da pena ou da inteligência, das artes liberais ou das artes em que é o espírito que põe a maior soma de contribuição para servi-las bem. Nestas condições, a festa do Trabalho não podia ser outra coisa senão isso mesmo, um amplexo generalizado, o reconhecimento público de que o operário em sua vida modesta se sente feliz e orgulha-se de ser parte integrante da sociedade em que convive, parte respeitada, querida, considerada e amada, que não saberia como dizer com ódio: *a besta da carga!* no dia em que se faz alegremente a *festa dos carregadores* do ônus brando que lhes coube na partilha da vida.

Sabemos muito bem, informados pela própria historiografia, que a vida financeira de escritores, jornalistas e outros tantos profissionais liberais – no caso da crônica, apartados da classe do “laborador cotidiano” – era difícil e que, em sua maioria, deveriam produzir diariamente seus textos para garantir o básico de sustento.⁴⁰ Entretanto, o cronista faz questão de demarcar que entre aqueles que diariamente trabalhavam no Rio de Janeiro, possivelmente os mesmo que ocupavam as ruas em passeata no 1º de Maio, era auferido “salários superiores aos ordenados dos burocratas, dos funcionários públicos, dos que vivem da pena ou da

“festa” no Brasil – é visto pela historiadora Luciana Barbosa Arêas como uma das formas características da dita “grande imprensa” de repercutir a data. A autora constrói o argumento de que parte dos jornais de grande circulação no Rio de Janeiro só viam a possibilidade de existência de protestos violentos na Europa, visto a “miséria, infelicidade e ódios seculares entre classes” existentes naquele continente, o que não seria possível de ser identificado em nosso país. Dessa maneira, para parte desses jornalistas, no Brasil não existia “oposição entre capital e o trabalho, pelo contrário, ambos cooperavam entre si para atingir um objetivo maior, o enriquecimento do país.” Nessa linha de raciocínio, as boas condições de vida dos trabalhadores em solo brasileiro foram relacionadas muitas vezes, segundo a autora, com “privilegio de viver em um país repleto de riquezas naturais”, cenário oposto ao ambiente europeu. A autora realizou esta discussão em: AREAS, Luciana Barbosa. *Op.Cit.*, pp.112-115.

⁴⁰ Parte do cotidiano de vida e de trabalho de jornalistas e literatos brasileiros foi exposta por Leonardo Affonso de Miranda Pereira na introdução do seu livro *O Carnaval das letras*, conferir em: PEREIRA, L. A. M.. *O carnaval das letras. Literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2a.. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. v. 1. 318p. Em estudo recente, a historiadora Gabriela de Oliveira Nery Costa conjuga esta e outras questões a respeito dos mundos do trabalho da imprensa carioca entre os séculos XIX e XX, conferir sua tese: NERY, Gabriela. *Trabalhadores do jornal: organização e proletarianização de repórteres e jornalistas no Rio de Janeiro, c.1870-1920*. 2024. 1 recurso online (271 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

inteligência, das artes liberais [...].” Eram essas condições que faziam da data um “amplexo generalizado”, visto que vivendo sua vida “modesta” o operariado “se sente feliz e orgulha-se de ser parte integrante da sociedade em que convive”, sendo ela “respeitada, querida, considerada e amada”.

Temos em tela uma das formas que nas páginas d’*O Malho* foram repercutidas diversas temáticas: trecho da crônica semanal. Seção responsável por organizar e devolver ao público os principais assuntos da semana que se passou, a crônica de 9 de maio de 1903 da revista, ao tratar do 1º de Maio não se ateu ao tema das passeatas que aconteceram oito dias antes. Na verdade, elas parecem ter ficado em segundo plano. O seu autor, que assina com a letra “F”, não poupou palavras para harmonizar os ânimos das classes trabalhadoras cariocas, buscando exaltar ao seu público a existência de um cotidiano de trabalho de bons salários, em alguns casos até melhores do que o dele próprio, e de que os milhares de trabalhadores cariocas recebiam um reconhecimento positivo e valoroso do restante daquela sociedade. Esta questão salarial não foi levantada à toa na crônica e, apesar de ocupar um pequeno espaço frente ao seu todo, abre caminhos para discussões importantes sobre o cruzamento dos estudos do Trabalho e da Imprensa.

Ao se inserir, mesmo que indiretamente, no cenário daquela crônica, o autor, sendo um “dos que vivem da pena ou da inteligência”, faz questão de se separar do “laborador cotidiano” que por vezes faz parte da classe daqueles que recebem “salários superiores” aos seus. Este argumento antecede e precede afirmativas que caracterizam o 1º de Maio como um momento festivo e não de luta. Esta associação de temáticas em camadas ao longo do texto faz parecer o “laborador cotidiano”, que em alguns casos ganha mais do que deveria e por isso fazia festa naquela data, um tipo menor de trabalhador frente aos jornalistas, burocratas e artistas liberais. Mesmo que não o diga, levanta-se a hipótese dos ofícios desses laboradores cotidianos estarem ligados ao trabalho braçal, aquele responsável por sustentar a cidade ativa, carregando, vendendo, construindo e limpando há centenas de anos.

Falar da relação entre salário e ofícios braçais no Brasil é tratar, também, de um período que ainda incomodava sujeitos como o nosso cronista: a escravidão brasileira, recém-abolida no ano de 1888. Este ponto, na verdade, nos encaminha para interpretação do quão importante naquela sociedade era o salário como uma das formas de reafirmação da liberdade conquistada, seja antes ou no pós-abolição brasileiro. Esta questão é amplamente levantada pelo historiador Walter Fraga Filho no livro *Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*, no qual são discutidas diversas nuances a respeito do cotidiano de

escravizados e libertos durante a escravidão e o pós-abolição na Bahia.⁴¹ Viver na condição de liberto era estar sujeito constantemente à tentativa de reafirmação senhorial sob o corpo, dia a dia e trabalho desses sujeitos. Por vezes, os ex-senhores, que passavam ou não a ocupar a condição de patrão, queriam controlar o tempo de trabalho, manter esses sujeitos dependentes de suas terras, permanecer com os castigos e pagar pouco ou até mesmo não pagar salários a esses trabalhadores que antes viviam oficialmente sob o seu julgo.

Dessa maneira, parte dos libertos rastreados pelo historiador fazia questão de, apesar de toda dificuldade material e burocrática, requisitar o direito a um pedaço de terra, mesmo que pequeno, para viverem dela. Outro ponto que buscavam manter total controle era sobre os seus dias. Walter Fraga mostra casos de embates de ex-senhores com libertos nos quais os primeiros queriam que esses trabalhassem todos os dias da semana, como foi durante três séculos. Entretanto, muitos desses trabalhadores buscavam trabalhar somente o suficiente para o seu sustento e aproveitavam o restante dos dias para outras atividades, demarcando assim liberdade de controle sobre o seu tempo. O caso salarial entra nesse meio e ao reafirmarem que só trabalhariam em troca de salário em dinheiro, negando pagamento por moradia ou alimentação, as libertas e libertos firmavam os limites da emancipação conquistada, fosse por alforria, benfeitoria ou após o 13 de maio de 1888.⁴²

Essa postura firme incomodou muitos ex-senhores no Brasil, assim como pode ter incomodado algum cronista republicano que compartilhasse a ideia aos seus leitores que muitos dos trabalhadores braçais que estavam nas ruas no 1º de Maio ganharia mais que ele, uma pessoa ilustrada, redator de uma das mais importantes revistas ilustradas do século XX. Veja, construir todo um argumento de harmonia entre as classes e exaltar uma boa realidade de trabalho e salário inexistentes naquele contexto é minimamente sintomático da ideia pública que se queria construir sobre o trabalho e os trabalhadores republicanos. Essa ideia, ora descarada, ora

⁴¹ FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. ISBN 85-268-0741-2, 368p.

⁴² Conferir, em especial, as discussões realizadas pelo historiador nos capítulos 5 e 6 do referido livro: “Cabeças viradas no tempo da liberdade” e “Depois da liberdade: tensão e conflito nos engenhos do Recôncavo”, respectivamente. Neles, outras formas de embates e negociações cotidianas entre ex-senhores e libertos são analisadas, assim como, é abordada a narrativa do “problema da mão de obra” criada pelas próprias elites da terra que, por perderem controle dos ex-escravizados, buscavam formas legais de os controlarem, sobretudo a partir do braço da vigilância estatal. In. FILHO, Walter Fraga. *Op.Ct.*. Esta relação entre liberdade, escravidão e remuneração foi tratada, também, pela historiadora Renata Figueiredo Moraes. Dentre tantas outras questões, Moraes analisa como a categoria dos tipógrafos da Corte, ao reclamarem de seus baixos salários e condições de vida e trabalho, faziam questão de se reafirmarem hierarquicamente superiores aos sujeitos escravizados. Conferir a discussão no seguinte artigo: MORAES, Renata Figueiredo. “‘Esse canto que devia ser um canto de alegria, soa apenas como um soluçar de dor’ – Trabalhadores livres e escravizados no Rio de Janeiro (1830-1880)”. *Revista Mundos do Trabalho* (online), v. 14, p. 1-19, 2022.

escondida nas linhas das crônicas, são alimentadas de um passado que se queria esconder e omite deliberadamente o contexto das greves que abre o século XX que, por vezes, era estampado nas mesmas páginas d'*O Malho*. Entretanto, buscando sair do campo da hipótese, vale o questionamento: quem ocupava as ruas do Rio de Janeiro nos dias do 1º de Maio do início dos noventa? Quais as demandas eram requeridas na passeata? O que havia por de trás do clima festivo daquela data? Vejamos.

Essas perguntas nos encaminham a “imprensa noticiosa”, veículos que circulavam diariamente nas ruas cariocas e que, por vezes, eram um prato cheio de informações para composição do que era veiculado como necessário de ser revisto nos periódicos semanais, a exemplo d'*O Malho* e, também, do próprio gênero crônica como a que abre o capítulo.⁴³ Os problemas se reafirmam importantes, também, à medida que aquela dita “festa” ter sido alvo de constantes disputas e jogos de força, seja entre os operários e/ou destes com os governantes e a própria imprensa carioca. Parte destes tensionamentos já foi estudado pela historiadora Luciana Barbosa Arêas em sua dissertação de mestrado que firmou o 1º de Maio no Brasil como um dos importantes elementos para a “formação de uma consciência de classes entre os diversos setores do operariado carioca”, sendo a data uma das “ocasiões em que a classe operária demonstra sua força e importância para a sociedade.”⁴⁴

Entendendo a celebração à luz do conceito de “tradição inventada” do historiador Eric Hobsbawn, Arêas associou que no caso brasileiro o 1º de Maio estava relacionado à leva de festas populares religiosas brasileiras que ocorriam entre os meses de fevereiro e maio (Carnaval, Semana Santa e o Pentecostes), e, mais especificamente, ao Mês Mariano, sendo maio o momento dedicado, pela lógica cristã, à Virgem Maria, mãe de Jesus.⁴⁵ Dessa forma, a Festa dos Trabalhadores, para parte dos atores daquele jogo de forças, estava associada às flores, religião, renovação e renascimento, sendo a paz e a esperança uma tônica importante deste cenário, não muito diferente do clima fraternal defendido pelo cronista d'*O Malho*.⁴⁶ Este

⁴³ O conceito “imprensa noticiosa” como oposição aquelas de periodicidade semanal, quinzenal, mensal e até mesmo semestral é balizado pela historiadora Marcia Cezar Diogo em discussão realizada no seguinte capítulo: DIOGO, Marcia Cezar. “O Moderno em Revista na Cidade do Rio de Janeiro”. In: CHALHOUB, Sidney & NEVES, Margarida de Souza & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda Pereira. *História em Cousas Miúdas*. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 2005.

⁴⁴ AREAS, Luciana Barbosa. *Op.Cit.*, p.2

⁴⁵ Vislumbrar o caso brasileiro em específico é importante, em vista de que nos países do hemisfério norte outros elementos eram associados ao 1º de Maio, sendo o principal entre eles a chegada da primavera. Conferir a discussão em: *Ibidem*, pp.53-54.

⁴⁶ O *Jornal do Brasil*, por exemplo, em trecho que antecede os comentários acerca da passeata do 1º de Maio de 1903, comenta que: “[...] Maio é o mês mais belo entre os meses todos. A natureza o destinou às flores e a religião o consagrou a Maria. Não podia a festa do Trabalho ser mais bem realizada que entre perfumes deliciosos de rosas e violetas e sob o olhar protetor da Mãe de Deus. [...]” Cf. “1º de Maio. Festa do trabalho”. *Jornal do Brasil*, 1 de

pressuposto é caro à pesquisa, tendo em vista que nos mostra a necessidade de vislumbrarmos os vestígios que estão por trás de uma névoa representada pelo tom comumente expressado na imprensa daquele contexto.

As reportagens sobre o 1º de Maio nos periódicos diários de grande circulação no Rio de Janeiro eram quase sempre semelhantes em estrutura e conteúdo, umas com mais detalhes e outras com menos. O *Jornal do Brasil* é o caso que contém reportagens minuciosas sobre a data, tratando do assunto, em 1903, pelo menos durante 4 dias: 29 e 30 de abril e 1 e 2 de maio. Partindo desta base material, retomemos a pergunta: quais as ocupações e demandas dos “laborador[es] cotidiano[s]” que ocuparam as ruas em passeata no primeiro dia de maio? As pistas deixadas na imprensa nos apresentam todo o processo de articulação daquela manifestação operária, desde a organização prévia das associações de ofício sob o comando executivo da comissão de festejos do Centro das Classes Operárias do Rio de Janeiro até o itinerário percorrido pelas trabalhadoras e trabalhadores nas ruas cariocas durante a Festa do Trabalho. E sim, entre comícios, standartes e bandas, o clima foi de festa mesmo.

Na edição da manhã do *Jornal do Brasil* do dia 30 de abril, em reportagem com o título “1º de Maio. Festa do Trabalho”, são colocadas a público as associações e bandas já confirmadas na composição da passeata do dia seguinte. O que chamamos atenção, para além da organização em duas vias (ora segmentada nas sociedades de cada ofício, ora centralizada na figura do Centro das Classes Operárias) é o levantamento que se é possível fazer de quais eram as categorias de trabalho que se uniram nas ruas, tais como: sapateiros, carroceiros, alfaiates, chapeleiros, marceneiros, pintores, escultores, trabalhadores em pedreira, papelaria e em fábricas de tecido, assim como, cigarreiros, charuteiros. As reportagens ainda trazem detalhes a mais sobre a categoria das trabalhadoras e trabalhadores em fábricas de tecido, nos informando o nome de alguns dos estabelecimentos: Tijuca, Sapopemba, Bangu, Corcovado, Carioca, Rink, Cruzeiro, Confiança, Industrial e Alliança.⁴⁷ O destaque deve ser dado também às sociedades de música e às bandas que compuseram o desfile, dentre eles: Sociedade

maio de 1903, p.1. (Edição da Manhã). No caso do *Correio da Manhã* não há uma associação direta quanto a data operária e o Mês Mariano, porém, em publicação no dia 1º de maio daquele ano, na primeira página daquela edição, a reportagem “1º de Maio” está disposta quase ao lado daquele sobre “O mês de Maria”, cabendo aos leitores estabelecer a correlação harmônica.

⁴⁷ “Festa do Trabalho. 1º de Maio”. *Jornal do Brasil*, 30 de abril de 1903, p.1 (Edição da Manhã). As fábricas de tecidos cariocas abrigavam trabalhadoras e trabalhadores importantes ao movimento operário republicano, tendo em vista o aglomerado de greves realizados por essa categoria. Esta, ainda, foi responsável pela deflagração da “greve geral” naquele ano, movimento iniciado em 11 de agosto de 1903 na fábrica de tecidos Cruzeiro que foi acompanhado por tantos outros profissionais de outros ofícios naquela cidade. Para aprofundar nos estudos da referida greve, conferir a seguinte tese em História: GOLDMACHER, Marcela. *A “greve geral” de 1903: Op.Cit.*

Particular de Música Prazer da Glória, as bandas do corpo de bombeiro, 10º batalhão de infantaria do exército, brigada e cavalaria policial.

Todos esses sujeitos reunidos estariam envolvidos em atividades que ocuparam todo o primeiro dia do mês de maio. Em primeiro turno, comporiam a grande plateia dos comícios que seriam proferidos em sessão solene no Frontão Velocipédico, local que “cabem 10.000 pessoas, sendo franca a entrada”⁴⁸, tendo como principal orador o Dr. Vicente de Souza – um homem negro, que era presidente do Centro das Classes Operárias, médico, socialista e havia feito parte do movimento abolicionista brasileiro.⁴⁹ Depois, em desfile com estandartes em punhos e acompanhados das bandas, seguiam por pontos importantes da cidade, como a rua do Lavradio, Rio Branco e Ouvidor, o largo do Rocio, Praça da República e Tiradentes etc. No final do dia, haveria “grande festival no teatro S. José” com entrada franca aos operários e suas famílias.⁵⁰

Os operários realmente se mantiveram calmos e ordeiros, apesar de alguns incidentes entre eles próprios em alguns momentos daquele dia, mas nada que afetasse a boa ordem daquela república burguesa. Entretanto, o que publicamente, nas páginas da imprensa e em meio às músicas e aplausos, era demandado? São expostas no *Jornal do Brasil* duas cartas que teriam sido redigidas em nome do operariado, uma delas foi endereçada ao prefeito do Rio de Janeiro e outra ao presidente do Brasil. O que elas têm a nos dizer se lidas em paralelo à crônica d’*O Malho*? A correspondência operária endereçada a Pereira Passos, apesar de todo procedimento de deferência estrategicamente aplicado à “primeira autoridade do Distrito Federal”, é bem objetiva quanto à condição material daqueles tantos operários e operárias que estariam em festa naquele dia. O pedido ali realizado atenderia a melhores condições relativas “à vida, à saúde e o bem-estar das classes proletárias desta cidade”, considerando toda a “insalubridade da habitação” das trabalhadoras e trabalhadores cariocas. Apesar do “altíssimo preço de aluguel” que era praticado no Rio de Janeiro daquele contexto, suas residências, por vezes, eram “desprovidas de água, de ar, de luz, de calor solar, em uma palavra, de todas as condições de higiene e de conforto.” Em contrapartida, eram essas mesmas pessoas que, ao término dos festejos do 1º de Maio, iriam se dirigir às suas casas pouco salubres, os responsáveis diretos e

⁴⁸ “Festa do Trabalho. 1º de Maio”. *Jornal do Brasil*, 30 de abril de 1903, p.1 (Edição da Manhã). Luciana Arêas levantou que o comício de 1903 foi “um novo elemento” inserido nas comemorações do 1º de Maio, movimento inédito até então. Cf. AREAS, Luciana Barbosa. *Op.Cit.*, p.61.

⁴⁹ A participação de Vicente de Souza no cotidiano das causas operárias será objeto de análise da dissertação ao longo dos demais capítulos. Parte de sua trajetória, entre o império e a república, já foi estudada pela historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, confira em: PINTO, A. F. M.. “Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro”. *ESTUDOS HISTÓRICOS*, v. 32, p. 267-286, 2019.

⁵⁰ “Festa do Trabalho. 1º de Maio”. *Jornal do Brasil*, 1 de maio de 1903, p.1 (Edição da Manhã).

indiretos pelas obras de “saneamento e embelezamento” que o remetente da carta iniciava na cidade. O requerimento, ao final, era que se fosse estendido a todos o privilégio de ter um lar saneado, uma questão de saúde pública, assim como se fazia com a área central da cidade.⁵¹

Em meio ao itinerário da passeata no dia 1º de maio, por volta das 16h30, os operários chegaram à prefeitura e esse pedido foi reafirmado ao prefeito Pereira Passos e por ele respondido. Na ocasião, Vicente de Souza realizou um “vibrante discurso” apelando ao prefeito para que “não se esquecesse do operário e tratasse” da construção das casas. Como de praxe, o prefeito da cidade disse que “estaria pronto a fazer tudo quanto fosse possível e estivesse ao alcance da Municipalidade, em favor da classe operária”, mas, como sabemos, a sua atenção naquele momento ficaria quase que por completo voltada para as reformas urbanas nas áreas centrais da cidade.⁵² E a mensagem endereçada ao presidente dos Estados Unidos do Brasil, o que requeria?

Sob a justificativa de “conservação da saúde” e “do prolongamento da vida”, buscando aumentar seu tempo para “repouso” e “instrução”, demarcando assim a busca por maior controle de seu tempo e de suas vidas, o operariado solicita a Rodrigues Alves a “decretação do dia legal de oito horas para o trabalho dos adultos e de seis para os menores, em todas as oficinas do Estado, pagos pelo erário federal e dirigidas por autoridades da União”. Apesar de comum à época, a correspondência não deixa de tornar pública nas páginas da imprensa a experiência de “menores” trabalhadores que dividiam jornadas de trabalho tão extenuantes quanto as dos adultos. A carta demonstra que a articulação para atingir este que era o objetivo máximo das classes operárias pelo mundo já vinha sendo feita pelas vias oficiais, peticionando junto ao Estado e às autoridades jurídicas brasileiras.⁵³

Infelizmente, não tivemos a notícia se houve encontro das classes operárias com o presidente Rodrigues Alves, entretanto, já sabemos que a efetivação da jornada de 8 horas no Brasil só se deu algumas décadas mais tarde. Essa demanda, antiga conhecida do operariado internacional, era marca constante em manifestações de trabalhadores no país, sobretudo em

⁵¹ *Idem*. A questão da insalubridade e alto custo de vida do cotidiano e moradia dos trabalhadores cariocas já foi amplamente estudada pela historiografia. Conferir alguns desses estudos em: CHALHOUB, S.. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 250p.; CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; ENGEL, M. G.. “Onde moram os pobres? Representações literárias das habitações populares (RJ, fins do século XIX e inícios do XX)”. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 7, p. 89-103, 2013.

⁵² “Festa do Trabalho. O dia 1º de Maio – A grande comemoração de ontem”. *Jornal do Brasil*, 2 de maio de 1903, p.1 (Edição da Manhã).

⁵³ “Festa do Trabalho. 1º de Maio”. *Jornal do Brasil*, 1 de maio de 1903, p.1, grifo meu (Edição da Manhã).

ocasião do 1º de Maio e nas várias greves que tiveram o Rio de Janeiro como palco. Apesar do apelo vindo de fora, é necessário observarmos que ela, nos mundos do trabalho no Brasil, atua contra práticas de controle patronais que são heranças diretas dos cotidianos de sujeição escravista tão comuns havia algumas décadas. As altas cargas horárias de trabalho, baixos salários, péssimas condições de vida e moradia e a vigilância policial na República brasileira são parte de um processo de manutenção de controle máximo da elite sobre as trabalhadoras e trabalhadores que foi inaugurado séculos antes no Brasil com a instituição escravista.⁵⁴

A repercussão do ato operário de 1º maio de 1903 pelo *Jornal do Brasil* é centrada na organização dos festejos e na forma pacífica como se desenrolou, deixando alguns rastros de como aquele movimento estava lidando com o poder estatal para melhorar suas condições de vida. Parte desse eco é recuperado pelo cronista d’*O Malho* que fez questão de ressaltar o clima de ordem do dia, entretanto, ignora deliberadamente a realidade de trabalho e vida daqueles sujeitos, mesmo que estivessem nas entrelinhas das tantas reportagens da imprensa diária sobre aquela comemoração. A imagem pública construída em cima do tom festivo que os próprios trabalhadores cariocas davam à data é justificada a partir de uma ideia de cotidiano de trabalho inexistente, mas que ia ao encontro do projeto republicano brasileiro desejado e empanado nas linhas daquela crônica. Em meio a essas questões, o que podemos analisar da festa operária de 1904?

1.2 A data operária sob as lentes da imprensa ilustrada

Desde, pelo menos, 20 de abril de 1904, vinham ganhando importante repercussão nas páginas do *Jornal do Brasil* reportagens sobre a situação cada vez pior da seca que assolava alguns estados do “norte” do país, sendo os principais afetados o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. As reportagens publicizavam as medidas governamentais de amparo àquelas populações, assim como, o movimento realizado por diversos setores sociais do Rio de Janeiro para angariar fundos e donativos para auxiliar aquela situação. Dentre estes setores, destacam-se os eventos sociais realizados pelo Círculo dos Repórteres e as campanhas mantidas por

⁵⁴ Como já abordado pela historiografia, este controle republicano foi propositalmente construído a partir da eminente decadência do sistema escravista no país, ainda durante o império. Discussões parlamentares colocavam em voga a necessidade de criação de uma nova ética de trabalho, a qual abriria caminhos para a supervisão dos trabalhadores brasileiros, que seriam em breve todos livres. Entretanto, grande parte deste controle recaiu sobre aqueles egressos da escravidão que, em grande maioria, foram estigmatizados como “classes perigosas”. Sobre essa e outras discussões daquele contexto, conferir: CHALHOUB, S. “Vadios e barões no ocaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888.” *Estudos Ibero-Americanos*, Curitiba, v. 9, n.1-2, p. 53-67, 1983. Do mesmo autor, conferir o subitem “Trabalhadores e vadios; imigrantes e libertos: a construção de mitos e a patologia social” In. CHALHOUB, S.. *Trabalho, lar e botequim: Op.Cit.*

algumas associações operárias com o intuito de organizar a recepção de qualquer ajuda direcionada aos estados em seca, sendo a principal envolvida o Centro das Classes Operárias. Algumas reportagens expõem, também, o movimento de retirantes da seca para estados como São Paulo e Minas Gerais, localidades onde “estão sendo humanitariamente recebidos”.⁵⁵ Em decorrência da situação de seca nos estados citados, as comemorações operárias do 1º de maio aconteceram de forma mais tímida e segmentada entre os operários cariocas.

Importante explicação para esta dinâmica foi a negativa do Centro das Classes Operárias, presidido pelo Dr. Vicente de Souza, de organizar festejos naquele momento em que muitos estavam passando por dificuldades de sobrevivência por conta da seca. Com isso, o 1º de Maio foi diferente nas ruas e nas páginas da imprensa. Por meio de uma comunicação assinada por Vicente de Souza, o Centro das Classes Operárias informa e justifica a ausência daquele órgão na função de principal organizador dos festejos do 1º de Maio. Seria uma “afronta” ou “delírio” aquela associação dispor o seu tempo a preparar o “desfraldar [das] bandeiras”, o “exornar [dos] estandarte[s]” e “fazer soar as fanfarras e a ressoar hinos e marchas alegres através da cidade opulenta”, enquanto “centenas” de trabalhadores do “norte” do país morriam de fome. Soaria contraditório ao “ideal socialista” da compreensão de serem todos “uma só família”, a situação em que uns “enlouquecem de fome e sede” e outros “cantam alegres e ruidosos hinos e fazem ressoar a fanfarra”. Por isso, naquele ano, em alinhamento com a Liga Artística e Operária da cidade de Natal, o Centro das Classes Operárias do Rio de Janeiro reservaria seus principais esforços na ajuda à situação do norte.⁵⁶

Realmente, os festejos foram diferentes em 1904, tanto nas ruas quanto na imprensa. Com a ausência da função de amalgamar as associações de ofícios cariocas em um só grande préstito, função realizada por aquele Centro em 1903, ficou a cargo de cada uma delas organizar e comemorar o 1º de maio à sua maneira. No *Jornal do Brasil*, em oposição ao ano anterior, não houve a publicação de reportagens especiais a respeito dos preparativos para a data, como algumas que exploramos nas páginas anteriores, sendo este espaço ocupado pelas reverberações da “Seca no Norte”. Rastreamos as movimentações operárias pela coluna “O Operariado” que,

⁵⁵ Para acompanhar essas repercussões antes do dia 1º de maio de 1904, buscar por reportagens com o título “Seca no Norte”, geralmente nas primeiras páginas das edições, e alguns desdobramentos na coluna “O Operariado”, dentre os dias 20 e 30 de abril de 1904, no *Jornal do Brasil*.

⁵⁶ É possível conferir a circulação da referida carta nos seguintes jornais: “1º de Maio.” *Correio da Manhã*, 1 de maio de 1904, p.2; “O 1º de Maio”. *Gazeta de Notícias*, 1 de maio de 1904, p.2; “Festa do Trabalho”. *Jornal do Brasil*, 2 de maio de 1904, p.2. Não encontramos exemplar em edições d’*O Paiz*.

ao apresentar os dados de forma segmentada sobre cada associação/união operária, já demonstra o tom dado às comemorações daquele ano.

Desta coluna, entre os dias 28 de abril e 2 de maio, levantamos algumas associações de trabalhadores que se organizaram para aquela data, dentre elas: foguistas, carpinteiros, sapateiros, correeiros, marceneiros, marmoristas, cigarreiros, charuteiros, alfaiates, estivadores. Da mesma forma, os empregados em fábricas de tecidos, ferrovias, pedreiras e padarias. Algumas associações escolheram se manter reclusas em suas sedes realizando sessões solenes fechadas, outras buscaram realizar seus préstitos seguindo itinerários que lhes convinham. Entretanto, na mesma coluna, circulava uma posição de que parte daquelas associações iria se unir em passeata organizada pela Federação das Associações de Classe, o que não foi noticiado por aquele jornal no dia 2 de maio.

Na verdade, a reportagem do *Jornal do Brasil* dava o tom de que no dia 1º de maio “uma sociedade encontrava a outra” pelas ruas do centro da cidade, “trocavam-se saudações, cumprimentos em alto vozeirar”, marcando diferença do ano anterior de ter sido organizada uma grande passeata com as sociedades unidas. A construção dessa notícia é estruturada, como nos dias anteriores, em explorar o que cada uma das associações realizou naquela data individualmente e não coletiva.⁵⁷ Entretanto, posição contrária é encontrada em jornais como a *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã* e *O Paiz* que informam em suas páginas que esses pequenos préstitos individuais se uniram em um só sob organização da Federação das Associações de Classe, a qual nem é citada na edição do *Jornal do Brasil* publicada após os festejos.⁵⁸

A diferença na abordagem da data operária aconteceu, também, n’*O Malho* publicada no dia 7 de maio de 1904. O primeiro destaque se dá pela não apropriação da temática na crônica semanal da revista, como ocorreu no ano anterior. Nas linhas da “Crônica da semana”, três assuntos foram tratados: a questão da demolição do edifício do antigo mercado da Glória, notícia que felicitou o autor do texto (o mesmo que escreveu a crônica que abre o capítulo); a nova fase do jornal *A Tribuna*; e o litígio diplomático entre o Brasil e o Peru, sendo este último explorado por diversas vezes naquela edição.⁵⁹ Naquele dia, ao longo das 32 páginas,

⁵⁷ “Festa do Trabalho”. *Jornal do Brasil*, 2 de maio de 1904, p.1.

⁵⁸ Conferir as edições de 2 de maio de 1904 dos referidos jornais.

⁵⁹ A questão diplomática brasileira, sobretudo a atuação do Barão do Rio Branco, sob o traço d’*O Malho* já foi alvo de objeto de estudo de uma dissertação de mestrado, inclusive o caso do Peru citado acima. Para saber mais, conferir: BINELO, Sophia Franciele Martins. *O Barão do Rio Branco na revista ilustrada O Malho (1902-1912)*. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2015.

veicularam-se 23 ilustrações e 9 fotografias, sendo que duas dessas últimas interessam à pesquisa. Está aí o segundo ponto de destaque: diferente do ano anterior, temos na revista a publicação de duas fotos a respeito da comemoração do 1º de Maio, entretanto, um festejo diferente daquele noticiado nos veículos da imprensa diária.⁶⁰ Conferirmos a seguir:

Imagem 1: *O Malho*, 7 de maio de 1904, p.10.



⁶⁰ Vale destaque de que na página 21 daquela edição foi publicada uma fotografia a respeito da “Matine realizada em benefício das vítimas da seca promovida pelo Circulo dos Repórteres.” O evento havia sido amplamente divulgado nos jornais diários. Cf. *O Malho*, 7 de maio de 1904, p.21.

Imagem 2: *O Malho*, 7 de maio de 1904, p.10.



Mesmo sendo possível encontrar repercussões um pouco diferentes publicadas entre os jornais citados, o que há em comum nelas é a reunião de trabalhadoras e trabalhadores na região central da cidade, seja em pequenas ou grandes passeatas. Esta atitude não figurou nas páginas da revista e a única vez que a edição cita comemorações do 1º de Maio é a partir das publicações fotográficas acima. A festa, oferecida e organizada pelos “Srs. Pacheco & Alves”, é realizada no ambiente de trabalho, a pedreira da Candelária. Além dos operários e dos donos do estabelecimento, estiveram presentes “representantes da imprensa”, podendo todos desfrutar do *lunch* que fora servido na ocasião.⁶¹ A escolha editorial d’*O Malho* para tratar a data operária de 1904 é um tanto quanto não convencional, tanto por fazer uso pela primeira vez de fotografias, quanto por não se utilizar de textos escritos e ilustrações nesta repercussão. Mas mesmo com essas diferenças, o tom expresso entre os anos é tão distinto assim?

Trazendo à baila novamente as ponderações de Luciana Barbosa Arêas, havia discordâncias entre lideranças militantes do movimento operário brasileiro do início do período republicano, as quais se estendiam em disputas sobre a maneira legítima de celebrar a data do 1º de Maio. Essas discordâncias se davam entre facções ligadas ao anarquismo e ao sindicalismo

⁶¹ O mesmo tipo comemoração foi oferecido pelos operários no ano anterior pelos Srs. Pacheco & Alves em ocasião na pedreira da Guanabara. Conferir a notícia em: “O Operariado”. *Jornal do Brasil*, 3 de maio de 1903, p.2.

revolucionário e era exposta, sobretudo, na imprensa operária. Sobre o clima festivo de 1903, por exemplo, José Hermes de Olinda Coita publica um artigo no *Brazil Operário* acusando o

Dr. Vicente de Souza, que era também o presidente do Centro das Classes Operárias, de ser um membro da sociedade burguesa e, por causa desta sua condição, de ter facilitado a presença do elemento burguês durante as comemorações. Esta presença teria se manifestado principalmente através de três fatos: o préstito passar em frente ao palacete do Ministério da Justiça; os manifestantes terem beijado os estandartes dos principais jornais; e a presença do chefe de polícia no préstito.⁶²

Essas críticas contra comemorações com tom festivo, tipo as organizadas pelo Centro das Classes Operárias, eram associadas a um ato de desrespeito à memória dos mártires de Chicago e estabelecem que aquelas trabalhadoras e trabalhadores estariam comemorando junto a seus inimigos. Essa mesma caracterização era dada aos operários que celebravam junto de seus patrões, ocorrências que eram vistas pelos militantes como estratégia patronal de controle do operariado para a não realização de atos que pudessem ser contra as elites brasileiras. Eram caracterizados como “trabalhadores inconscientes”, levando em conta que

apenas os operários inconscientes participavam das comemorações promovidas pelos seus opressores. A melhor forma, portanto, de modificar esta situação era conscientizar todo o operariado de que aquelas festas não passavam de mistificações do verdadeiro significado do 1º de Maio. Contudo, os militantes teriam muito trabalho pela frente, principalmente porque a burguesia e o Estado contavam a seu lado com um poderoso aliado: a imprensa.⁶³

De antemão, é importante marcar posição de que este trabalho não compartilha com a ideia de que esses trabalhadores fossem “inconscientes” e manipuláveis pelo estado burguês e por seus patrões. Entretanto, esta forma de enxergar tanto o operariado quanto os festejos do 1º de Maio fazia parte do contexto de disputa travada à época e alimentava boa parte dos jornais da imprensa daquele momento. Com isso, podemos aproximar tanto a crônica de 1903, que harmoniza as condições das classes operárias cariocas, quanto as fotografias de um dos festejos de 1904, oferecido pelos arrendatários Srs. Pacheco & Alves. Ambas as publicações, mesmo que diferentes no tipo de linguagem, demonstram o operariado carioca como sujeitos bem de vida, com bons salários, ausentes nas lutas e tutelados pelo Estado e seus patrões. O caso de 1904 é ainda mais significativo por serem aquelas fotografias a única das inúmeras mobilizações dos trabalhadores da cidade naquele dia a serem repercutidas na revista.

Caminhando com a discussão, destaca-se a importância daqueles e dos demais registros fotográficos que figurarão neste trabalho: poderemos vislumbrar, de maneira um pouco mais precisa, quem eram os operários cariocas do início dos novecentos e, por consequência, aqueles

⁶² AREAS, Luciana Barbosa. *Op.Cit.*, p.67.

⁶³ *Ibidem*, p.122.

que em hipótese faziam parte dos grandes préstitos e das greves da cidade. Analisando a **Imagem 1**, é possível identificarmos a presença de 24 pessoas, sendo todos, ou a maioria, profissionais de pedreira, um ofício braçal realizado sob o sol quente da Capital Federal. Deste total, observa-se nitidamente 5 jovens que, pelo que se supõe, são crianças. Uma delas figura na extremidade do canto direito da fotografia, sozinha em cima de uma grande elevação rochosa. Quase na mesma linha deste, só que no lado oposto da imagem, encontramos a segunda criança posando para o fotógrafo. Outras duas surgem como os últimos elementos do plano mais alto daquele registro fotográfico e, por fim, o último se encontra em meio aos adultos, bem próximo à região central da foto.

Destas 5 crianças, três delas são negras e estão utilizando vestes simples em mangas de camisa. A quarta e a quinta, crianças brancas, estão vestidas com roupas um pouco diferentes: uma delas com terno de tom claro, roupa similar a alguns dos adultos que estão em sua volta, e a outra com uma camisa de manga comprida escura. Apesar daquele registro ser de um dia atípico no cotidiano laboral daqueles sujeitos, a presença dessas crianças nos aponta para a possibilidade de elas comporem a força de trabalho daquela pedreira, realizando desde tarefas simples até aquelas mais extenuantes para jovens que ainda estão se desenvolvendo. Eles poderiam ser filhos de alguns daqueles adultos trabalhadores ou estarem ganhando as ruas em busca de oportunidades de sustento, podendo ser o trabalho em pedreira uma das tantas possibilidades para conseguirem algum tipo de remuneração.

Nos atendo aos adultos, esses se encontram concentrados no plano central da fotografia e totalizam um número de 19 trabalhadores. Deste montante, é possível observarmos que a maioria deles são sujeitos negros ou com a cor da pele mais escura que a do garoto branco que está entre eles. As vestes desses sujeitos se dividem como as das crianças: parte deles com roupas condizentes ao dia a dia do trabalho braçal em uma pedreira e os demais com ternos e chapéus, vestidos a caráter para aquela comemoração.⁶⁴ Para o registro fotográfico, parte daqueles senhores deixou ver alguns de seus equipamentos de trabalho, como inchadas e picaretas. Na **Imagem 2**, juntam-se aos trabalhadores para o registro fotográfico os

⁶⁴ Claudio Henrique de Moraes Batalha já trouxe contribuições a respeito da importância que os operários atribuíam ao uso de ternos, chapéus e afins em ocasiões públicas (festas/greves) e/ou em momentos de serem fotografados. Em grande medida, esses sujeitos buscavam respeitabilidade a partir da incorporação de convenções aceitas no espaço político, realizando, neste caso, a “ritualização da indumentária”. Batalha realiza esta discussão no item “O teatro da política” inscrito no seguinte capítulo: BATALHA, Claudio H. M.. “A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República”. In: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUB, Sidney. (Org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. 1ed.Campinas: Editora da UNICAMP, 2009, v. 1, pp. 251-269.

“arrendatários da pedreira” e “representantes da imprensa”, deixando ver uma aparente distinção de classe entre os personagens e, por que não, apontando uma possível explicação para o privilégio dessa comemoração em específico ter vigorado n’*O Malho*.

Na verdade, os proprietários daquela firma detinham a posse de outros estabelecimentos similares na cidade e no ano de 1903 eram os responsáveis pelo “fornecimento de pedras para o calçamento das ruas do Distrito Federal”.⁶⁵ O negócio expandia-se e em 1904, o ano das fotografias acima, é anunciado “Aos srs. engenheiros e construtoras” que a firma

Pacheco & Alves, estabelecidos com pedreiras nas ruas Conselheiro Bento Lisboa n. 82 e Guanabara n. 6, telefones 1.570 e 1.163, acabam de organizar uma seção para o fornecimento de materiais para construção, bem como dispõe e carroças para o transporte de afeiros e materiais de demolições

Continuam, entretanto, com o fabril de paralelepípedos, meios-fios, lajotas, etc., etc. [...].⁶⁶

Não podemos desassociar o aumento de ofertas de serviços por parte das pedreiras cariocas com o momento das reformas urbanas que a cidade do Rio de Janeiro vivenciava. Para atender a essa grande demanda, com certeza os 24 operários presentes na fotografia seriam insuficientes e aquele cotidiano de trabalho seria bem mais caótico do que o ambiente controlado capturado pelo fotógrafo. Na verdade, a notícia da morte do português Antonio Francisco da Silva Marques, operário em uma das pedreiras da firma, ilumina um pouco mais a dinâmica de trabalho daqueles locais. A reportagem caracteriza aquele ambiente de trabalho como uma “colmeia de operários”, que pulavam de bloco em bloco preparando pedras de “mil maneiras”, sob um “sol inclemente”, ambiente que pouco se parece com a cena flagrada nas fotografias veiculadas n’*O Malho*. Da mesma forma, nem se desconfia que blocos grandes e “monstruosos” como os que algumas das crianças da **Imagem 1** estão posicionadas, podem ser o mesmo que um trabalhador ao saltar e falsear o pé, rolou e “esmagou a cabeça de um pobre homem, matando-o instantaneamente”. Este “pobre homem” era um português de 45 anos e pai de cinco filhos. Após o seu óbito, é possível, ainda, vislumbrarmos o grau de solidariedade entre aqueles tantos sujeitos, tanto dos estabelecimentos da firma Pacheco & Alves quanto das “pedreiras próximas”, que acompanharam o corpo de Antonio Francisco até a sua “última morada” no cemitério São João Batista.⁶⁷

⁶⁵ “Prefeitura”. *Jornal do Brasil*, 2 de maio de 1903, p.2.

⁶⁶ *Jornal do Brasil*, 2 de julho de 1904, p.7.

⁶⁷ *Jornal do Brasil*, 2 de março de 1905, p.4. Outro acidente de trabalho em uma das pedreiras da referida firma foi encontrado: é o caso do esmagamento do pé do trabalhador José Bento Pinhão pela roda de uma carroça em que se transportava um grande bloco de pedra. Conferir a notícia em: “Com o pé esmagado”. *Jornal do Brasil*, 29 de março de 1906, p.4. O mesmo acidente foi repercutido *Gazeta de Notícias* e no jornal *A Notícia*.

Este desdobramento da repercussão dos festejos do 1º de Maio de 1904 n' *O Malho* nos encaminha novamente ao esforço de investigar o que há por de trás daquele recorte muito bem esquematizado nas páginas ilustradas do semanário. O personagem Antonio Francisco da Silva Marques poderia estar entre aqueles 19 operários adultos e algum de seus filhos, uma das 5 crianças que figuram na fotografia da revista. Este mesmo sujeito, assim como qualquer um do registro ou outros que compunham a “colmeia operária” e não foram à festa oferecida pelos patrões, é um dos tantos que cabem na expressão de “labrador cotidiano” acionada pelo cronista do semanário em 1903. A escolha de imagens muito bem construídas em cima de uma noção de ordem e passividade no ambiente de trabalho, onde patrões e operários estão lanchando lado a lado sob o testemunho de “representantes da imprensa”, pode ser tão efetiva quanto as linhas de uma desprestigiada crônica semanal. Essas mesmas fotografias revisitam o aspecto de naturalização do trabalho infantil que vigorava naquele contexto, que no Brasil tem fortes laços com a escravidão brasileira, pauta que já vinha sendo debatida pelo operariado, como vimos na carta endereçada ao presidente da República no ano anterior.⁶⁸

Trazendo Rodrigues Alves novamente à baila, a organização do seu governo não poupou esforços em estampar o seu nome e sua face nas páginas dos veículos da imprensa carioca nos mesmos dias em que se reverberaram as festas operárias do ano de 1905. Isso se deu porque, convenientemente, a data de 1º de maio daquele ano foi escolhida pelo governo republicano, junto à empreiteira daquela obra, para a inauguração do primeiro trecho reformado do porto do Rio de Janeiro, evento que ganhou importante destaque nas páginas impressas na Capital Federal naqueles dias. Outra discussão que vinha ganhando espaço quase que fixo nos periódicos era o caso da expedição ao Morro do Castelo, a qual foi alimentada dia a dia pelo mistério do que seria encontrado durante a desobstrução das galerias internas daquele morro.

Com direito a exposição de precedentes históricos os quais relatavam que um senhor em 1876 tinha em sua posse “um roteiro indicativo dos famosos tesouros dos jesuítas”, localizados

⁶⁸ A historiadora Marília Bueno de Araujo Ariza nos mostra que o trabalho infantil é cena comum antes dos novecentos no Brasil. Sob o sistema escravista brasileiro, podia-se encontrar as crianças escravizadas realizando algum tipo de trabalho, tanto na cidade quanto no campo. A variar da idade e do local em que estavam, essas meninas e meninos poderiam exercer trabalhos domésticos nas mais variadas casas, atuar como caixeiros e na limpeza de estabelecimentos comerciais, assim como no desenvolvimento de algum tipo de trabalho especializado (ferreiro, sapateiro, marceneiro etc.). Atuando como carregadores e comerciantes ambulantes, era possível encontrar esses pequenos escravizados nas ruas dos centros urbanos imperiais. No campo, lidavam com animais de pequeno porte, tratavam das lavouras e atuavam diretamente na colheita de café, aproveitando o quanto podiam nos labores em que as suas pequenas estruturas corporais eram úteis. Ao completarem seus 12 anos, o cenário mudava e “a maturidade” desses “jovens trabalhadores” era alcançada aos 14 e, a partir dali, estariam sujeitos a todos e qualquer tipo de trabalho braçal, fossem nos campos ou nas cidades. Conferir esta discussão no seguinte verbete: ARIZA, Marília B. A.. “Crianças / Ventre Livre”. In: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. 1ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2018, v. , p. 169-175.

nas galerias daquele morro, a crônica semanal d'*O Malho* de 6 de maio de 1905 não poupou espaço para repercutir a temática. Naquele ano, a coluna já era assinada por “J. Bocó” e as festas operárias, sem surpresa, foram discutidas junto das comemorações nas obras do porto. Para tratar de ambos os assuntos, obras no porto e festas operárias, foram utilizados cinco parágrafos, sendo que o primeiro se porta como chamada introdutória, concentrando-se nos quatro próximos seguintes. Do montante, há somente uma citação das formas como se organizaram as trabalhadoras e trabalhadores na Capital Federal, que faziam parte da “concorrência” junto ao “mundo oficial” daquela “festa de trabalho”. As “classes operárias” naquele dia, então, “fraternizaram **com o governo** na expansão das suas alegrias e dos seus aplausos”⁶⁹ (grifo meu).

O tom e como foi proposto o alinhamento dos operários com as festas governamentais mais uma vez não deixam de esconder a importância daquela data para os trabalhadores. Neste caminho, analisando os três primeiros parágrafos em conjunto, nota-se que o 1º de maio deixa de ser a data reservada às classes trabalhadoras e passa a ser o “belo e festivo 1º de maio”, o qual foi composto naquele ano por mais de uma festa. No segundo parágrafo, temos detalhes do que se comemorava na festa governamental, mas nada se falou dos préstitos operários que desfilarão nas ruas do Rio de Janeiro no mesmo dia, temática que seria abordada só dali a 6 páginas. A preocupação com o ato de inauguração realizado pelo presidente se volta para como aquela obra deu uma “injeção de sangue novo e vívido no organismo anemiado e combalido desta capital”, fator que demonstra a maior atenção à imagem propalada da cidade do que com as atividades operárias cariocas, as quais foram somente citadas naquela crônica.

Depois da exposição de 9 fotografias a respeito da presença de Rodrigues Alves na inauguração das obras do porto, que ocupou da página 7 até parte da 10, nos deparamos com uma reverberação um pouco mais atenciosa a respeito do dia operário. Em uma nota avulsa, sem título e assinatura é exposto na revista o seguinte texto:

Com muito brilhantismo os operários do Rio de Janeiro realizaram as suas passeatas, as suas sessões e os seus bailes comemorativos da grande data socialista, e essa parte da consagração do 1º de maio teve ainda a nota benigna da paz e da alegria que, a despeito de tudo, sóem [costuma] reinar no meio desta nossa grandiosa natureza. Os honrados operários conduziam bandeiras com a inscrição das 8 horas de trabalho, e nos seus discursos feriram a tecla dessa velha e justa aspiração.

De fato: se os operários europeus, que têm uma organização mais regular, que desfrutam certas garantias de futuro, que vivem num clima mais higiênico, não cessam de pedir a redução das horas de trabalho, maior razão para quererem isso assiste aos nossos operários, que, por enquanto, ainda vivem sob a proteção das leis várias do

⁶⁹ “Crônica da semana”. *O Malho*, 6 de maio de 1905, p.4.

acaso, em matéria do futuro, e, sobretudo, lutam com as surpresas de um clima que lhes extenua o organismo precocemente.⁷⁰

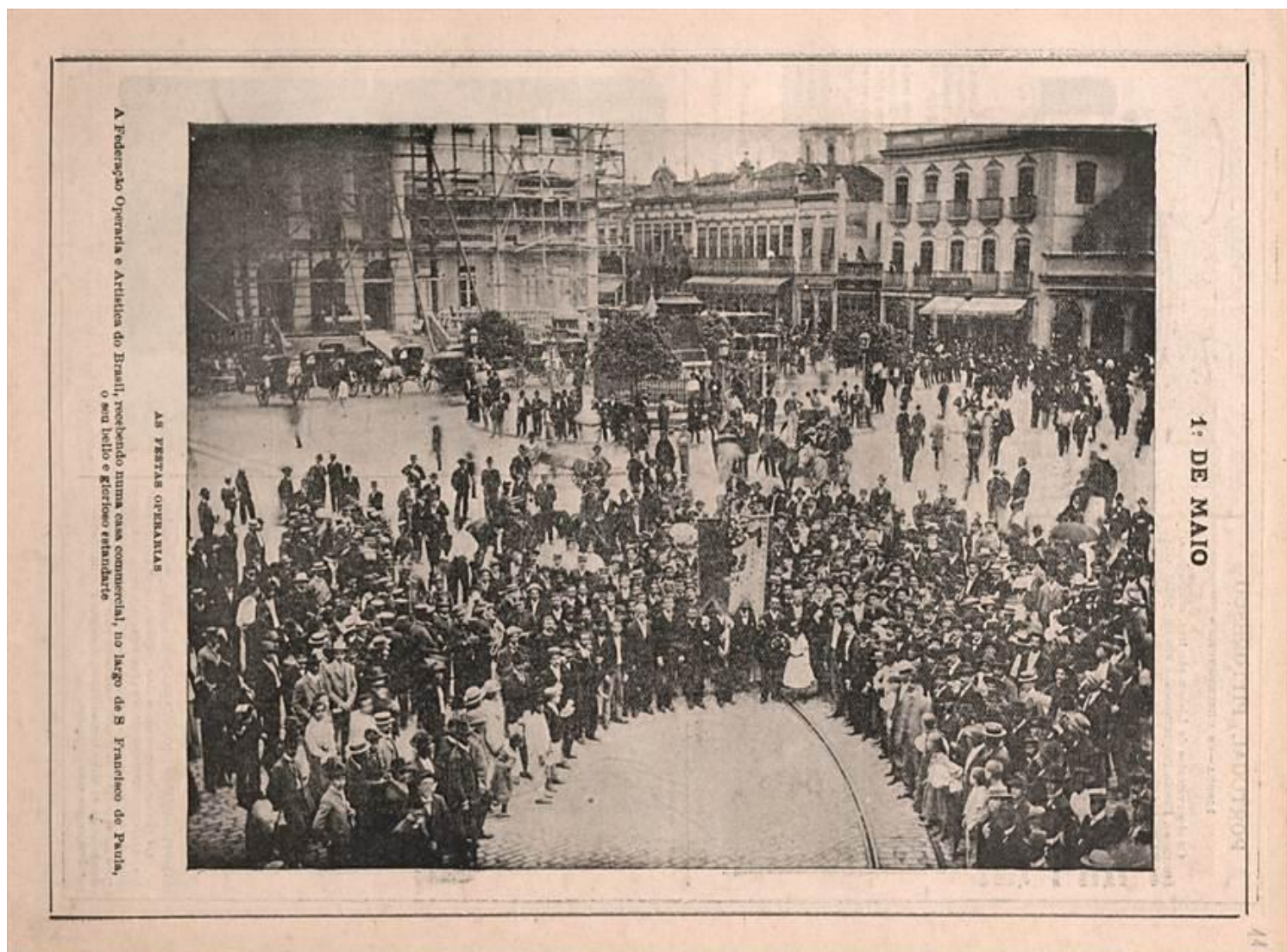
Este texto, apesar de mais curto e direto, aparece quase como uma antítese ao fragmento da crônica que abre este capítulo. Os dois não deixaram de ressaltar a “paz” e a “alegria” propalada das “passeatas” e “sessões solenes”, entretanto as similaridades param aí. Como vimos, na crônica de 1903 este clima alegre foi justificado pelas boas condições de vida do operariado, argumento que não foi endossado pelo escritor desconhecido de 1905. Apesar de ser de conhecimento comum as pautas requeridas pelos trabalhadores naquela data, passíveis de serem levantadas na imprensa noticiosa, o cronista que assinava com a letra “F” não expõe nenhuma delas em suas linhas, ao contrário do texto de 1905 que apresenta a requisição da carga horária de 8 horas de trabalho como a central daqueles movimentos. O contraste na mensagem final é nítido e o que mais esboça esta diferença é o uso do artifício de comparação dos trabalhadores brasileiros e europeus, algo que foi utilizado por ambos os escritores.

Dois anos antes, a vida das classes trabalhadoras brasileiras seria bem melhor do que as europeias e, por isso, só festa deveria ser feita no 1º de maio. Já em 1905, ao trazer à baila a questão das 8 horas de trabalho por dia, o autor coloca que o operariado europeu mesmo tendo “uma organização mais regular, que desfrutam certas garantias de futuro, que vivem num clima mais higiênico, não cessam de pedir a redução das horas de trabalho”, logo, aqueles que foram às ruas no Brasil tinham a “maior razão para quererem isso”, pois aqui “ainda vivem sob a proteção das leis várias do acaso”. O argumento climático também é balizado pelos dois textos, um defendendo que na Europa as condições climáticas prejudicavam o cotidiano daqueles operários e outro apontando que no Brasil as classes operárias “lutam com as surpresas de um clima que lhes extenua o organismo precocemente”. Nossa suposição é que esta similaridade na estrutura e temáticas utilizadas em ambos os textos não foi ocasional e o autor de 1905 tomou como base o texto da crônica publicada dois anos antes.

Em contraposição às 9 fotografias a respeito do evento governamental nas obras do porto, foi veiculado naquela edição somente um retrato dos operários em ocasião dos festejos do 1º de maio. Em primeiro turno, a discrepância material é grande, porém, as fotografias cotejadas entre si aumentam o nosso corpus documental, metodologia que ilumina deveras sobre as trabalhadoras e trabalhadores do Rio de Janeiro naquele dia. Acompanhem, inicialmente, a fotografia de parte do operariado carioca comemorando a festa do 1º de Maio:

⁷⁰ *O Malho*, 6 de maio de 1905, p.10. grifos meus.

Imagem 3: *O Malho*, 6 de maio de 1905, p.13.



Como é notório na imagem, foi reservada uma página completa para a única publicação fotográfica a respeito da festa operária daquele ano que dizia, segundo a legenda, de um flagrante da “Federação Operária e Artística do Brasil, recebendo numa casa comercial, no largo de S. Francisco de Paula, o seu belo e glorioso estandarte”. Esta federação operária vinha articulando os festejos daquele dia, pelo menos, desde março daquele ano e enviou convite especial ao *O Malho* para “assistir à sessão de posse e à entrega do estandarte” que ocorreram no primeiro dia de maio, “cerimônias” que, segundo a revista, foram “concorridas e animadas”.⁷¹ A sessão de posse a que se refere o convite é a da nova administração daquele

⁷¹ “Recebemos e agradecemos”. *O Malho*, 13 de maio de 1905, p.38.

órgão, a qual já havia sido publicizada semanas antes que a mesma seria realizada em “ato solene” na ocasião dos festejos operários.⁷²

Da fotografia, é difícil estipular se todas as pessoas que nela figuram são membros da Federação Operária e Artística do Brasil ou se ao retrato se juntaram outros tantos companheiros trabalhadores que estavam nas ruas cariocas naquele momento comemorando o 1º de Maio. Independente da situação, este é o primeiro registro fotográfico veiculado n’*O Malho* a respeito de segmentos das classes operárias da cidade, ocupando suas ruas na ocasião daquela data, e nos mostra consideráveis dezenas de trabalhadoras e trabalhadores naquele propósito. O retrato, realizado provavelmente da marquise de um prédio, flagra homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros, olhando diretamente para as lentes do fotógrafo. Ao centro da multidão operária, o estandarte ofertado por uma casa comercial do largo de S. Francisco de Paula. Extrapolando a fotografia d’*O Malho*, o que mais podemos levantar sobre os sujeitos que dela são protagonistas?

Acompanhando a trajetória daquela federação, levantou-se que sua inauguração ocorreu em 20 de junho de 1903 e tinha como 2º vice-presidente um operário mecânico, o senhor Raymundo Theodozio Gomes.⁷³ Em agosto do mesmo ano, foi pauta daquela federação a deliberação a respeito de “assuntos de alto interesse às classes de copeiros e culinários”, incluindo as “senhoras que exercem a profissão de copeiras e cozinheiras” no Rio de Janeiro. Aquela movimentação operária pretendia “tratar da regulamentação do serviço doméstico”.⁷⁴ Tancredo Leal, diretor e consultor da referida instituição, tomara posse em janeiro de 1904 do cargo de inspetor das oficinas da Biblioteca Nacional.⁷⁵ Apesar de serem esparsas as informações a respeito das categorias de trabalho dos sócios da Federação Operária e Artística do Brasil, é possível vislumbrar que entre aqueles tantos que figuram na **Imagem 3** podem estar presentes trabalhadoras e trabalhadores de diversos ofícios, desde aqueles que atendem e cozinham em restaurantes e botequins, passando pelas mulheres cozinheiras das ricas casas daquela capital até sujeitos encarregados do serviço de reparos nas variadas oficinas da cidade.⁷⁶

⁷² “O Operariado”. *Jornal do Brasil*, 30 de março de 1905, p.2.

⁷³ Cf. “O Operariado”. *Jornal do Brasil*, 23 de junho de 1903, p.4 (Edição da Tarde); “Vida Operária”. *Correio da Manhã*, 25 de junho de 1903, p.3.

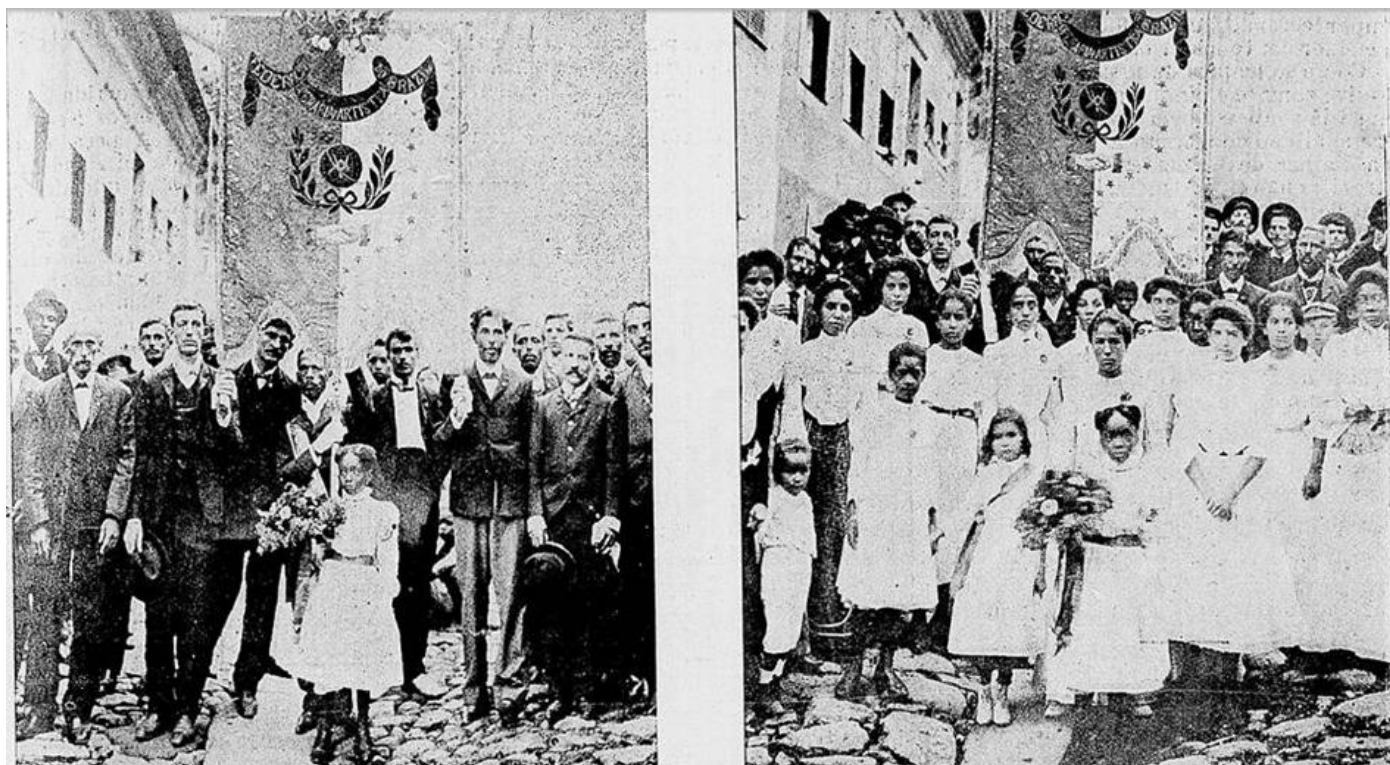
⁷⁴ “O Operariado”. *Jornal do Brasil*, 2 de outubro de 1903, p.1 (Edição da Tarde).

⁷⁵ Conferir, no ano de 1904 do *Jornal do Brasil*, a coluna “Comprimentos” do dia 6 de janeiro e a “O Operariado” do dia 9 de janeiro.

⁷⁶ Vale destacar que nas publicações já referenciadas da inauguração daquela federação, aqueles que a criaram citaram a situação que os mecânicos das oficinas do Novo Lloyd Brasileiro nas últimas semanas, em ocasião de greve e, posteriormente, perseguidos por diretores da instituição. O caso será apresentado no Capítulo 3.

A cena registrada na fotografia ocorreu na tarde daquele 1º de maio, por volta das 16h, momento em que a “diretoria e sócios, incorporados[,] foram buscar o seu estandarte, de seda branca e verde, bordado a ouro, o qual se achava exposto na casa A Paulicea”. O proprietário deste estabelecimento ofereceu ao préstito um “rico buquê de flores naturais”, o qual parece ser segurado por uma garota negra de vestido branco localizada ao lado direito do estandarte.⁷⁷ Esse e outros registros foram veiculados em edições da *Revista da Semana*, semanário ilustrado pertencente ao *Jornal do Brasil*. Apesar de este periódico semanal não ser objeto de pesquisa deste trabalho, ele compõe a imprensa ilustrada brasileira do início do século XX ao lado de *O Malho*, e oferece a nós uma perspectiva menos panorâmica desses sujeitos que estamos discutindo. Acompanhemos a seguir:

Imagem 4: *Revista da Semana*, 7 de maio de 1905, p.5.



⁷⁷ “O Operariado”. *Jornal do Brasil*, 4 de maio de 1905, p.4.

Imagem 5: *Revista da Semana*, 7 de maio de 1905, p.5.



As três fotografias acima são parte de uma série de quatro retratos da festa do trabalho de 1905 publicadas em dois volumes da revista, todas referentes à Federação Operária e Artística do Brasil. Na edição de 7 de maio, temos essas que dispomos acima, sendo que a quarta e última é a mesma veiculada n' *O Malho* (**Imagem 3**), publicada uma semana depois na edição de 14 de maio do mesmo ano.⁷⁸ Essas imagens disponibilizadas n' *A Semana*, colaboram para termos maior noção do perfil das trabalhadoras e trabalhadores que foram os únicos a figurarem em ambos os periódicos, levantando hipótese da importância deles e daquela federação frente aos outros tantos operários que caminhavam pelas ruas do Rio de Janeiro naquele dia. Na fotografia à esquerda da **Imagem 4**, temos à frente do estandarte, recebido no largo de S. Francisco de Paula, 16 pessoas, sendo uma criança e o restante de adultos.

⁷⁸ A fim de veicularmos as imagens neste trabalho com a melhor qualidade possível, na publicação referente à Imagem 4 foi necessário omitir o título e as legendas que os compunham. O título, em letras garrafais, é "A festa do trabalho". A legenda contida na fotografia da esquerda é a seguinte: "Diretoria e demais sócios da Federação Operária e Artística do Brasil na passeata do dia 1 de maio". Na fotografia da direita, encontra-se a legenda: "Estandarte da Federação Operária e Artística do Brasil". Por conta dessas omissões necessárias, deixo a seguir o endereço digital da publicação na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional para conferência no original: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_01&pagfis=3204.

A criança da fotografia, que é protagonista ao lado e na **Imagem 5**, é a mesma que tem seu vestido branco destacado em meio à multidão no registro n' *O Malho*, segurando o mesmo buquê de flores. Os 14 homens que dividem o registro com a garota se apresentam trajados de terno e têm em suas cores de pele tons variados, não sendo exclusividade o elemento branco naquela organização operária. No retrato da direita, as mulheres ocupam todo o seu primeiro plano, compondo elas um total de 16 pessoas frente às 34 captadas na fotografia. A **Imagem 6** nos apresenta uma novidade daquele festejo, a presença de músicos instrumentistas ao lado do préstito, prática comum e amplamente divulgada, quando a imprensa expõe as comemorações do 1º de Maio. Ter em tela essas imagens é importante para vislumbrarmos um caso de organização individual de uma associação operária frente à demanda que os interessa, mas que pode iluminar sobre as tantas que estiveram nas ruas do Rio de Janeiro naquele mesmo dia.⁷⁹ Tanto sob a perspectiva da cor quanto do gênero, este recorte em específico, assim como o caso da pedreira Pacheco & Alves, trazem à tona possibilidade de identificarmos com um pouco de clareza quem eram os componentes das classes operárias cariocas do início do século XX.

Mas e a festa governamental que ocorria em paralelo às cenas flagradas acima e que recebeu mais atenção pela direção d' *O Malho*, o que tem ela a nos falar sobre os trabalhadores e suas formas de comemorar? Como dissemos, contrário ao único registro do 1º de Maio organizado pelos operários, divulgaram-se 9 fotos do evento a respeito das obras no porto. Similar discrepância é possível de ser observada nas páginas do *Jornal do Brasil* do dia 2 de maio de 1905. Considerando somente os conteúdos escritos, a reportagem sobre a inauguração aparece antes que a dos festejos dos trabalhadores, ocupando espaço na primeira e na segunda página. Em média, reservaram-se 4 colunas para tratar deste tema, enquanto para a causa operária 3. A partir dessas reverberações, analisaremos as fotografias a seguir, selecionadas entre as nove publicadas n' *O Malho*:

⁷⁹ A partir da reverberação dos festejos operários no *Jornal Brasil*, levantou-se que dois grandes préstitos foram organizados para irem às ruas naquele ano, um pela Federação Operária das Associações de Classe e o outro pela União dos Estivadores. Dentre essas duas grandes passeatas e outros desfiles individuais, rastreamos que caminharam pela Capital Federal, operárias e operários das seguintes categorias: alfaiates, chapeleiros, marmoristas, carpinteiros, foguistas, cigarreiros e charuteiros, pintores, sapateiros, marceneiros, marinheiros, remadores, recebedores em Ferrocarril, assim como, aqueles trabalhavam em pedreiras. Acompanhando estes sujeitos, identificamos a Sociedade Particular Musical Prazer da Glória e as bandas do 10º batalhão de infantaria e do 20º batalhão do exército, da mesma forma, a banda da Escola Comercial Quinze de Novembro. Cf. “1º de Maio. A festa do trabalho.” *Jornal do Brasil*, 2 de maio de 1905, p.2.

Imagem 6: *O Malho*, 6 de maio de 1905, p.7.



Imagem 7: *O Malho*, 6 de maio de 1905, p.7.



Imagem 8: *O Malho*, 6 de maio de 1905, p.8.



O fio condutor nas reportagens da imprensa diária e da ilustrada foi o mesmo: reportar ao público, seja por escrito ou por fotografias, o itinerário feito pelo presidente da República até o ato de inauguração de parte das obras na região portuária. Não à toa, Rodrigues Alves foi o centro daquela discussão, primeiro por ser a autoridade máxima do país à frente de uma solenidade cívica e por aquele evento representar à época uma demanda que vinha sendo constantemente cobrada e comentada por parte da população e imprensa carioca.⁸⁰ Dessa forma, em reportagens como essas o olhar deve se concentrar naquilo que circunscreve a temática central, rastreando a presença operária nas margens do que se pretendeu destacar. Partindo deste pressuposto, apesar do caráter de disputa entre o mundo oficial e o operário naquele 1º de maio, as trabalhadoras e trabalhadores cariocas, além de organizar seus próprios festejos, marcaram presença naquela cerimônia estatal.

A reportagem do *Jornal do Brasil*, logo nos primeiros parágrafos, associa tudo aquilo que envolveu aquele dia, acompanhemos:

⁸⁰ A imprensa brasileira reverberou as reformas urbanas na capital do país sob diversas perspectivas, ora apoiando e cobrando, ora expondo e denunciando as consequências sociais daquelas obras. Para compreender melhor esta heterogeneidade dos periódicos brasileiros frente ao período conturbado das mudanças urbanas no Rio de Janeiro entre os anos de 1903 e 1906, conferir os seguintes trabalhos: MOREIRA, P. R. M. *O que disse do que se fez: os jornais e a Grande Reforma Urbana, Rio de Janeiro 1903-1906*. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.; TEIXEIRA, Suelen Demuner. *O Rio de Janeiro pelo Brasil: a grande reforma urbana nos jornais do país (1903-1906)*. Dissertação de mestrado em História, Unirio, 2020. Sobre como as revistas ilustradas incorporaram em suas páginas as mesmas reformas urbanas como parte da propagação do ideário de Brasil moderno que esses semanários geralmente se alinhavam, ver: DIOGO, Marcia Cezar. *O Rio em revista. A reforma Pereira Passos nas crônicas da Revista da Semana, d'O Malho e da Kosmos*. 1999. 176 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

Não podiam os srs. Walker & C. ter escolhido dia mais apropriado para a inauguração do primeiro passo definitivo da sua obra gigantesca, que o 1 de maio, era que se comemora a festa do Trabalho e em que se inicia o mês bendito de Maria, o mês risonho das flores.

Estreado em tom festivo, tão grande data, esse pedaço de cais, esse trecho da muralha construída para realizar o mais alto benefício, mais valioso melhoramento com que se poderia dotar a capital da República, ficou tendo a protegê-lo a benção suavíssima da Virgem, a fecundante ovação do Trabalho e ainda o incenso do aroma bom das rosas e dos cravos, das violetas e dos begarys. [...].⁸¹

O alinhamento entre o mês de maio e a instituição católica já sabemos que não é novidade, sobretudo pela sua constante associação da figura da Virgem Maria com a festa dos operários. O jornalista da notícia acima não hesitou em adicionar nessa equação mais um item, a “inauguração do primeiro passo definitivo” da “obra gigantesca” tocada pela empreiteira Walker & C. Tudo estaria em perfeita harmonia e entusiasmo naquele dia: o trabalho, trabalhadores e o efetivo início da modernização daquela cidade por conta de terem sido “inaugurados os primeiros 25 metros de cais”. Em nome do fim daquela “utopia”, o presidente Rodrigues Alves percorreu um itinerário que teve início nas escavações no Morro do Castelo e passou pelos seguintes locais: obras da Avenida Central, Arsenal da Marinha, Ilha de Santa Barbara, Ilha dos Melões (próximo ao local da inauguração), Petrópolis (onde a comitiva presidencial almoçou) e, por fim, no Canal do Mangue (também estava em obra).

A primeira medida presidencial ainda em terra após a visita ao Morro do Castelo foi a de acompanhar as obras na Avenida Central, para “contemplar os edifícios recentemente construídos e os que estão em acabamento.” Encaminhando-se a comitiva a rua Sete de Setembro, o operário Antonio Monteiro de Lacerda, “destacando-se de entre os seus companheiros, adiantou-se e dirigiu uma sudação ao sr. presidente da República” e as demais autoridades, “seguida de aclamações por parte do pessoal empregado nas obras da Avenida” (cena provavelmente flagrada na **Imagem 7**). Em paralelo a esses acontecimentos, chegava ao Arsenal da Marinha a embarcação que levaria aquele pessoal às próximas etapas do itinerário, momento em que foi possível de se ouvir os “clangores de músicas e de aclamação do povo saudando o dia grandioso” que expressavam “a alegria intensa e sincera dos homens laboriosos vitoriando o Grande Amigo, o Trabalho.”⁸²

Ainda próxima da faixa de areia daquele do Arsenal era possível observar onde iria ocorrer a inauguração e naquele local os operários “amontoavam-se nas cercanias”, dando “brados”, “vivas” e as “bandas de música atiravam para o espaço as notas entusiásticas do Hino

⁸¹ “A grande obra”. *Jornal do Brasil*, 2 de maio de 1905, p.1.

⁸² *Ibidem*, p.2.

Nacional e os canhões do Tamandaré imenso ribombavam salvas solenes.” Na ilha dos Melões paulatinamente “foi aumento o número de populares” em companhia dos “honrados e laboriosos operários das obras do canal”, figurando ali “homens, mulheres e crianças”.⁸³ Associar a leitura atenta da imprensa noticiosa com as fotografias veiculadas n’*O Malho* ilumina a pesquisa ao fato de que mesmo aquela comemoração realizada pelo Estado e pela firma Walker & C. serem direcionadas às autoridades brasileiras, imprensa e parte da população, as trabalhadoras e trabalhadores cariocas marcaram presença, seja trabalhando ou simplesmente acompanhando o evento, como nos mostra o registro da **Imagem 8**.

Por outro lado, sendo aquele dia historicamente reservado às festas operárias, fotografias como as das **Imagens 6 e 7** nos direcionam para um momento daquele dia em que localidades próximas à Avenida Central poderiam estar sendo ocupadas pelos desfiles operários. A forte presença de trabalhadores, um deles inclusive cumprimentando Rodrigues Alves, e crianças descalças ao redor do presidente nos mostram que esses sujeitos estão acompanhando a comitiva naquele momento, mas poderiam se dispersar para as outras tantas atividades das associações operárias realizadas na cidade. Inclusive, é necessário considerarmos as possibilidades de o trabalhador não comemorar a data, reservando aquele momento para descanso, ou a sua realização nos bairros do subúrbio, longe da área central, como noticiou uma reportagem da *Gazeta de Notícias*.⁸⁴

Entre os operários da Federação Operária e Artística do Brasil e aqueles que contemplaram os melhoramentos no porto da cidade com a companhia do presidente Rodrigues Alves é que temos o tema 1º de maio nas páginas d’*O Malho* de 1905. Em primeira mão, com pouco protagonismo na crônica e com somente uma fotografia, expandimos as possibilidades de vermos os rostos desses tantos trabalhadores utilizando o material da própria revista e aquilo que os colaboradores do semanário tinham em mãos, a imprensa diária.

1.3 Um recado final aos governantes e industriais

No ano seguinte, a data seria lembrada por meio de imagens, porém, com uma diminuta fotografia publicada 18 dias após a passeata.⁸⁵ O destaque de 1906 é a volta do protagonismo

⁸³ *Idem*.

⁸⁴ “Os subúrbios. Operários nos subúrbios: a festa do trabalho. Zona enfeitada: Cascadura”. *Gazeta de Notícias*, 2 de maio de 1905, p.3.

⁸⁵ “A festa do trabalho”. *O Malho*, 19 de maio de 1906, p.19.

da festa operária na seção de crônicas e, após, rememorar a polêmica da semana a respeito de problemas do Estado e da Igreja, “J. Bocó” escreve aliviado:

Felizmente as classes ativas, os homens do trabalho, mostraram muito melhor orientação na vida e foi assim que «o 1º de maio» passou entre festas e flores, apesar de não faltar á «festa do trabalho» a nota de um comício na praça pública. Assim o governo e os industriais saibam aproveitar estas disposições pacíficas para, de seu lado, promoverem o bem-estar do operariado, reduzindo a oito as horas de trabalho, instigando e facilitando por todos os meios o ensino primário às crianças que as necessidades do lar a tiram tão cedo ao rude labor do interior de uma fábrica...⁸⁶

A crônica acima talvez tenha sido o material mais direto e objetivo a respeito da data operária publicado na revista desde o seu surgimento, evitando os enfeites na escrita e a demasiada marcação de um cenário de paz e alegria que a maioria dos materiais veiculados no semanário buscava atribuir à situação da classe operária carioca. O texto disposto em lugar de destaque naquele periódico chama ao debate, de forma inédita, o “governo e os industriais” e os aconselha a “aproveitar” enquanto os operários e as operárias cariocas ainda se mantinham em “disposições pacíficas”. “J. Bocó”, que no ano anterior não citou nenhuma requisição do operariado em luta, mencionou, além da redução a “8 horas de trabalho”, que o Estado e os patrões deveriam instigar e facilitar “o ensino primário às crianças”, visto que a maioria delas “tão cedo” está associada “ao rude labor do interior de uma fábrica”.

Já sabemos pelo caminhar deste capítulo que essas demandas já haviam sido levantadas três anos antes, quando reverberamos as cartas que o operariado entregou ao presidente do país e ao prefeito carioca na ocasião do 1º de Maio de 1903. À época, além das moradias operárias, cobrou-se a redução de carga horária em estabelecimentos estatais tanto dos adultos quanto das crianças trabalhadoras, demandas omitidas na crônica daquele ano. Ressaltar esses requerimentos e chamar a atenção diretamente do “governo e industriais” pode ter sido uma reação à presença dos 5000 operários que estiveram no “comício em praça pública”, aplaudindo por mais de três horas os vários discursos proferidos no largo de S. Domingos.⁸⁷ O alerta, também, poderia estar ecoando indiretamente as discussões ocorridas dias antes, no mês de abril, quando foi realizado no Rio de Janeiro o 1º Congresso Operário do Brasil, reunião que teve como uma das principais pautas a proposição de um 1º de Maio com menos festas e mais protesto.⁸⁸

⁸⁶ “Crônica”. *O Malho*, 5 de maio de 1906, p.4.

⁸⁷ “Festa do Trabalho”. *Jornal do Brasil*, 2 de maio de 1906, p.3

⁸⁸ Luciana Barbosa Arêas aborda a relação entre o Congresso Operário de 1906 e a forma como a corrente predominante naquela reunião (sindicalistas-revolucionários) entendiam como deveria ser organizada data operária do 1º de Maio no tópico “II. As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro” inscrito Capítulo 2. Ver em: AREAS, Luciana Barbosa. *Op.Cit.*

De uma inserção que buscava ficcionar um cotidiano de boas condições materiais e de trabalho em 1903, passando pela ausência na crônica do ano seguinte e uma simples citação no texto de 1905, “J. Bocó”, o autor, em 1906, utilizou-se de poucas linhas para expor ao público as requisições operárias e os devidos responsáveis para as realizações delas. O panorama realizado até aqui permitiu-nos verificar as formas escritas e fotográficas que os jornalistas e dirigentes d’*O Malho* reverberaram o 1º de Maio nas páginas do semanário. O cruzamento com a imprensa diária iluminou a pesquisa os detalhes por vezes omitidos pelo periódico ilustrado, desde as sérias reivindicações dos milhares de trabalhadores cariocas até a maneira como as classes se organizavam para aquele dia.

Quase sempre buscando repercutir uma ideia de harmonia entre as classes sociais daquela cidade, *O Malho* não fez questão de revistar o importante ato das operárias e operários reunidos em passeata, indo entregar cartas com demandas aos senhores Rodrigues Alves e Pereira Passos. No ano seguinte, o caso da pedreira da firma Pacheco & Alves é tão emblemático quanto. Trazendo à tona uma fotografia da comemoração operária oferecida pelos patrões do referido estabelecimento, extrapola-se da veiculação daquele registro a tentativa de conformação entre as classes antagônicas que estiveram presentes na ocasião, o patronal e o operariado. Crianças trabalhadoras em cima dos montes de pedras daquele local onde ocorriam acidentes e mortes em trabalho demonstram a despreocupação do semanário com questões já levantadas por aqueles sujeitos em relação ao trabalho infantil. Entretanto, todo esse esforço não evitou a greve realizada pelos operários daquela firma no mês de fevereiro do ano seguinte.⁸⁹

O trabalho em pedreiras como aquela era responsável pelo calçamento da cidade que se reformava, temática que ganhou o protagonismo sobre as passeatas operárias no caso da inauguração das obras do porto. A discrepância tanto nas linhas da crônica quanto do material fotográfico traz à tona uma escolha editorial em dar mais atenção a um assunto do que outro. A problematização deve ser inserida, também, na escolha que a firma Walker & C. fez, com o apoio do governo, da data para aquele evento. A concorrência com a data operária pode ter como uma das razões o clima entre os próprios trabalhadores das obras do porto e os dirigentes da firma, visto que três dias após a inauguração daquela obra parte dos operários responsáveis por ela também entrou em greve.⁹⁰ As reações grevistas das trabalhadoras e trabalhadores

⁸⁹ “Greve em pedreira. Na rua Américo.” *Jornal do Brasil*, 10 de fevereiro de 1905, p.2.

⁹⁰ “Nas obras do porto. Os operários canteiros. A greve. Atitude pacífica. Adesões. As exigências”. *Jornal do Brasil*, 4 de maio de 1905, p.4.

cariocas, assim como a presença de 5000 sujeitos no comício do 1º de Maio do ano seguinte, nos demonstram que mesmo entre festas, estandartes e bandas a classe trabalhadora carioca reagiu frente às opressões destinadas a ela, mesmo que parte da imprensa não endossasse ou omitisse estas posturas.⁹¹

O caminho trilhado até aqui, a partir do cotejamento das fontes impressas, nos permitiu ver com um pouco mais de detalhe de um dos perfis daquelas tantas trabalhadoras e trabalhadores que iam às ruas naqueles dias. Não só nas ruas, mas esses sujeitos ocupavam as fábricas, oficinas, cozinhas, restaurantes, irmandades religiosas e associações recreativas, assim como eram catalisadores das dezenas de greves que ocorreram durante as reformas urbanas na Capital Federal. A formação era variada e entre homens, mulheres, adolescentes e crianças, sujeitos brancos, negros, nacionais e estrangeiros, encontramos a composição do movimento operário republicano em um país que havia abolido a escravidão por completo há somente 15 anos. Antes de finalizarmos, trago à baila uma última questão, na verdade, uma fotografia publicada três páginas após a crônica que discutimos do caso de 1906, acompanhemos:

Imagem 9: *O Malho*, 6 de maio de 1906, p.8.



⁹¹ As greves citadas acima, tanto na pedreira quanto na firma das obras do porto, serão expostas no Capítulo 3.

A publicação acima não tem título e sua legenda nos apresenta a mulher protagonista da foto: “A centenária *Tia Conga*, de Jardinópolis, Estado de São Paulo, na idade de 126 anos!”. Ainda, reproduzo a seguir o texto que se encontra abaixo da legenda:

Raro exemplo de longevidade que atesta não só a resistência do **organismo africano**, mas também a excelência do nosso clima, apesar da fama contrária, propaganda principalmente pelos nossos bons vizinhos...

A favor dessa excelência fala uma legião de macróbio da raça branca, tão branca como as que mais o são neste lado da América...⁹²

É um tanto quanto curioso esta publicação estar presente na edição da revista que discute e foi às ruas após o 1º de Maio, mesmo sem associar um ponto ao outro. Ainda nesse sentido, sete dias depois seriam publicadas as considerações daqueles mesmos jornalistas a respeito do décimo quinto aniversário do fim do cativeiro no país, em edição que circulou no dia 12 de maio de 1906. A publicação sobre a *Tia Conga*, uma mulher africana centenária que provavelmente foi um dos tantos “organismo[s] africano[s]” escravizados no Brasil, vem à tona para mostrar a sua “longevidade” e bem-estar frente a um público que há menos de duas décadas estaria acostumado a enxergá-la enquanto cativa. Mas quem era aquela mulher? Onde ela morava e quais atividades ainda realizava com idade centenária?

Dois anos depois, o público da capital federal receberia novas notícias a respeito de *Tia Conga*, agora sobre o seu falecimento. Aquela mulher morreu no mesmo local onde a fotografia d’*O Malho* foi tirada, em Jardinópolis/SP, e descobrimos que a sua morada era em uma fazenda produtora de café daquela cidade, local que tinha como proprietário o engenheiro e agricultor de 29 anos Joaquim Severo de Lima. Acompanhemos a notícia publicada n’*O Paiz* em 28 de novembro de 1908:

Longevidade

Os jornais de Minas e S. Paulo, nestes últimos dias, registram a morte de quatro macróbios.

Na fazenda do Sr. Joaquim Severo, faleceu a centenária *Tia Conga*.

Contava ela 156 anos de idade; gozava de saúde e até então carregava às costas um pesado fardo, em grande distância.

Era muito amiga das crianças, e para alegrá-las cantava e dançava com elas.

Vitimou-a uma congestão. [...].⁹³

⁹² *O Malho*, 6 de maio de 1906, p.8 (grifo meu). Pelos mesmos motivos explicados em páginas anteriores, foi necessário cortar a legenda da publicação para manter a qualidade do registro fotográfico. Para conferência no original, consultar o endereço digital a seguir: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=7248>

⁹³ *O Paiz*, 28 de novembro de 1908, p.4. Na página anterior desta mesma edição foi anunciada a morte de *Tia Conga* na seção “Telegrammas” da seguinte forma: “Faleceu em Jardinópolis a preta *tia Conga*, de 156 anos de

Publicação semelhante ganhou as páginas da folha santista *A Tribuna*, publicada no dia 1 de dezembro de 1908:

Os macróbios vão dia a dia se tornando mais raros. A luta pela vida tão áspera e tão dolorosa, depauperando o nosso organismo, abrevia a nossa existência. Em Jardinópolis, porém faleceu uma macrobia chamada *Tia Conga*, com a respeitável idade de 156 anos. Tinha essa idade tão avançada e, no entanto, como disse uma folha do interior, gozava de boa saúde, até carregava às costas um pesado fardo à grande distância. Votava às crianças muita ternura, brincava com elas, alegrava-as cantando. [...].⁹⁴

Logo de cara, é possível encontrar uma contradição em relação à idade de Tia Conga, ela teria falecido com 128 ou 156 anos? Não sabemos ao certo, mas a maioria das notícias aponta para a segunda idade, revelando a nós que aquela trabalhadora teria nascido por volta do ano de 1750 em terras do continente africano. Teria sido na região do Congo? É provável. As reverberações de seu falecimento reafirmam que Tia Conga “gozava de boa saúde” e era “muito amiga das crianças”, com as quais “brincava”, “cantava” e “dançava”. Entretanto, mesmo com o avançar da idade, “carregava às costas um pesado fardo, em grande distância.” Levantando a hipótese de que tenha chegado a terras brasileiras com no máximo 20 anos, aquela mulher teria exercido atividades laborais por, pelo menos, 130 anos, sob o jugo da escravidão e da realidade do pós-abolição brasileiro. A vida daquela mulher enquanto colona de uma fazenda no interior de São Paulo pode ser vista sob a ótica interpretativa proposta pela historiadora Lúcia Helena Oliveira Silva em seu estudo sobre a vida de afrodescendentes entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro após a assinatura da Lei Áurea. Na busca do rompimento dos laços senhoriais e da acentuada discriminação racial entre brancos e negros que ainda figuravam no cotidiano de tantos libertos em São Paulo, muitos buscavam em terras fluminenses outros horizontes de vida.⁹⁵ Tia Conga não tomou esse caminho e viveu seus últimos dias trabalhando naquela fazenda produtora de café no interior paulista.

A questão que se coloca é a seguinte: como enxergarmos a publicação da foto daquela trabalhadora em meio a discussões sobre 1º e o 13 de Maio? Seria somente uma fotografia avulsa em uma revista que dificilmente trazia publicações como aquela? Parte dessas questões discutiremos no capítulo seguinte, porém o caso é primordial para encerrarmos as discussões até aqui propostas. Em primeira medida, a publicação parece amenizar o passado escravista brasileiro frente àquele exemplo de “longevidade” e “resistência do organismo africano”. Ora,

idade.” Ainda entre os jornais da capital federal, o mesmo falecimento foi noticiado foi lembrado pelo jornal *O Seculo*, cf. “Macrobia”. *O Seculo*, 27 de novembro de 1908, p.2.

⁹⁴ *A Tribuna*, 1 de dezembro de 1908, p.1.

⁹⁵ Conferir o seguinte livro, resultado de sua tese defendida em 2001: SILVA, L. H. O.. *Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-Abolição (1888- 1926)*. 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2016. v. 1. 218p.

teria sido mesmo tão nefanda aquela instituição, quando o leitor observasse a vitalidade centenária de Tia Conga? Conectado a este ponto, a fotografia é disposta em meio às discussões do 1º de Maio na revista, elemento que pode, mais uma vez, harmonizar e reduzir os sentidos das explorações cotidianas das classes trabalhadoras brasileiras do início dos novecentos. Ao fim e ao cabo, fugindo desses sentidos, é importante conectar ambas as lutas. Os contextos em que estão inseridos a trajetória daquela africana reverberam e iluminam, direta e indiretamente, as formas de vida e resistência dos tantos operários cariocas naqueles anos. Fosse por meio de greves, protestos nas ruas, bailes e piqueniques, a organização operária republicana que vimos ao longo deste capítulo, tem suas bases firmadas nas experiências de escravidão e liberdade protagonizadas por sujeitos como Tia Conga.

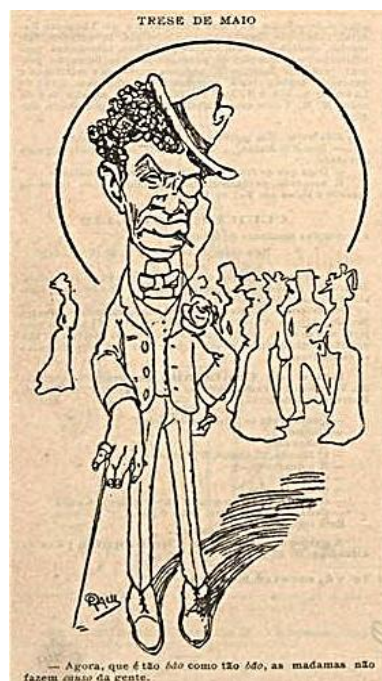
Capítulo 2 – As festas do 13 de Maio e a recreação operária

2.1 Da Venerável Irmandade à queima documental: um jogo de forças impresso

Os rastros encontrados da trajetória de Tia Conga na imprensa, seja nos impressos ilustrados ou nos diários de notícias, nos direcionam a pensar a data 13 de Maio para além da ótica da festividade em si. Na verdade, o que nos interessa aqui é entender, a partir dessas festas e suas reverberações, as relações daqueles que comemoravam a abolição no início do século XX com o movimento operário carioca. Conectadas às discussões do capítulo anterior, específico mais a questão: de que maneira é possível vislumbrarmos luta e agência operária em ocasiões em que os editores d'*O Malho* deliberadamente buscavam omitir esses rastros? Este direcionamento inicial recai no entendimento de que, mesmo indiretamente, os profissionais da imprensa, ao ocuparem-se de temáticas relativas às comemorações do 13 de Maio, estão acionando o debate a respeito da escravidão brasileira e, por consequência, seus comentários recaem sobre os mundos do trabalho no Brasil. Neste caminho, a partir das discussões públicas a respeito das festas da abolição na imprensa carioca, buscaremos trazer sentido aos protagonismos e apagamentos realizados n'*O Malho* em relação àquilo que circunscreveu a data.

De antemão, adianto um dado ao leitor: as reverberações do 13 de Maio no semanário foram diferentes do que as do 1º de Maio, sobretudo ao que se refere a forma, quantidade e periodicidade das publicações. Em contraposição as três inserções sobre a data internacional do operariado em 1903, divididas em dois volumes do mês de maio da revista, sobre a memória daquele maio de 1888 temos apenas a publicação ilustrada a seguir:

Imagem 10: *O Malho*, 23 de maio de 1903, p.20.



Veja, o desenho acima, assinado por “Raul”, provavelmente Raul Pederneiras, que em companhia de Calixto Cordeiro formavam a diretoria artística da revista, foi publicado na edição do dia 23 de maio de 1903, um volume após aquele que sucedeu à data da comemoração da Lei Áurea. Com isso, nota-se a não preocupação da direção da revista em tratar do assunto na primeira oportunidade disponível, o que seria relativamente fácil de ser planejado e colocado em prática. Como se pressupõe, nada de espaço na crônica semanal, texto avulso ou fotografia, naquele ano somente uma ilustração na vigésima página daquela edição. Com o título “Trese de Maio”, grafia escrita errada propositalmente, o desenho apresenta uma cena em dois planos. No primeiro, encontramos um homem, supostamente negro, vestindo terno, sapatos e usando paletó, chapéu e uma bengala, visual similar aos de sujeitos da elite branca brasileira que tinham seus rostos estampados nas revistas ilustradas que circulavam no país. Em segundo plano, um conjunto de pessoas, entre homens e mulheres, em alguma atividade social, apartados deste primeiro sujeito. Em meio ao cenário desenhado, este diz: “Agora que é tão *bão* como tão *bão*, as madamas não fazem *couso* da gente.” (grifos no original)

Direcionando atenção a totalidade dos personagens, constatamos que o desenhista decidiu aplicar o mesmo claro tom de pele a todos que compõe a cena, não sendo possível os diferenciar por esse caminho. Entretanto, os marcadores da diferença racial aparecem sustentados em estereótipos racistas quando “Raul” utiliza de traços exagerados para compor a

boca, cabelo e o nariz daquele sujeito.⁹⁶ Desta forma, por meio de uma separação em planos, a imagem apresenta uma divisão social em que uma pessoa negra se encontra a dada distância de uma ocasião em que predominam pessoas brancas. Observando, agora, concomitantemente os três elementos da publicação, uma das hipóteses interpretativas é a de que aquele homem reclama que, mesmo após o “Trese Maio”, estando naquele momento todos em mesma condição de igualdade (“Agora que é tão *bão* como tão *bão*”), “[...] as madamas não fazem *couso* da gente”.

Ter a total certeza das intensões críticas de qualquer produção do passado é quase sempre impossível. Porém, na ocasião em que tal desenho foi produzido e publicado, é razoável afirmarmos que, do ponto de vista daquele autor, mesmo que um sujeito com a cor de pele preta tentasse adequar suas vestes a um padrão pregado pela elite endinheirada do país, os seus traços físicos, o seu português errado e, sobretudo, a descendência iriam mantê-lo isolado de parte da população brasileira. Independente de acessarmos o intento de “Raul”, fosse ela a de querer criticar um cotidiano republicano racista ou dele próprio de tirar sarro de sujeitos negros buscando inserção em meios sociais brancos e elitistas, o preconceito de cor é o mote central daquele desenho.

O racismo recreativo realizado por caricaturistas brasileiros, aquele produzido para gerar entretenimento em cima de estereótipos raciais de uma população não branca, foi uma entre as tantas formas de violência contra a população negra no pós-abolição em nosso país. Ao observarmos especificamente a atuação d’*O Malho* naquele ano, é sintomático daquele contexto ser esta publicação a única planejada para tratar do 13 de Maio no Brasil, uma data que poderia ser comentada tanto voltando aos ocorridos de 15 anos atrás, quanto reverberando as formas de comemoração vivenciadas dez dias antes. Uma das ideias centrais daquela cena imaginada por “Raul”, que ilustra o ressentimento de um homem negro por não conseguir espaço em meio branco, é pressuposta pela ideia da existência de um desejo de companhia e sujeição de uma parte com a outra. As perguntas que faço ao leitor para continuarmos com nosso diálogo são as seguintes: será que realmente havia esse anseio postulado pelo autor que coloca a população branca e rica em um local hierárquico a ser necessariamente acessado por homens e mulheres

⁹⁶ Entre a suposta comicidade e a crença científica racista do século XIX, o historiador Marcelo Balaban explora as tantas formas de zombar do corpo e das ações de pessoas negras publicadas em forma de desenhos em periódicos ilustrados no final dos oitocentos. A análise pormenorizada de Balaban ilumina e expõe a continuidade, ainda no século XX, dessas práticas de preconceito de cor. Conferir em: BALABAN, M.. “A beleza da raça: imagens de negros na imprensa ilustrada da corte (1884-1886)”. In: BALABAN, Marcelo.; SAMPAIO, Gabriela dos Reis.; LIMA, Ivana Stolze. (Org.). *Marcadores da Diferença: raça e racismo na história do Brasil*. 1aed.Salvador: Editora da UFBA, 2019, v. , p. 68-89.

negros? Estes não teriam autonomia e redes de sociabilidade próprias para organização de seus festejos, lazer, demandas e lutas?

Além de uma série de pesquisas que já rastreou africanos e seus descendentes no Brasil se organizando entre si, seja durante a vigência da escravidão e no pós-abolição, uma breve lembrança do que exploramos no capítulo anterior já nos direciona a formas de organização especializadas por parte das trabalhadoras e trabalhadores do início do século XX no Rio de Janeiro. Mostra-se necessário, agora, vislumbrarmos aquilo que “Raul” e os jornalistas d’*O Malho* fizeram questão de omitir por de trás daquela publicação de 23 de maio de 1903. Como de praxe da imprensa diária, às datas festivas marcadamente nacionais era reservado espaço privilegiado à publicação de artigos de fundo para se analisar, rememorar e atualizar o debate público a respeito da ordem do dia. Assim como com as comemorações do início daquele mês, com o 13 de Maio não seria diferente. A leitora e o leitor que tivesse em mãos a edição do *Jornal do Brasil* publicada naquele dia, um domingo, iria se deparar com uma primeira página tomada quase que em 50% com um texto e uma ilustração sobre o aniversário da Lei Áurea.

Com o título em letras garrafais “13 de Maio”, logo abaixo de uma ilustração marcada por símbolos cristãos, o artigo foi dividido em três partes. A primeira busca traçar de maneira quase poética o percurso e as qualidades da campanha abolicionista, da qual resultou a “avulta e gloriosa auréola que circunda a data imortal de 13 de maio de 1888.” Tratou de como a campanha se posicionou “contra o cativo de milhares de nossos semelhantes”, que foram “arrancados violentamente das paisagens africanas, onde desfrutavam a liberdade dos desertos extensos”. Em nossas terras, foram convertidos “à docilidade do animalismo, que se subordina ao azorrague impiedoso das feras humanas”. Porém, o sistema escravista brasileiro foi de encontro a “uma pequena torrente que brotara filete a água cristalina” que, ao ganhar robustez, “desaguou com ímpeto de catadupa, para se alisar depois em superfície de lago tranquilo e azul, onde se espelhou o sol esplêndido da liberdade imortal.” Ainda na primeira parte, o jornalista conclui tratando do movimento abolicionista.⁹⁷

O discurso elaborado no artigo do *Jornal do Brasil* é um tanto quanto conservador por reafirmar protagonismos, estereótipos e um tom de calma às ações que culminaram na assinatura da Lei Áurea. Mesmo partindo do intuito de ressaltar a condição de liberdade dos africanos em seu continente de origem, o escritor reduz todo o cenário daquele plural território

⁹⁷ “13 de Maio”. *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1903, p.1.

a “desertos extensos”. Sequestrados as terras brasileiras, esses homens e mulheres, ao se depararem com a crueldade da escravidão, teriam suas ações guiadas “pela docilidade do animalismo”, convertendo-os a sujeitos irracionais e passivos perante sua própria condição. Por essa suposta omissão, a resposta teria de vir de fora, de homens cultos, jornalistas e estadistas responsáveis por limpar essa “mancha infame” de nossa Pátria. E claro, sendo o movimento guiado por ilustradas pessoas, todo o processo se deu sem que “uma gota de sangue” respingasse em protagonistas como José Maria da Silva Paranhos e a Princesa Isabel.

Entre floreios verossímeis e dados estrategicamente manuseados ao longo do texto, não há nenhuma novidade na passividade atribuída aos negros e negras escravizados e ao destaque exacerbado a sujeitos brancos. Mesmo propondo o cruzamento entre o abolicionismo e a imprensa, nenhuma linha daquele artigo rememora nomes importantes daquele movimento no eixo Rio-São Paulo, como Ferreira de Menezes, Luiz Gama, José do Patrocínio, Machado de Assis, Vicente de Souza e outros. A não reação dos violentados, o apagamento das revoltas escravizadas e das tantas formas de resistência e proteção em meio à escravidão urbana, harmoniza publicamente o passado à mesma hora que tantos descendentes deste sistema ganhavam as ruas em passeatas, faziam greves e organizavam-se em associações de trabalhadores no período republicano. Dessa forma, a tentativa de apaziguamento é concluída em via dupla por alguns jornalistas da imprensa comercial carioca, marcando posicionamentos públicos, fosse da assinatura da Lei Áurea ou do Dia Internacional do Trabalho.

A segunda parte do texto busca rememorar o “aspecto festivo da cidade no memorável 13 de maio de 1888”, traçando o percurso legal para a instituição da lei e transcrevendo parte de alguns discursos proferidos no dia. Por fim, o jornalista expõe as comemorações que iriam acontecer ao longo do dia. Na nota, percebemos um caminhar das comemorações oficiais até aquelas realizadas pela população carioca. Como de costume nas festas nacionais, o cerimonial das embarcações militares é acionado. Dos navios da marinha ancorados em regiões portuárias, com “embandeiramentos nos topes”, é dada ordem para uma salva de tiros, fosse de canhões ou armas de fogo, ação que homogeneíza a maioria das comemorações em um mesmo ritual. Não houve “recepção oficial no palácio do Catete”, porém, Rodrigues Alves lá esteve à disposição, tanto é que receberia naquele dia o “corpo docente e os alunos do Colégio Salesiano de Santa Rosa”, vindos de Niterói. Por conta do suposto “excesso de atividades” no dia anterior, a brigada policial não realizou desfile solene em razão da data.⁹⁸ Entretanto, a proposital apatia

⁹⁸ 13 de Maio”. *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1903, p.1

governamental é atravessada pela agência das organizações populares da cidade, fossem elas religiosas, recreativas, artísticas etc., e é este o ponto que nos interessa.

Pela manhã, na matriz da Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e S. Benedito, estavam convidados a comporem a missa em homenagem “a áurea lei de 13 de maio”, “diversas irmandades, associações, a imprensa, etc.”. Mais tarde naquele dia, o “Club R. dos Coiós” iria realizar um baile em sua sede pelo mesmo motivo.⁹⁹ Estes poucos apontamentos iluminam a hipótese de que nessas e em outras similares formas de comemoração estivesse presente parte substancial da classe trabalhadora carioca, a mesma que foi às ruas no 1º de Maio, componentes das greves na cidade e que partilhavam semelhantes espaços de moradia, lazer, trabalho e resistência. Cabe agora um questionamento: o que essas outras formas de comemorar têm a nos contar a respeito do planejamento editorial d’*O Malho*? Sigamos.

Da leitura amiúde das edições que circunscrevem a publicação de 13 de maio de 1903 daquele diário de notícias, encontramos importantes espaços internos no periódico que valem a pena de serem explorados. Foleando da primeira para a segunda página, à seção “Telegramas”, enviados do “Interior”, chegavam algumas atualizações de como as festas em memória da Abolição seriam realizadas em outros espaços do país. Em mensagem emitida de Maceió, o leitor saberia que naquela cidade, em razão “de comemorar a data do 13 de maio, o dr. Diegues Junior fará importante conferência sobre a abolição dos escravos”. O encaminhamento emitido da cidade de São Paulo abre possibilidades outras de comemoração, sendo planejada a realização de “passeatas, sessões magnas em clubes e bailes em algumas sociedades”, matéria lida e compartilhada entre os moradores da Capital Federal.¹⁰⁰

Finda a seção telegráfica, agora na página três daquela edição, a coluna “O Operariado” continuava informando os nomes dos trabalhadores que assinaram a carta enviada a Rodrigues Alves que lemos páginas atrás. O leitor atento notaria ainda uma breve atualização da greve deflagrada na manhã anterior na Fábrica de Tecidos Carioca, no Jardim Botânico. Algumas colunas depois chegamos na seção “Palcos e Salões”. Um espaço destinado a levar ao público algumas das atividades recreativas na cidade, foi comum a realização de algumas delas em homenagem à data da Abolição. Apesar de desconfiarmos que nestes casos a menção ao 13 de Maio fosse mera estratégia para angariar mais público aos referidos eventos, esta amostragem inicial revela a força daquela data dentro e fora da imprensa.¹⁰¹ Por fim, na penúltima página

⁹⁹ *Idem.*

¹⁰⁰ “Telegramas”. *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1903, p.2.

¹⁰¹ “Palcos e Salões”. *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1903, p.3

daquele volume, entre as felicitações de aniversários e os anúncios do dia, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e S. Benedito do Rio de Janeiro fez questão de marcar presença mais uma vez, agora com autonomia da publicação a pedido em divulgar o convite para missa que seria realizada na manhã daquele dia:

Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Rosario e S. Benedito da Capital Federal

Fundada em 1640

Treze de Maio

De ordem da mesa administrativa, convido todos os irmãos e devotos a assistirem à missa em comemoração à áurea lei do 13 de maio, será celebrada hoje, quarta-feira, 13 de corrente, às 9 horas, em sua igreja. Consistório, 13 de maio de 1903.

*Fortunato Lopes, escrivão.*¹⁰²

Emitido por Fortunato Lopes, escrivão da Venerável Irmandade, é notório como o convite foi usado como fonte para o artigo da primeira página. Além das informações básicas a respeito da missa, como horário e onde seria realizada, a marcação logo abaixo do nome daquela associação religiosa carrega forte peso simbólico para as comemorações do dia. A presença da referida irmandade em ocasião das celebrações do 13 de Maio no período republicano já foi flagrada pela historiadora Renata Figueiredo Moraes. Em parte de seu livro *As festas da abolição no Rio de Janeiro (1888-1908)*, publicado em 2023, ao investigar as mudanças de sentido que o governo republicano vinha operando com a data, a autora constata, por diversos meios, como o fluxo de festeiros migrou das celebrações oficiais para aquelas organizadas por parte dos trabalhadores da cidade. Observando através da lente da última década do século XIX, a despeito da instauração do “Dia da Fraternidade entre os Brasileiros” no dia 13 de maio com pretensões cívicas, o fim da escravidão ainda

era celebrado em outros ambientes sociais de forte presença negra por homens e mulheres durante os primeiros anos da República, com saudações à princesa – como mostravam os eventos organizados em 1892 pelas irmandades do Rosário e de São Benedito. Essas irmandades estiveram presentes na missa realizada em 1888 para comemorar a Abolição e, desde então, não deixaram de promover celebrações para comemorar a liberdade dos escravos.¹⁰³

A importância dessa e de outras irmandades negras marcaram posição frente à tentativa de apagamento dos sentidos do dia e se fazerem presentes em espaços como a imprensa que, em parte, fazia coro a esta ação, remonta à atuação que essas associações tiveram durante a vigência do cativeiro no Brasil. A historiadora nos informa como esses locais “foram ambientes

¹⁰² *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1903, p.5. No mesmo dia, o anúncio também foi publicado na página 4 do *Correio da Manhã*, mas esteve ausente na *Gazeta de Notícias* e n’*O Paiz*.

¹⁰³ MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da Abolição no Rio de Janeiro (1888-1908)*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2023. v. 1., pp.234-235. Sobre as comemorações do 13 de Maio durante as primeiras décadas do regime republicano brasileiro, consultar em especial a parte 3 do livro: “As festas da memória”.

para o compartilhamento de experiências entre escravos e libertos e estratégias sociais dentro do mundo negro.” Sendo comum a ajuda mútua entre os irmãos e irmãs das irmandades, a de Nossa Senhora do Rosário e S. Benedito, fundada em 1640, participou diretamente do processo de alforria de escravizadas e escravizados que eram associados a ela. Neste sentido, tanto no final do século XIX quanto no começo do século XX, ir à missa realizada por essa irmandade em ocasião do 13 de Maio marcava a “permanência das alianças sociais existentes durante a escravidão e que se reforçam com a Abolição [...]”.¹⁰⁴

Saindo daquilo que se planejava para o efetivado em torno da comemoração em questão, vale acompanharmos a reverberação presente nas edições posteriores. Na primeira página do *Jornal do Brasil* do dia seguinte, sob o título de “13 de Maio”, pontuaram-se rapidamente alguns ocorridos do dia anterior e, entre o pouco entusiasmo das ações governamentais, encontramos nova marcação das comemorações da Irmandade: “Na igreja do Rosario, em comemoração à data da abolição, foi celebrada uma missa, com grande concorrência”.¹⁰⁵ Dessa forma, mesmo sem muitos detalhes a respeito do ocorrido, foi possível rastrear a atuação e o posicionamento da irmandade na imprensa, organizando, divulgando e fazendo ver uma festividade realizada em seio republicano com estreitas ligações com o passado que se queria esquecer. Lida a edição matutina do diário, a que circulou à tarde foi dada mais atualização dos festejos em memória da Abolição:

Os alunos do Colégio Abilio realizaram, como costumam nos dias de festa nacional, uma sessão solene em homenagem ao aniversário da áurea lei que extinguiu a escravidão no Brasil. Depois da preleção do diretor, relativa ao assunto, os meninos proferiram discursos, recitaram poesias e entoaram hinos à pátria e à humanidade.

[...] Dos trechos em prosa foram lidos, entre outras páginas de Luiz Gama e Ferreira de Menezes, cujos nomes figuram entre os dos principais heróis populares da campanha abolicionista, de André Rebouças, de Joaquim Serra, do ex-deputado Joaquim Nabuco, do senador José Bonifácio, de Ferreira Vianna, do senador Corrêa, de Ruy Barbosa, discípulo da instituição fundada pelo barão de Macaúbas e outros.

[...] Em último lugar foi presidida merecida homenagem à mulher brasileira, representada na Princesa Isabel, a Redentora.¹⁰⁶

Em primeira medida, o leitor pode estranhar a reprodução de uma notícia acerca de uma usual comemoração escolar, todavia, ela abre caminhos para uma discussão por vezes silenciada na imprensa, pelo menos no recorte desta pesquisa. A ação solene daqueles alunos reafirma diversos nomes e protagonistas que foram propositalmente marcados na história durante o mês

¹⁰⁴ *Ibidem*, p.235.

¹⁰⁵ *Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1903, p.1 (Edição da Manhã).

¹⁰⁶ “13 de Maio”. *Jornal do Brasil*, 14 de Maio de 1903, p.1 (Edição da Tarde. Grifos meus).

de maio de 1888, sobretudo pelos articulistas da imprensa daquele contexto.¹⁰⁷ Entretanto, em via contrária, são acionados nomes de importantes abolicionistas negros que tiveram suas vidas cruzadas ao longo do século XIX: Luiz Gama e Ferreira de Menezes. Junto de José de Bonifácio e Machado de Assis, a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto rastreou a ação desses quatro homens negros e livres durante os oitocentos em prol da liberdade de diversos sujeitos naquele contexto. Fosse pelo exercício na imprensa, literatura ou nos meios jurídicos brasileiros, a atuação coligada desses e outros nomes teve impacto crucial para que o 13 de Maio de 1888 acontecesse.¹⁰⁸

Além da importância simbólica que ressaltamos nesta comemoração, é necessário apontarmos o porquê ela se destaca, também, na imprensa da Capital Federal daquele ano. Em investigação no *Correio da Manhã*, *O Paiz* e na *Gazeta de Notícias*, a festividade no Colégio Abílio foi veiculada somente no último. Apesar da lembrança, o texto foi diminuto e omitiu, dentre outros pontos, justamente os nomes de Luiz Gama e Ferreira de Menezes.¹⁰⁹ As trajetórias dessas pessoas negras livres em plena vigência da escravidão brasileira, que utilizaram do conhecimento das letras e do mundo jurídico para comporem parte do cenário político e cultural do país, eram deliberadamente apagadas das páginas de grande parte dos veículos da imprensa carioca. A despeito disso, alguns sujeitos inseridos no século XX faziam questão de rememorá-los, fosse em ocasião do colégio ou, como veremos abaixo, na cidade de São Paulo:

S. Paulo, 13. – Clube Treze de Maio e a Associação Instructiva dos Homens de Cor efetuaram hoje uma romaria aos túmulos de Antonio Bento e Luiz Gama.

À noite, houve passeata e cumprimentos aos jornais.

O Club e a Associação acima mencionados realizaram bailes.¹¹⁰

A mensagem emitida da capital paulista registra nas páginas do *Jornal do Brasil*, além de Luiz Gama, a homenagem a Antonio Bento, um importante líder do movimento abolicionista paulista e de iniciativas como as dos caifazes. Esses apontamentos podem sugerir a ideia de

¹⁰⁷ Renata Figueiredo Moraes destrincha esse movimento realizado pela comissão de festejos da Abolição em maio de 1888. A referida comissão foi formada por diversos jornalistas dos principais periódicos da Corte, que organizaram e definiram os símbolos a serem eternizados e que marcaram presença tanto nas ruas quanto nos jornais do Rio de Janeiro no imediato pós-abolição. Em grande medida, esta ação “oficial” de marcar nomes e ações abolicionistas reverbera até os dias de hoje, da mesma forma que marcaram presença nos artigos de fundo dos principais periódicos do recorte desta Dissertação. Conferir, em especial, a parte de 1 de seu livro: “Uma festa cívica para Abolição”. In: MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da Abolição no Rio de Janeiro (1888-1908)*. *Op.cit.*

¹⁰⁸ Conferir essas e outras questões em: PINTO, A. F. M. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

¹⁰⁹ Conferir a notícia em: “13 de Maio”. *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1903, p.1.

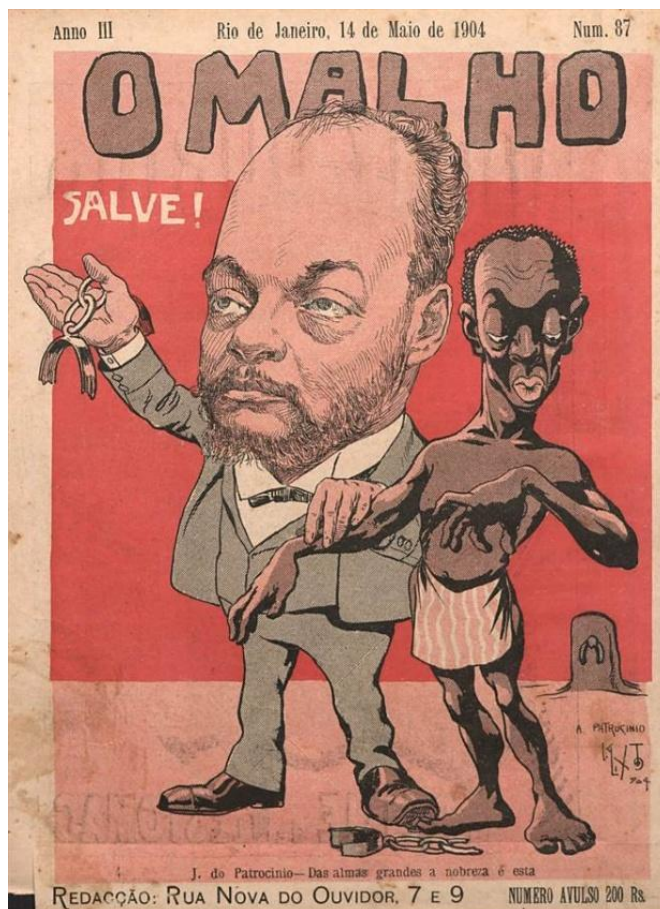
¹¹⁰ “Telegramas”. *Jornal do Brasil*. 14 de maio de 1903, p.2 (Edição da Manhã).

serem meros detalhes, mas lidos em paralelo às pesquisas realizadas por historiadoras como Ana Flávia Magalhães Pinto, Renata Figueiredo Moraes e outras tantas, a memória e o esquecimento que giram em torno do 13 de Maio, tanto nas ruas quanto na imprensa, se mostram como um jogo de forças a ser analisado por nós, historiadores sociais do Trabalho e da Imprensa. Nesse rumo, apesar de constataremos alguns apagamentos nos periódicos diários, aquela única ilustração d'*O Malho*, sugerindo uma população negra dependente da elite branca, é confrontada à altura pela repercussão da atividade de trabalhadoras e trabalhadores cariocas e paulistanos em homenagem à dita Lei Áurea.

No ano seguinte, o tom geral inscrito no seminário não foi tão diferente do desenho que abriu este item. Entretanto, alguns pontos quanto à materialidade da repercussão da data devem ser apontados. Em primeiro turno, no ano de 1904 foram realizadas seis inserções a respeito do 13 de Maio, distribuídas em dois volumes ao longo daquele mês. Na edição que ganhou as ruas no dia 14 de maio, estiveram cinco delas, tendo sido produzidas três ilustrações e duas publicações escritas avulsas, ou seja, dissociadas de qualquer seção específica daquele periódico. Dali a uma semana, encerrando a série, um último desenho. Em termos numéricos, a discrepância é grande, sendo realizadas seis vezes mais inserções a respeito do tema que no ano anterior. Observação deve ser apontada também no que se refere ao tipo textual usado pelos articulistas, tendo em vista que em 1903 a data foi contemplada somente com o texto imagético, sendo a novidade um ano depois o uso de algumas linhas escritas para marcar a memória da Abolição.

Um dia após os festejos do 13 de Maio de 1904, os leitores que tivessem em mãos o atual número d'*O Malho* iriam se deparar com a seguinte capa:

Imagem 11: *O Malho*, 14 de maio de 1904, p.1.



Assinada por “Kalixto”, a capa atua como uma síntese tanto do entendimento geral do semanário sobre o processo abolicionista brasileiro, quanto da maneira como o assunto será tratado ao longo das páginas. A cena é bem simples e composta por dois personagens e dois planos. No plano central, o personagem em destaque é José do Patrocínio, um dos importantes nomes no processo que culminou na assinatura da Lei Áurea há 16 anos daquela publicação. Colocado como protagonista no desenho, Patrocínio segura em uma de suas mãos parte de um grilhão e na outra o braço de um sujeito, sendo que na frente de ambos é possível observar a outra parte da corrente que havia sido quebrada. No plano de fundo, um tronco com mais uma parte da ferroeia utilizada para o aprisionamento, neste caso, de pessoas. Realizado este destrinchamento, é notório que, ao balizar elementos e sujeitos relacionados à escravidão brasileira, como o tronco, correntes e o próprio José do Patrocínio, a cena busca singularizar um processo que foi plural e repleto de meandros e personagens.

A atenção deve ser voltada também à maneira de caracterização dos personagens. O sujeito que figura ao lado do abolicionista é desenhado sem nenhuma identidade e naquela cena tem a função de representar as milhões de escravizadas e escravizados que vieram à força para

nosso país. Partindo do exagero nas marcas raciais em cima de sujeitos negros, o que não foi usado na composição de Patrocínio, além dos traços no rosto, a condição daquele sujeito é reafirmada pela quase ausência de roupas e pelo não uso de sapatos. Esses estereótipos racistas não eram novidades à época e quem visse a ilustração publicada duas páginas depois, assinada pelo mesmo desenhista, veria que a alegoria do povo negro teria se transformado em uma figura animalizada a qual José do Patrocínio carregava no colo.¹¹¹ Escravizados submissos e a abolição como um processo simples e de poucos agentes, o tom expresso naquela capa marca a data com reafirmações comuns na imprensa desde 1888.

Veiculadas duas ilustrações, ao chegar na página quatro encontramos a seção “Crônica do Malho”, mas nada foi escrito a respeito daquilo que havia sido comemorado na véspera. Com atenção na lauda, alguns textos abaixo da crônica o leitor tomaria nota do primeiro texto escrito veiculado na revista a respeito da Lei Áurea, vejamos:

TRESE DE MAIO

Passou mais um ano da data da lei áurea. Infelizmente bem pouco festejado.
Felizmente, porém, ainda ai está vivo o herói da abolição para espezitar a memória perengue dos que fazem garbo de esquecer.
O Malho saúda afetuosamente o grande Zé do Pato.¹¹²

Logo de cara, a nota deixa escapar o possível clima das ruas no dia anterior, tendo afirmado aquele articulista que o 13 de Maio foi “bem pouco festejado”. O “herói da abolição” ou o “Zé do Pato”, a quem a revista levanta saudação, é o próprio José do Patrocínio, protagonista na capa e na ilustração da página três. Repare o leitor o acionamento excessivo da figura do abolicionista naquele ano em questão que, além das ilustrações mencionadas e do texto acima, surgiu em mais algumas linhas na página 10. Apoiado na bibliografia e na leitura da própria imprensa, a forma como a trajetória de José do Patrocínio esteve ligada ao processo abolicionista brasileiro é inquestionável e, logo, não deveria causar espanto ao ser lembrado por um periódico como *O Malho*. Entretanto, é necessário adiantar que, nos anos de 1905 e 1906, as menções a Patrocínio são pontuais e, como vimos, em nenhum momento foi acionado pela revista no ano anterior. Dessa forma, analisando esta questão no próprio molde de repercussão do semanário, o ano de 1904 foi um tanto quanto atípico.

Como nada é por acaso nas fontes históricas, o parecer de um jornalista na décima página daquela edição ilumina esta dinâmica incomum: “[...] O nosso maior desejo é que a saúde do bravo lidador lhe permita entrar francamente na luta contra os que pretendem

¹¹¹ Conferir em: “Trese de Maio”. *O Malho*, 14 de maio de 1904, p.3

¹¹² “Trese de Maio”. *O Malho*, 14 de maio de 1904, p.4.

converter a República nas antigas feitorias de fazenda, com senzalas, chicote e tronco!”.¹¹³ Em investigações realizadas em diários, entre setembro de 1903 e janeiro de 1904, constatamos irregularidades na produção de Patrocínio na imprensa, que passou a colaborar n’*O Paiz*, ao passo que sua condição clínica oscilava.¹¹⁴ Fato é que ele faleceria 8 meses após a edição d’*O Malho* em que foi homenageado tantas vezes, em janeiro de 1905. Suas constantes idas ao hospital, o intenso cuidado médico e a forma como essas notícias eram estampadas nos diários pareciam preocupar de alguma maneira a diretoria da revista que, a despeito dos outros anos, acionou e engrandeceu diversas vezes a figura daquele tão importante agente abolicionista na imprensa. Parece fazer um pouco mais de sentido o trecho da nota da página quatro: “Felizmente, porém, **ainda aí está vivo** o herói da abolição para espezinhar a memória perrengrue dos que fazem garbo de esquecer” (grifo meu).

Exposto o caso de José do Patrocínio, outras duas ilustrações encerram a repercussão do semanário a respeito do 13 de Maio do ano de 1904. Ambas, assinadas por “Kalixto”, o traço racista é mais uma vez uso comum na hora de caracterizar sujeitos negros, sobretudo no excesso ao desenhar a boca e nariz das personagens. Essas duas ilustrações foram veiculadas em edições diferentes, uma naquela publicada em 14 de maio e a outra uma semana depois. Não iremos reproduzi-las por conta da forma e conteúdo similares às que podemos analisar até aqui e partiremos, em boa hora, aos rastros encontrados na imprensa diária a respeito daquela data.¹¹⁵

O caso de 1904, tanto no *Jornal do Brasil* quanto nas formas de comemorar, foi um pouco diferente do ano anterior. Começando pelo carro-chefe de qualquer eco de data festiva, o artigo de fundo publicado na primeira página da edição de 13 de maio daquele ano foi menor do que o veiculado em 1903 e construiu uma narrativa que tirou o protagonismo da abolição da escravidão. Sob o título de “13 de Maio”, o texto sem assinatura vinha logo abaixo de uma ilustração em que se estampavam os retratos da Princesa Isabel e do conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira. A primeira parte do artigo buscou traçar um paralelo entre as duas emancipações brasileiras, a “política” e a “negreira”, colocando em tela o processo de independência brasileira perante a Coroa portuguesa em 1822 e a abolição da escravidão 66 anos depois. Como partes de um mesmo processo, as datas são deliberadamente unificadas.

¹¹³ *O Malho*, 14 de maio de 1904, p.10.

¹¹⁴ No referido período, para rastrear a condição clínica de José do Patrocínio, foram consultadas edições d’*O Paiz* e da *Gazeta de Notícias*.

¹¹⁵ Para consultar os desenhos citados, o leitor deve conferir as seguintes publicações: “A abolição”. *O Malho*, 14 de maio de 1904, p.5. e “Ecos do trese [sic] de maio”. *O Malho*, 21 de maio de 1904, p.26.

Seguindo este caminho, são destacados alguns nomes para cada um dos momentos políticos. José Bonifácio e D. Pedro I são acionados como protagonistas no caso de 1822. Em relação ao processo abolicionista, a novidade vem ao citar nomes poucas vezes enunciados nesses importantes espaços no periódico, como os de Ferreira de Menezes, Luiz Gama, André Rebouças, Antonio Bento e “o humilde jangadeiro Nascimento [...]”.¹¹⁶ Por outro, de uma forma mais suscinta, o articulista da *Gazeta de Noticias* associou a “libertação de uma raça” com o “passo decisivo para o regime político que foi adotado, pouco depois de um ano”, a Proclamação da República.¹¹⁷ Apostando no argumento de que no pós-abolição brasileiro restou somente a fraternidade entre os povos, o artigo veiculado no *Correio da Manhã* afirma que em outros países “o preconceito de cor e ódio de raça [...] resistiram à corrente das ideias e dos sentimentos e sobreviveram à emancipação [...]”. E no Brasil? Aqui, o que consta no texto, “não ficaram vestígios da condição servil – tão perfeito e tão genuíno foi o espírito de fraternidade com que corrigimos o crime”.¹¹⁸ Esses desdobramentos são importantes para rastreamos, a contrapelo ou não, parte do posicionamento de alguns jornalistas e periódicos cariocas do início dos novecentos a respeito da história do trabalho brasileiro. Ao acionar aspectos da escravidão para comentar as comemorações a respeito do ocorrido em 1888, foi deixada uma trilha de rastros para termos maior noção da maneira como aqueles e outros agentes da imprensa comentavam e interferiam nos cotidianos das lutas operárias dos primeiros anos do século XX. Mas e as comemorações em 1904, aconteceram? A data foi bem pouco festejada como inferiu aquele colaborador d’*O Malho*?

Tomando como base o *Jornal do Brasil*, além de bailes em sociedades recreativas e eventos escolares em Petrópolis¹¹⁹, assim como, um “deslumbrante festival” no teatro Lucinda no Rio de Janeiro¹²⁰, uma comemoração no final do artigo chama atenção: “No pátio fronteiro a repartição do interior e justiça do Estado do Rio Janeiro será incinerado hoje, ao meio-dia, todo o arquivo relativo à escravidão no Brasil, existente no Arquivo Geral do Estado”.¹²¹ A despeito da suposta passividade da maioria das ações do governo, a relatada acima salta aos

¹¹⁶ “13 de Maio”. *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1904, p.1.

¹¹⁷ “Notas e notícias – Trese de Maio”. *Gazeta de Noticias*, 13 de maio de 1904, p.1

¹¹⁸ “13 de Maio”. *Correio da Manhã*, 13 de maio de 1904, p.1. É importante citar que, 5 colunas antes deste artigo que trata especificamente do assunto da abolição e a maneira como ela vinha sendo supostamente negligenciada pelos contemporâneos republicanos, é publicado um texto com o título “Isabel a Redentora”. O texto, como é de se imaginar, aciona o protagonismo dado à princesa Isabel no processo de abolição da escravidão no Brasil. Caracterizando-a como “mãe dos cativos”, a princesa teria desviado seu olhar das “grandezas do seu reinado” e o fixou “nos eitos onde a submissão e o sofrimento dominavam”.

¹¹⁹ Conferir a seção “De Petrópolis” na página 1 das edições matutinas de 11 e 12 de maio do *Jornal do Brasil*.

¹²⁰ Consultar as notas que sucedem a coluna “Palcos e Salões” em: *Jornal do Brasil*, 12 de maio de 1904, p.3.

¹²¹ “13 de Maio”. *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1904, p.1.

olhos e merece nossa atenção. Diretamente de um dos pátios da Secretaria de Interior e Justiça do Estado do Rio de Janeiro, localizada na cidade de Niterói, estava marcada para o meio-dia a queima de “todo arquivo relativo à escravidão no Brasil” que estivesse sob a guarda do Arquivo Geral do Estado. De antemão, é possível constatar a deliberada ausência desta ação de apagamento do governo fluminense na repercussão d’*O Malho*. Por isso, é relevante questionarmos: além do ato governamental, o que do passado foi omitido nas páginas da revista? Quais os cotidianos da escravidão brasileira estavam estampados naqueles documentos que tiveram no fogo o seu destino final?

A cerimônia, pelo que consta no *Correio da Manhã*, culminou na queima de “registros, assentamentos e outros documentos referentes à escravidão, excetuados apenas aqueles que se prendem ao elemento histórico.” O responsável por esta ideia é informado ser o sr. Alvares de Azevedo Sobrinho, diretor da Secretaria de Interior do estado, que teria recebido “aplausos do governo, das altas autoridades e da população”. Repleta de convidados, inclusive com a presença do presidente do Rio de Janeiro, o dr. Nilo Peçanha, foi lido por aquele diretor o auto de incineração. Para não restar dúvidas, é oficializado no documento que aquela ação foi realizada “em comemoração da gloriosa data da lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888”. Salvaguardando a documentação que aqueles homens julgavam como “elementos históricos”, foram incinerados registros referentes à escravidão brasileira que estivessem “na secretaria geral e demais repartições de Estado do Rio de Janeiro”. Neles, estariam estampadas informações relativas “ao tráfico, repressão do mesmo, desembarque de africanos, processos crimes, etc. [...]”¹²² Parte da história que aqueles homens queimaram era referente à ineficiência e anuência das autoridades imperiais brasileiras frente ao tráfico ilegal de escravizados em nossas terras.

Perscrutado outros jornais cariocas daquele contexto, foi possível aproximar ainda mais a lente para o possível conteúdo dos documentos que foram eliminados. Em reverberação dos ocorridos em Niterói naquele 13 de maio, a reportagem publicada no *Jornal do Brasil* nos apresenta uma sinopse dos registros queimados pelo governo. O leitor que passasse os olhos naquela página, tomaria nota do empilhamento de crimes contra mulheres e homens africanos durante o século XIX e facilmente perceberia que a maioria das transgressões registradas nas documentações incineradas dizia respeito ao tráfico ilegal de pessoas. Apenas nas inserções da notícia em que foram informados a quantidade de africanos resgatados em condição de

¹²²“13 de Maio. Incineração de documentos – em Niterói”. *Correio da Manhã*, 14 de maio de 1904, p.2.

escravização ilegal, é possível totalizarmos 528 pessoas. Mais estarrecedor ainda é pensar que 506 deste total foram salvos em uma única apreensão no ano de 1851, quando a barca “Tentativa” encalhou em uma praia em Macaé. Para sorte dos africanos e azar dos traficantes, aquele “carregamento” não chegou ao destino final. Neste mesmo ano, ao que parece, foi aberta denúncia a uma “autoridade policial por proteger o tráfico de africanos”. Nem mesmo em terra esses sujeitos estavam livres dos ataques escravistas, como podemos notar na acusação queimada, datada de 1867, a qual aponta que um fazendeiro de S. João do Príncipe “quis reduzir pessoas livres à escravidão”. A violência contra o africano ou seu descendente não parava aí e poderia vir de uma condenação estatal de “200 açoites” e de “ferro durante dois anos” a um escravizado, como foi o caso registrado em 1860.¹²³

Este mesmo sujeito, cotidianamente violentado, poderia seguir o caminho da insurgência, planejando fugas das fazendas e atentados aos senhores. A documentação queimada, registrada em 1848, vai neste rumo e trazia informações de um interrogatório “a dois pretos membros de uma associação com o fim de insurgiram-se contra os brancos em Vassouras”. Frustrada esta possível revolta, no mesmo município e outros mais, parte dos registros perfilava “insurreição de escravizados nos [anos] de 1853 a 1864”. O movimento de resistência à instituição escravista ecoava, também, na cidade de Campos pela via do movimento abolicionista, rastreado nos papéis incinerados entre os anos de 1884 e 1886.¹²⁴ É importante citar que esses casos veiculados na notícia são os que foram permitidos o jornalista do texto tomar nota e, da mesma forma, aqueles que se escolheu publicar. É de se supor a queima de outras tantas documentações que guardavam detalhes mais complexos, violentos e criminosos sobre a escravidão fluminense.

Apesar desta e de outras perdas documentais causadas pela elite de nosso país, a historiografia da escravidão brasileira fez e continua realizando um minucioso trabalho a respeito de todas as temáticas presentes naqueles ofícios que viraram cinza no dia 13 de maio de 1904.¹²⁵ No quadro desta pesquisa, é importante refletirmos como a divulgação da dita

¹²³ “13 de Maio em Niterói”. *Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1904, p.1.

¹²⁴ *Idem*.

¹²⁵ É importante demarcar que atos de incineração, como o de Niterói em maio de 1904, tinham por objetivo evitar possíveis indenizações a antigos senhores. Por muito tempo, a historiografia endossou a ideia de que não haveria possibilidade de estudar o cotidiano escravista por conta dessas queimas documentais, tese esta refutada posteriormente por diversas pesquisas. Parte dos argumentos contrários a esta perspectiva foi sistematizada por Robert Slenes em 1983, conferir o artigo: SLENES, Robert Wayne Andrew. “O que Rui Barbosa não queimou. Novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. *ESTUDOS ECONÔMICOS (SÃO PAULO. IMPRESSO)*, São Paulo, v. 13, n.1, p. 117-149, 1983. Grande parte dos problemas históricos presentes naquelas documentações incineradas foram estudadas, por exemplo, por Sidney Chalhoub no livro *A força da escravidão*.

comemoração governamental se situa no ambiente geral dos grandes periódicos cariocas daquele momento. Em primeira medida, vale citar que a queima dos documentos foi repercutida, também, na *Gazeta de Notícias* e n' *O Paiz*.¹²⁶ Outro dado que deve ser considerado é que nesses últimos diários citados o texto reverberado é similar àquele veiculado no *Correio da Manhã*, logo, para este caso, o *Jornal do Brasil* foi o que mais apresentou detalhes ao público consumidor daqueles dias. A partir desta constatação é possível vislumbrarmos alguns jogos de forças impressas nas folhas da imprensa comercial nesses dias em que se comemorava a abolição.

O primeiro deles está inscrito justamente no movimento de análise que fizemos ao longo das páginas acima, cruzando os artigos de fundo a respeito do 13 de Maio com as notas sobre a queima documental promovida pelo estado fluminense. De um lado, como vimos, observou-se muita fraternidade, harmonia e pouca violência, quando o assunto foi o movimento pela abolição e o cotidiano social que se sucedeu após a assinatura da Lei Áurea. Do outro, o tom harmonioso milimetricamente gravado nas primeiras páginas diárias daquele dia, foi defrontado com o arrolar de crimes cometidos contra centenas de pessoas livres e escravizadas na província do Rio de Janeiro. Mesmo que este jogo de forças dificilmente tenha sido uma estratégia editorial dos dirigentes daqueles periódicos, não podemos negar que os cotidianos escravistas cruzados nesses textos resultaram em uma perspectiva não tão única a respeito do cativeiro no Brasil.

Para nós, o interesse recai sobre a forma como os membros das classes trabalhadoras republicanas, em parte composta por ex-escravizados e seus descendentes, poderiam se deparar com os rastros da escravidão inscritos em notas como a da incineração documental em Niterói. Por vezes, poderia passar despercebido aos leitores do início do século XX que grande parte da mão de obra escravizada brasileira foi fruto de fraudes e acordos com todos os tipos de autoridades estatais. Não raro, o sujeito escravizado foi caracterizado como omissos à sua situação, logo, seriam dependentes dos homens ilustrados para sua salvação, principalmente daqueles ligados à imprensa, situação estampada nos desenhos d' *O Malho* daquele ano (conferir a leitura feita da Imagem 11). Em contrapartida, a união desses sujeitos em “associações com fim de insurgirem-se contra os brancos” ilumina a existência de movimentos organizados dessas trabalhadoras e trabalhadores frente à força da escravidão brasileira e que, como consta,

Cf. CHALHOUB, S.. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 351p.

¹²⁶ Cf. “Niterói”. *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1904, p.2; “13 de Maio”. *O Paiz*, 14 de maio de 1904, pp.1-2.

alcançaram sucesso em diversas ocasiões. Este olhar é relevante à pesquisa por não dissociarmos o trabalho durante a escravidão com aquele vivenciado nos tempos republicanos. Pelo contrário, no que se refere às relações de exploração e resistência, temos o entendimento de que a agência dos escravizados muito informou os movimentos de trabalhadoras e trabalhadores organizados dos noventa no Brasil.

O segundo jogo de forças estampado naquelas páginas recai novamente nas maneiras populares de marcarmos à memória da abolição ao longo do mês de maio. Para isso, trago à baila mais uma vez um conjunto de pessoas que até o dia 13 de maio de 1904 não havia sido citado nos jornais que estamos realizando nosso estudo: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e S. Benedito. Veja, diferente do ano anterior, em que ao final do artigo de fundo do *Jornal do Brasil* foi enunciada a comemoração que seria realizada por aquela irmandade, nada foi comentado e divulgado em 1904. Mesmo sem saber o motivo da ausência, da leitura das edições que circularam no dia 14 de maio encontramos reverberações sobre a festa realizada pelos irmãos e irmãs daquela instituição. A despeito do *Correio da Manhã*, nas primeiras páginas do *Jornal do Brasil*, *O Paiz* e *Gazeta de Notícias* os jornalistas desses diários se preocuparam em comentar a missa que ocorreu no dia anterior entre aqueles fiéis.

De forma um pouco mais sucinta, as notas publicadas n' *O Paiz* e na *Gazeta de Notícias* são bem similares, porém, já se mostram mais completas a repercussão que rastreamos no ano anterior. Reproduzo abaixo a d' *O Paiz*:

Às 10 1/2 horas da manhã, rezou-se, na igreja do Rosario, a tradicional missa com que a irmandade comemora todos os anos a Lei Áurea.

O ato religioso foi celebrado pelo Rvdm. padre Domingos Taglia [sic], com grande assistência de fiéis.

Junto no altar viam-se os estandartes das associações que nesta cidade se empenharam na campanha libertadora.

Terminado o santo sacrifício, em comissão da irmandade, os Srs. Israel Soares, Firmino Carolino da Cunha e Israel Soares Junior, foram cumprimentar José do Patrocínio, o chefe heroico da campanha da abolição, mimoseando-o com um ramallete de flores artificiais.¹²⁷

Em primeiro turno, evidencia-se o caráter “tradicional” daquela reunião, realizada pela irmandade “todos os anos” em prol da data da abolição, a despeito dos planejamentos das autoridades governamentais. Contando com “grande assistência dos fiéis”, o “ato religioso” foi realizado pelo reverendo padre Domingo Puglia. Próximo ao padre, parte do cenário daquela

¹²⁷ “13 de Maio”. *O Paiz*, 14 de maio de 1904, p.1. Para conferir a nota publicada na *Gazeta de Notícias*, consultar: “13 de Maio”. *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1904, p.1

igreja é registrada e um elemento significativo é revelado: em meio a um dos espaços sagrados de uma igreja, o altar, estavam expostos os “estandartes das associações” que estiveram envolvidos na luta pela liberdade no Rio de Janeiro. Ao término do “santo sacrifício”, três irmãos da irmandade se dirigiram à casa de José do Patrocínio para o “cumprimentar”, “mimoseando-o com um ramalhete de flores artificiais”.

Assim como no caso da queima dos documentos na cidade de Niterói, a notícia estampada no *Jornal do Brasil* apresentou ao público mais alguns detalhes a respeito da comemoração providenciada pela irmandade. Vejamos:

[...]

Na igreja de Nossa Senhora do Rosario e S. Benedicto foi realizada ontem, às 10 1/2 horas, a missa com que a Irmandade deste templo comemora anualmente a gloriosa data de 13 de maio.

Repleto de fiéis devotos estava o recinto sagrado quando, às 10 horas, o revmo. padre Domingos Puglia, precedido de irmãos, com tochas acesas e empunhando os estandartes das antigas associações subiu ao altar, iniciando logo o officio da missa solene.

Junto ao altar ficaram os estandartes da *Cidade do Rio*, da Sociedade dos Abolicionistas Sul-Rio-Grandense, da Sociedade Libertadora Sergipana, do Club Libertador 1º Distrito de Santa Rita, da Caixa Libertadora José do Patrocínio, Ferreira de Menezes e Joaquim Nabuco e o da Confederação Abolicionista.

Uma comissão da irmandade composta dos srs. Firmino Carolino da Silva, Israel Soares e Israel Soares Junior, após a missa, foi a residência do sr. J. do Patrocínio, felicitá-lo pela inesquecível data e levar lhe um lindo ramo de flores naturais.

[...].¹²⁸

A reverberação do *Jornal do Brasil* complementa que, além dos “estandartes das antigas associações”, aquelas pessoas carregaram ao altar “tochas acesas”. Resgatando o uso que a irmandade fez dos estandartes para lembrar e homenagear pessoas e iniciativas que lutaram em prol da liberdade dos escravizados, nota-se a confluência geográfica das associações abolicionistas durante o século XIX. Veja, em uma missa realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1904, foram lembradas sociedades do Rio Grande do Sul, Sergipe e, ao que se supõe, Paraíba (“Club Libertador 1º Distrito de Santa Rita”). Este gesto de homenagem abre caminhos para observarmos uma possível rede de relações interprovinciais que aquela irmandade

¹²⁸ “13 de Maio”. *Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1904, p.1. É necessário apontarmos duas discrepâncias entre os textos. A primeira se refere a um erro da nota publicada n’*O Paiz* em relação ao sobrenome do padre que realizou a missa que, como foi possível confirmar em outras notícias a respeito da irmandade, é Puglia e não Taglia. A segunda mora no tipo de flor que os irmãos presentearam José do Patrocínio: um lado informou serem “flores artificiais” e o outro “flores naturais”.

historicamente teve ao longo do processo abolicionista brasileiro e que poderiam estar sendo mantidas até aqueles anos do século XX. Ao término da cerimônia, uma comissão composta por três irmãos foi até a casa de José do Patrocínio celebrar junto com aquele importante abolicionista.

Há de se imaginar que Patrocínio não esteve presente na festa por conta de sua condição de saúde, tendo sido lembrado tanto pela Irmandade quanto pelos ilustradores e jornalistas d'*O Malho*. Essa relação de lembrança e esquecimento traz para nós um outro jogo de forças presente na análise da repercussão do ano de 1904. Se o primeiro estava inscrito nos posicionamentos e conteúdos publicados nas folhas impressas, observando os diários e a revista, o segundo se deu a partir do movimento organizado dos próprios moradores do Rio de Janeiro. De um lado, o planejamento de autoridades estatais tinha o objetivo de esquecer e queimar o passado. Do outro, uma tradicional irmandade, historicamente ligada à proteção dos escravizados, promovia anualmente uma homenagem à liberdade conquistada. Rastrear e analisar as festividades em prol do fim do cativeiro, sobretudo aquelas desvinculadas do governo, é relevante à medida que são celebrações operárias tão importantes quanto as do 1º de Maio, considerando que em ambas se fazem presentes trabalhadoras e trabalhadores organizados em torno de questões comuns aos mundos do trabalho no Brasil.

Entendida esta questão a partir de um dos objetos centrais deste estudo, a revista ilustrada *O Malho*, é possível perceber até aqui a ausência de registros fotográficos quando o assunto é o 13 de Maio. Rememorando o capítulo anterior, repare que conseguimos, em algum grau, ver os rostos de alguns sujeitos que festejaram o Dia Internacional do Trabalho, dado que diretamente não é possível de ser encontrado no semanário, quando a matéria é a celebração da abolição. Como justificado na Introdução, buscar superar esta escassez material é importante para avançarmos cada vez mais nos estudos da Imprensa e do Trabalho no Brasil e, apesar da carência fotográfica aparente, a reverberação de uma resolução ordinária que envolvia a Irmandade abre uma importante brecha para nós. Pouco menos de dois meses após as celebrações analisadas acima, alguns periódicos atualizaram o andamento de obras de melhoramento que estavam sendo realizadas na igreja daquela associação, as quais haviam se iniciado em novembro de 1903. Vejamos como noticiou no *Correio da Manhã*:

Igreja do Rosário

Vão muito adiantadas, devendo ficar concluídas dentro de três meses, as obras de embelezamento que estão sendo feitas neste templo e que estão sob a direção de uma comissão nomeada pela benemérita irmandade.

Esta comissão, que se compõe dos srs. comendador Fortunato José Francisco Lopes, tenente Antonio Francisco Pereira e Henrique Rodrigues da Costa Jumbaba, continua a empregar toda a dedicação e zelo no andamento das obras que tiveram início em novembro próximo passado e nas quais se tem já despendido até agora importância superior a 30:000\$000.

Logo que ficarem concluídas as obras, haverá para solenizar o melhoramento uma pomposa festa, promovida pela mesma irmandade.¹²⁹

A dita obra tinha o objetivo de reformar a claraboia que iluminava a nave da igreja do Rosário. Tendo os trabalhos iniciados no final do ano anterior, só tomamos conhecimento do que naquele edifício passava por melhoramentos com a repercussão, em dezembro de 1903, do acidente fatal do trabalhador Manuel de Aquino, um carpinteiro que ao retirar entulhos do alto de um andaime caiu e sofreu trauma no crânio. Aquino era um homem de 50 anos e de “cor parda”, sendo seu corpo velado pela própria Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e S. Benedito.¹³⁰ A comissão responsável por esta obra era composta pelos seguintes irmãos: Fortunato José Francisco Lopes, Antonio Francisco Pereira e Henrique Rodrigues da Costa Jumbaba.

Ao leitor, Fortunato Lopes apareceu neste trabalho algumas páginas acima, sendo ele o responsável pela publicação no *Jornal do Brasil*, em 1903, do convite para a missa em ação de graças ao 13 de Maio realizado pela Irmandade naquele ano. Como informava o próprio anúncio e a lista administrativa daquela instituição em vigor naquele ano, Lopes ocupava o cargo de escrivão. Com o mesmo documento em mãos, sabemos que Antonio Francisco Pereira tinha o cargo de procurador geral e Henrique Rodrigues da Costa Jumbaba era o tesoureiro. Para não passar despercebido, os irmãos que levaram as flores a José do Patrocínio, Israel Antonio Soares ocupava o cargo de juiz de S. Benedito e eram mesários daquela comunidade Firmino Carolino da Silva e Israel Soares Junior.¹³¹ Realizada esta breve apresentação, a leitora e o leitor conseguem imaginar qual outro periódico fez questão de reverberar a obra na igreja? Vejamos abaixo.

¹²⁹ “Igreja do Rosário”. *Correio da Manhã*, 3 de julho de 1904, p.2.

¹³⁰ Para maiores detalhes sobre o acidente, conferir: “Queda fatal. Na igreja do Rosário. Morte de um operário”. *Jornal do Brasil*, 3 de dezembro de 1903, p.2. (Edição da Tarde); “Queda fatal. Na igreja do Rosário – Morte de um operário”. *Jornal do Brasil*, 4 de dezembro de 1903, p.3. (Edição da Manhã).

¹³¹ *A Notícia*, 14 de outubro de 1903, p.3.

Imagem 12: “Irmandade de S. Benedito – Comissão das obras da igreja”. *O Malho*, 2 de julho de 1904, p.20.



A reportagem acima, publicada no dia 2 de julho de 1904, iniciava na página 20 e tinha seu fim logo no início da próxima. Do ponto de vista material, é uma publicação grande e de destaque, conjugando texto escrito e fotográfico. Curiosamente, o excerto que circunscreve as imagens não trata diretamente da reforma que vinha sendo realizada nas dependências daquele templo religioso. O fio narrativo buscou traçar o histórico daquela igreja que, desde sua

construção em 1734, foi um espaço que conjugou sujeitos ligados a importantes datas brasileiras. Dentre tantos pontos, o texto ressalta que, ainda no século XVII, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário era “composta de escravos e índios ao serviço da Comunidade”, marcando o papel ativo desses sujeitos na gênese daquela instituição.¹³² Logo abaixo da retrospectiva, o jornalista elogia o empenho da “benemérita Mesa atual” por “honrar as tradições da venerável Irmandade” e, de alguma maneira, parte da administração é marcada com as fotografias dos irmãos responsáveis pela obra na igreja. Os retratos daqueles sujeitos são o ponto alto desta reportagem, trago-os recortados abaixo:

Imagem 13: Recorte da Imagem 12.



No caso específico da temática deste item, realmente a revista ilustrada *O Malho* não publicou fotografia alguma de qualquer tipo de comemoração do 13 de Maio e, em grande medida, pouco comentava as iniciativas que aconteciam na cidade e seus arredores. Mesmo que sem registros dos atos festivos, a publicação acima, que em primeira medida parece ser descolada de nossos objetivos, dá uma pista de como poderiam ser os demais participantes da Irmandade e daqueles que festejavam a abolição. As fotografias são de três homens negros que

¹³² “Irmandade de S. Benedito – A comissão das obras da Igreja”. *O Malho*, 2 de julho de 1904, p.20.

ocupavam cargos importantes naquela comunidade religiosa afro-brasileira, lidando com as festividades, obras, missas e tudo o que circunscrevesse o cotidiano daquela instituição. Além das suas atividades administrativo-religiosas, eles compunham a classe trabalhadora carioca.

Dos rastros encontrados na imprensa diária, em maio de 1903, o *Correio Paulistano* repercutiu as nomeações realizadas pela Guarda Nacional e, dentre elas, o tenente Antonio Francisco Pereira foi nomeado para o 198º batalhão de infantaria da Comarca da Capital.¹³³ De publicações de felicitações ao aniversário do “digno mestre das oficinas da E. F. C do Brasil”, foi possível rastrear a presença de Henrique Rodrigues da Costa Jumbega em meio aos tantos operários em estradas de ferro.¹³⁴ Jumbega, ainda, esteve envolvido na ação promovida pelo Centro das Classes Operárias “para socorrer os irmãos e companheiros flagelados pela seca do Norte”, da qual tratamos anteriormente, contribuindo em dinheiro para os atingidos pela escassez de chuva em 1904.¹³⁵ Os rastros encontrados do comendador Fortunato José Francisco Lopes não os associam diretamente a algum ofício ativo. No *Almanak Laemmert*, encontramos um “Fortunato J. F. Lopes”, a mesma forma como ele assinava as publicações da Irmandade na imprensa, registrado como arquiteto nos anos de 1900 e 1901.¹³⁶

Parte da trajetória de Antonio Pereira e Henrique Jumbega está intimamente colada ao novo padrão de associativismo dançante que se firmou no Rio de Janeiro a partir da década de 1880. Objeto de estudo do historiador Leonardo Affonso de Miranda Pereira, os clubes e bailes negros cariocas das décadas finais do século XIX eram dirigidos por sujeitos como Pereira e Jumbega que, por meio de refinadas estratégias contra a perseguição estatal e o primor técnico musical e dançante, firmaram as bases institucionais e organizacionais de parte do lazer de mulheres e homens trabalhadores das primeiras décadas do século XX. Se nos novecentos Antonio e Henrique continuavam suas atuações na Irmandade, Leonardo Pereira nos mostra que o filho deste último, Leopoldo da Costa Jumbega, já havia se firmado como importante liderança em clubes dançantes da cidade do Rio de Janeiro. Com isso, os argumentos do historiador ao longo do livro *A cidade que dança* contribuem para nós a respeito de como as mulheres e homens da Irmandade, ricos de experiências associativistas do século anterior, compartilhavam lugares e demandas comuns a outros tantos operários da cidade. Este tráfego em diversos espaços e associações joga luz à agência desses sujeitos e contraria as imagens

¹³³ “Guarda Nacional”. *Correio Paulistano*, 21 de abril de 1903, p.2.

¹³⁴ Conferir as publicações na página 3 das edições do *Jornal do Brasil* de 8 de agosto de 1903 e 1904.

¹³⁵ “O Operariado”. *Jornal do Brasil*, 3 de junho de 1904.

¹³⁶ Conferir na seção “Indicador ou lista alfabética dos habitantes das cidades do Rio de Janeiro e Niterói” do *Almanack Laemmert* dos anos de 1900 e 1901.

unívocas e simplistas de que só faziam festas. Na verdade, pensar o 1º e o 13 de Maio em paralelo oferece a nós marcas da resistência trabalhadora dissociadas do lugar comum da greve, em meio a momentos que parte daquela imprensa associava somente ao divertimento, descanso e lazer.¹³⁷

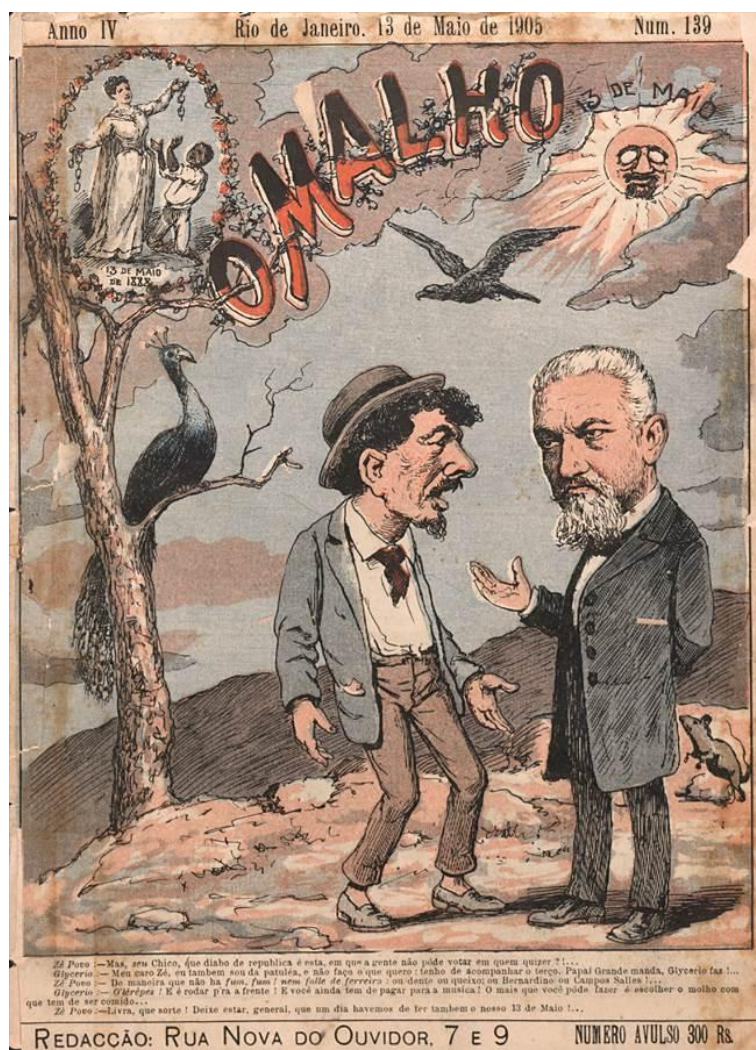
O caso de 1904 n' *O Malho*, dentre outros pontos, omite de suas páginas mais uma vez momentos importantes das comemorações da Lei Áurea e os mais cruciais elencamos acima. Estes, lidos em paralelos a única ilustração de 1903, estabelecem entre si um jogo de forças de memória e esquecimento, colocam em disputa agentes governamentais e parte do operariado carioca, assimilando e marcando a data cada um à sua maneira. Em contrapartida, do mesmo semanário que omitiu esses dados, encontramos uma brecha seminal para visualizarmos com um pouco mais de nitidez os organizadores e os participantes envolvidos na cerimônia da Irmandade. Estudar a repercussão de qualquer que seja o assunto na imprensa é, ao fim e ao cabo, costurar retalhos comuns e atípicos todos em uma mesma trama, resultando em um tecido irregular, mas colorido, cheio de vida, possibilidades e histórias.

2.2 Ex-escravizados vão à festa

Em diálogo com o diagnóstico na revista de que o 13 de Maio “foi bem pouco festejado” em 1904, a análise feita acima revela vultos variados em homenagem à data. Esses e outros festejos não supriram as expectativas daquele desconhecido colaborador da revista. Imagine, a leitora e o leitor, o que ele teria para comentar em relação ao ano de 1905. No recorte temporal desta pesquisa, o 17º aniversário da Lei Áurea foi o mais atípico, sobretudo na repercussão nos veículos da imprensa que dão corpo à análise: os jornais diários. Cuidando para não colocar o carro na frente dos bois, observemos como se deu a organização editorial d' *O Malho* naquele ano a respeito da abolição da escravidão, começando pelo volume que ganhou as ruas no próprio dia 13 de maio de 1905. Começemos pela capa abaixo:

¹³⁷ Em seu livro, Leonardo Pereira apresenta evidências claras e variadas de como essas organizações dançantes estavam, indireta e diretamente, empenhadas nas causas operárias carioca, assim como em marcar e influenciar o jogo político daqueles tempos. Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020. 360 p.

Imagem 14: *O Malho*, 13 de maio de 1905, p.1.



Na capa daquele número, se não bem observada, há pequenas referências em relação à data da Abolição na parte superior da página, logo abaixo do cabeçalho, duas para ser mais exato. Diferente do ano anterior, em que à capa foi dado todo o protagonismo à temática da liberdade dos escravizados (Imagem 11), nesta os elementos compõem uma cena desenhada de um diálogo entre o personagem “Zé do Povo” e o senador Francisco Glicério. Esta constatação direciona a um ponto marcante da dinâmica na imprensa daqueles dias de maio: forte reverberação dos acontecimentos políticos, sobretudo em relação à corrida presidencial. Mediante os arranjos e negociações entre os oligarcas políticos brasileiros para a cadeira de presidente da República do ano seguinte, o painel desenhado identifica o povo brasileiro como refém dos mandos e desmandos desses poucos homens. Dado este cenário, o desenhista aciona a terceira referência à abolição, agora, na fala de “Zé do Povo” que encerra o diálogo: “Livra, que sorte! Deixa estar, general, que um dia havemos de ter também o nosso 13 de Maio!...”.

Por um lado, o povo é colocado como submisso aos interesses da elite política brasileira. Por outro, são conscientes desta situação e almejam mais um “13 de Maio”. A submissão é acionada, também, na referência direta à abolição no canto superior esquerdo. A figura da princesa Isabel é posta acima da de uma criança negra que rende graças a ela pela quebra dos grilhões da escravidão. Ao fim e ao cabo, os elementos da capa aproximam a condição dos milhões de escravizados no Brasil à da população republicana. Comparação um tanto quanto descabida, o sentido que busca se dar a ela é a condição de suposta sujeição atribuída a esses sujeitos que, no final, são todos trabalhadoras e trabalhadores. Pelo que vimos até agora, seja nas fontes deste trabalho ou em discussões a respeito do período escravista, já é sabido que essas pessoas estavam em constante luta, fosse para conquistar/manter sua liberdade até o final do século XIX ou por melhores condições de vida, trabalho e participação política no início no XX.

Visto a capa, passando pela página três encontramos uma ilustração que ocupou quase a totalidade dela. Mais uma cena foi desenhada, esta por “R. Lobão”, a qual coloca em diálogo Leopoldo Bulhões, Rodrigues Alves, Francisco de Paulo Argolo e Cardoso Castro a respeito do roubo à Casa da Moeda do Brasil, no Rio de Janeiro. Por ser um crime de repercussão, esteve estampado em diversas páginas diárias e ganhou espaço, também, na coluna “Crônica do Malho” daquela edição. Algumas linhas abaixo, comentou-se o plano do governo em aumentar o abastecimento de água da Capital Federal, insuficiente frente ao aumento populacional. “J. Bocó” ainda reflete a contradição de “endireitar a cidade, aformoseá-la, dar-lhe um tom distinto e não lhe dar água em abundância”. A crônica semanal é finalizada da seguinte maneira:

Quando os leitores passarem os olhos pel'*O Malho*, devorando as legendas dos seus desenhos, a nossa pátria estará comemorando o dia 13 de Maio, a grande data da Abolição dos escravos.

Podem efetuar essa comemoração da forma mais brilhante que se puder conceber, mas se nela não entrarem os nomes dessa estoica princesa Isabel e desse imortal José do Patrocínio, tal comemoração será uma das mentiras convencionais, que Max Nordau tão bem compendiou.

Isabel e Patrocínio são os pontos culminantes dessa epopeia fulgentíssima.¹³⁸

O leitor atento irá reparar que é a primeira vez que o assunto da abolição da escravidão brasileira é comentado na crônica da semana d'*O Malho*, pelo menos naquelas edições do mês de maio reservadas a tratar da data. O cronista caracteriza como mentirosa qualquer comemoração que ocorresse naquele dia e não se lembrasse da “estoica princesa Isabel e desse imortal José do Patrocínio”, pessoas importantes da “epopeia fulgentíssima” de liberação dos

¹³⁸ “Crônica do Malho”. *O Malho*, 13 de maio de 1905, p.4 (grifo meu).

escravizados. Diferente do ano anterior, em que se fazia votos pela vida daquele abolicionista frente ao seu estado de saúde, doze meses depois Patrocínio se tornara “imortal”, visto o seu falecimento em 29 de janeiro de 1905.

Para que os leitores não tivessem dúvidas da imagem que construiriam em sua imaginação ao lembrar e agradecer a promulgação da Lei Áurea em 1888, três páginas após a crônica, é veiculada uma fotografia da superada família real brasileira. Deste recorte, é importante destacar que a ela foi reservada 50% da página sete daquele número e que logo abaixo é realizado um movimento incomum nas páginas daquele semanário: um comentário direto a uma publicação da revista, uma espécie de editorial. Em resumo, destacar a imagem daquela “família excelsa” e, em especial, da “virtuosa Princesa” era um “dever de gratidão” d’*O Malho* pelo apagamento da “mancha negra da escravidão” da “história” e “bandeira do Brasil”¹³⁹. Veja, este “dever” assumido pela revista omitia outras imagens, pessoas e processos que marcaram todo o século XIX brasileiro contra os crimes que circunscreveram a escravidão no Brasil.

A edição seguinte, publicada no dia 20 de maio de 1905, é necessária de ser averiguada, também, justamente pela própria lógica de construção das revistas semanais. Entretanto, sem surpresa, nenhuma menção foi realizada a respeito das movimentações que ocorreram em território fluminense em prol da memória da Abolição. Vou além e coloco em tela alguns dados para termos maior dimensão desta ausência. Ambos os volumes, os publicados no dia 13 e 20, contavam com 44 páginas cada. Em média, cada um deles foi composto por 65 ilustrações, incluindo aquelas destinadas aos anúncios. Neste rumo, os números referentes às fotografias estão na casa das 17 em cada uma das edições. O que a respeito do 13 de Maio encontramos nessas edições? O exposto nas páginas acima. Três referências pontuais na capa, uma lembrança na crônica semanal e a fotografia da antiga família real brasileira. Ao contrário disso, muito se comentou, desenhou e fotografou a respeito: do desembarque de Pinheiro Machado e sua família no Rio de Janeiro, voo de um balão na cidade, os embates políticos nacionais, o roubo à Casa da Moeda e a instalação da luz elétrica no Colégio Militar.

Esses assuntos rodearam, como é de se imaginar, os diários daqueles dias e, em meio a eles, encontramos alguns rastros das festividades em homenagem ao maio de 1888. Para além dos artigos de primeira página dos jornais que esta pesquisa acompanha, algumas particularidades do ano de 1905 são necessárias de serem apontadas. A primeira diz respeito à

¹³⁹ “Uma recordação grata”. *O Malho*, 13 de maio de 1905, p.7.

diminuição dos detalhes das reverberações das festas daqueles dias. Como vimos na análise do ano de 1904, ao juntarmos as descrições de um jornal com o do outro, era possível termos uma ideia apurada de como se deram alguns festejos. Esta metodologia para o 17º aniversário da data não rendeu tantos frutos dada a descontinuidade e o baixo volume de informações naquelas páginas. A segunda, que pode ou não estar relacionada com a anterior, remete ao aumento das críticas a respeito da baixa nas comemorações do 13 de Maio, destacando-se neste ponto o *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias*. O primeiro aponta a “indiferença de uns e o descaso de quase todos a data comemorativa da redenção dos cativos” e direciona o julgamento aos “senhores do poder” que ainda mantêm o povo em “cativeiro”.¹⁴⁰ O texto do segundo descreve um cenário de apatia geral e nas duas críticas um dos alvos é o próprio governo que só enfeita e ilumina os prédios, propõe exposições de bandas, algumas salvas e bandeiras ao mastro. Com isso, tudo era “frio, mecânico, oficial”. Os sujeitos endinheirados ficavam em casa com sono e “preguiça”, por vezes, até falavam “mal do feito comemorado e dos homens que o realizavam”. Não é difícil imaginarmos esta cena final. E o “povo”? Este, “não se apercebe a data”.¹⁴¹ Será? Qual tipo de festividade esses periódicos e jornalistas estavam olhando e comentando aquele ano, a instalação de luz elétrica no Colégio Militar, realizada no dia 13 de maio, ou a tradicional festa na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e S. Benedito?

Não é obrigação de nenhum periódico reverberar determinado assunto, porém, esses mesmos que criticaram o andamento das comemorações omitiram o evento realizado pela Irmandade, uma iniciativa do “povo”. O único que repercutiu o evento naquele ano foi o *Jornal do Brasil* e, apesar de ter sido uma nota rápida, traz a pesquisa um importante ponto, vejamos:

[...] - A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito fez celebrar, comemorando a gloriosa data de 13 de Maio, uma missa pela alma dos infelizes, que morreram na escravidão.

Ao piedoso ato compareceram toda a Irmandade, muitos abolicionistas e ex-escravizados, sendo oficiante o reverendo cônego Rosa Bueno. [...].¹⁴²

Mais uma vez, a despeito do governo, membros da elite e alguns jornalistas, a Irmandade reafirmava a sua autonomia e trazia para perto aqueles que não se preocupavam tanto como a abolição foi positiva para a imagem do novo país e sim em respeitar a “alma dos infelizes, que morreram na escravidão”, sem alcançar a liberdade. Neste rumo, a emancipação é exaltada com a presença de “ex-escravizados” naquela reunião. É a primeira vez neste trabalho que

¹⁴⁰ “A escravidão do branco”. *Correio da Manhã*, 14 de maio de 1905, p.1.

¹⁴¹ “24 horas. Interior”. *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1905, p.1.

¹⁴² “13 de Maio”. *Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1905, p.5.

rastreamos a presença de sujeitos que viveram e se libertaram da escravidão brasileira. Estes compunham aquela Irmandade e marcavam, fosse nela ou em outros espaços, a condição de ser livre, indo e vindo, recebendo salário, tendo moradia, fazendo greves, frequentando bailes e missas. Apesar de ser uma nota curta, ao costurá-la à trama que vem sendo montada até aqui, é possível vislumbrarmos um cenário onde a festa, fosse da Abolição, do 1º de Maio e da recreação é emaranhada de trabalhadores em luta. Nesse rumo, fica cada vez mais difícil não associar a este movimento operário organizado republicano as pessoas ex-escravizadas e os seus descendentes. Elas eram participantes ativos e, ao lado ou não da militância europeizada, marcavam limites e propunham demandas embasadas no passado escravocrata vivido na pele.

Apesar de ser conclusão comum nessas páginas, é relevante ressaltar as escolhas d’*O Malho* naquele ano em, mais uma vez, omitir de suas páginas os eventos em memória do 13 de Maio. Veja, não é que a revista não fizesse a cobertura de eventos sociais que ocorriam no Rio de Janeiro. Das duas edições do semanário que citei acima, é de se perder a conta a quantidade de registros da cerimônia de inauguração da luz elétrica no Colégio Militar, Pinheiro Machado e sua família chegando na cidade e do voo de um balão que ocorreu nos dias anteriores. Não podemos esquecer que, apesar de serem poucas, *O Malho* veiculou fotografias de passeatas do 1º de Maio. Dessa forma, a escolha editorial daqueles anos é nítida e, apesar da ausência, nosso trabalho aqui é enxergar aqueles sujeitos de alguma forma.

Sem surpresa, em 1906, nada de novo e a capa é acionada mais uma vez como no ano anterior. Na edição que ganhou as ruas em 12 de maio, um dia antes das festas, um ilustrador desconhecido desenhou naquele espaço uma cena em que se aglutinou Affonso Pena, Pinheiro Machado, Rodrigues Alves e o personagem “Zé do Povo”. A discussão desses homens girava em torno do Convênio de Taubaté e a única referência à data aparece na parte superior da capa, onde foram desenhadas quatro pessoas negras pulando e comemorando. O título daquela ilustração era “Um treze de maio indispensável”, que remetia aos ex-escravizados e, também, à agricultura, indústria e comércio. Esses setores da economia, na fala de Zé do Povo, “vivem acorrentados, como escravos no tronco” e, tão logo, precisam de um “Treze de Maio para saírem dessa parede maldita a que a má política os encostou e atarraxou...”.¹⁴³ Ou seja, a única referência à emancipação de sujeitos negros no Brasil é feita de forma indireta com uma pequena inserção desconexa daquele diálogo que era o ponto central da cena. Por esse motivo, não iremos reproduzir esta publicação no trabalho.

¹⁴³ *O Malho*, 12 de maio de 1905, p.1.

Na contracapa, ou página dois, mais uma ilustração comum aos moldes da grande imprensa carioca a respeito do 13 de Maio. A tônica do desenho, assinado por “A.A.”, é reafirmar os nomes dos “heróis da Abolição e da República”, ressaltando a lógica de como a primeira influenciou na segunda. No primeiro plano do desenho, são ressaltados alguns elementos. Entre as pessoas, observam-se: João Alfredo, Antonio Prado, Barão de Lucena e Joaquim Nabuco. Do lado apostro o desenhista adiciona a figura feminina da República. No centro, separando os polos, uma pedra gravada com mais nomes envolvidos com a abolição: Costa Pereira, Vieira da Silva, Thomaz Coelho, Rodrigo Silva, Ferreira Vianna, Cruz Machado, Senador Dantas, José do Patrocínio e João Clapp. Em cima da pedra: flores e o “livro de ouro” onde constava a data da assinatura da Lei Áurea. E claro, acima de todos, no limite do desenho, a princesa Isabel. O povo negro, vibrando e comemorando, aparece em segundo plano, caracterizados em massa, quase todos parecidos em fisionomia.¹⁴⁴ Mais um recorte comum, tanto no contexto da revista quanto para o ambiente geral dos impressos daquele contexto.

Dali duas páginas, a crônica semanal. Comentou-se sobre a “crise da lavoura”, a viagem de Affonso Penna aos “estados do norte”, discussões do Congresso e, por fim, a lembrança de que passa “amanhã mais um aniversário da Lei Áurea que extinguiu a escravidão no Brasil.” O restante do conteúdo é similar ao desenho que discutimos no parágrafo acima, colocando em paralelo o 13 de Maio e o 15 de Novembro e, assim como no ano anterior, marcou-se lembrança a José do Patrocínio, este passaria a ser lembrado junto dos heróis que “já descansam no túmulo”.¹⁴⁵ O balanço a ser destacado é o seguinte: desde o início da circulação d’*O Malho* os mesmos nomes, referências, comparações e diagnósticos foram levantados quando o assunto é o 13 de Maio. O que variava, em certa medida, era a forma e qual o local nas edições seria reservado para os textos. Passando pela capa, contracapa, crônica e textos avulsos, a tônica observada é tratar o povo, sobretudo a população negra que antes era escravizada, como submissa e receptora passiva dos mandos e desmandos do Estado.

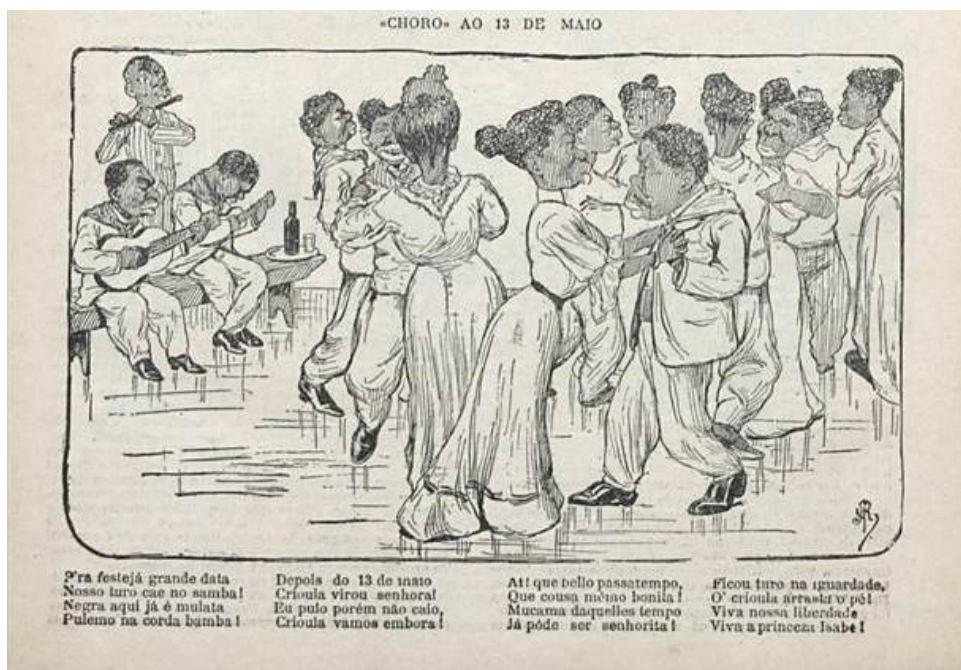
De forma geral, em nosso recorte, sob a ótica do 1º e do 13º de Maio, caracteriza-se o cotidiano de trabalho desses sujeitos como bom e, dessa forma, só faziam comemorar. Desconexos dos assuntos oficiais, precisariam de ser agraciados com mais uma abolição, visto que o Brasil era guiado por interesses de particulares. Todavia, qualquer pequeno sinal de fuga

¹⁴⁴ Conferir a ilustração em: *O Malho*, 12 de maio de 1906, p.2.

¹⁴⁵ “Crônica”. *O Malho*, 12 de maio de 1906, p.4.

da norma é preciso trazer à baila, vejamos a última reverberação na revista a respeito da abolição nos anos estudados pela pesquisa:

Imagem 15: *O Malho*, 12 de maio de 1906, p.6.



De antemão, é necessário dizer que historiadores como Renata Figueiredo Moraes e Leonardo Pereira já analisaram anteriormente a publicação em seus livros aqui já citados, *As festa da abolição* e *A cidade que dança*. A pesquisadora atesta a “forma irônica” como o chargista tratou o choro, uma prática cultural de lazer frequente nos salões de danças suburbanos e, na mesma perspectiva, Pereira conclui como anos depois do pós-abolição “coube somente aos negros o esforço de remorar a data”.¹⁴⁶ Apesar, é claro, dos traços racistas na caracterização do corpo negro e da forma jocosa em reverberar o “samba” e as marcações entre cativo e liberdade nos escritos abaixo do desenho, é possível ver ali, depois de três anos, o reconhecimento da existência de formas populares de celebrar o 13 de Maio. Essas que marcavam presença nos jornais diários, aparecem mais uma vez em 1906 e o destaque damos que agora é da organização festiva realizada no bairro Jardim Botânico. Dentre outros periódicos, o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, em publicação do dia 15 de maio, divulgaram notas similares as comemorações que se passaram na rua Maria Angelica, acompanhemos:

¹⁴⁶ Cf. MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da Abolição no Rio de Janeiro (1888-1908)*. Op.cit. p.277; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança*. Op.cit. p.205.

13 DE MAIO - Na rua Maria Angelica, Jardim Botânico, foi condignamente festejada a data memorável de 13 de maio, sendo a iniciativa do negociante sr. Manoel Silvestre Fragoso, estabelecido à rua Jardim Botânico n.1.

A rua Maria Angelina e proximidades, primavam pelo apurado gosto da ornamentação. Compareceram muitas pessoas, notando-se a presença de funcionários públicos, autoridades civis e militares, operários locais e famílias que emprestaram a festa todo o brilhantismo.

Foram executados ao ar livre os tradicionais «Jongos» com cânticos, cujos instrumentos adequados obedecem às denominações de «Candongueira», «Guayamú» e «Pint».

Abrilhou a festa, com a execução de magníficos trechos musicais, a [...] banda musical da Sociedade Recreativa Pessoal da Fábrica Corcovado.

As pessoas presentes foram cumuladas de gentilezas, retirando-se saudosas da festa.

Ao terminar, foram erguidas entusiásticas saudações ao prefeito municipal, aos procuradores da áurea lei 13 de maio e a família operária.

O sr. Luiz Barbosa fez significativa saudação à imprensa e aos obreiros de progresso.¹⁴⁷

Esta pontual comemoração é essencial para encerrarmos este item por conjugar elementos tratados desde a primeira página desta pesquisa. Em um cenário diferente das festividades que rastreamos até o momento, esta ocorreu em meio à rua de um bairro com forte presença operária e de postos de trabalho fabris. Naquele domingo, dentre outras pessoas, se reuniram os “operários locais e famílias”, com o objetivo de saudar o fim legal da escravidão brasileira de 18 anos atrás. Práticas culturais afro-brasileiras marcaram aquele momento e, “ao ar livre”, os foliões executaram “os tradicionais «Jongos» com cânticos, cujos instrumentos adequados obedecem às denominações de «Candongueira», «Guayamú» e «Pint»”. A expressão musical não parou por aí e os trabalhadores que compunham a banda da Sociedade Recreativa Pessoal da Fábrica Corcovado, trataram de alegrar aquele momento também. Sendo uma das notas que mais oferecem detalhes sobre um procedimento festivo do 13 de Maio, é possível levantarmos a hipótese, a partir dela e por todo diálogo até aqui, que naquele domingo, na rua Maria Angélica, se reuniram operárias e operários que vivenciaram o cativeiro brasileiro décadas antes. Estes compunham os espaços de sociabilidade trabalhadora, como a banda musical daquela fábrica de tecidos e, como veremos no próximo item, associações recreativas próprias.

No caso 13 de Maio, em oposição ao capítulo anterior, a revista se recusou a cobrir os eventos populares em prol da Abolição e o nosso trabalho, além de constatar e analisar a ausência, é o de apresentar possibilidades de visualizar essas mulheres e homens operários. A busca vem sendo realizada pela própria imprensa que omite, encontrando brechas e conectando

¹⁴⁷ “Dia social/Clubes e festas”. *Correio da Manhã*, 15 de maio de 1906, p.5.

pontas soltas para, ao final, entendermos que o trabalhador fazia festa, greve, dialogava com os governantes, realizava bailes e passeatas, tudo isso de maneira organizada. Esta organização não era exclusiva dos brancos. Tanto nos registros do 1º de Maio quanto nos rastros deste capítulo, sobretudo da análise das ações da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e S. Benedito, é possível ver nitidamente a população negra carioca tomando para si o controle de suas vidas, associações e lutas.

2.3 Um passeio dominical com o pessoal d'Alliança

Após festejar o 1º e o 13 de Maio, restava ao operariado lanchar e contemplar da Gávea, no alto do morro, um domingo de muita união e fraternidade entre os seus, com direito a boa comida e banda de música. Bom, pelo menos foi este o tom que encontramos na repercussão fotográfica d'*O Malho* de um piquenique entre o operariado da Fábrica de Tecidos Alliança. Este caso de recreação entre trabalhadores, que ocorreu em 15 de abril de 1906, contou com três fotografias no semanário, publicadas nos dias 28 de abril, 5 e 19 de maio do mesmo ano. Frente ao que conversamos até aqui, é notória a discrepância da repercussão na revista das festas nacionais com este piquenique, sobretudo na quantidade de material fotográfico e dias comentando sobre o assunto. Este dado inicial joga luz a relevância daquele tipo de evento na cobertura da revista a respeito dos mundos do trabalho carioca. Por isso, para terminarmos esta série de imagens operárias festivas estampadas n'*O Malho*, convido o leitor para um passeio campestre entre as belas paisagens do Rio de Janeiro. Vejamos abaixo:

Imagem 16: *O Malho*, 28 de abril de 1906, p.4.



Imagem 17: *O Malho*, 5 de maio de 1906, p.8.



Imagem 18: *O Malho*, 19 de maio de 1906, p.16.



E foi assim, entre homens, mulheres e crianças, que aquele domingo operário marcou as páginas ilustradas da revista. Logo descobrimos, a partir das legendas, que a organização da “festa campestre” foi realizada pelo Centro Recreativo dos Operários da Fábrica Aliança, o qual reuniu “centenas de operários” daquele empreendimento fabril.¹⁴⁸ No primeiro registro, em que se privilegiaram os homens, é possível contabilizarmos, pelo menos, 50 deles. No segundo, o protagonismo é feminino e posaram para o fotógrafo em torno de 30 mulheres. Nesta publicação, ainda, realizou-se o registro nominal de 34 operárias. Reunindo a maioria do grupo, o terceiro registro deixa ver cerca de 70 “dos nossos legítimos operários”, caracterizados como sujeitos de franco caráter e “grandeza de coração”. Um dia após a realização do piquenique e quase duas semanas antes das publicações acima, a *Gazeta de Notícias* também repercutiu aquele piquenique, expondo o suposto procedimento realizado por aquele grupo operário na véspera.

Para a realização da atividade recreativa, foram reservados “bondes especiais” que partiram da fábrica às 9 horas da manhã com uma “multidão alegre de operários, em roupas frescas”. Em um dos bondes estava a “banda de música” e em outro “as moças com suas *toilettes* claras”. Durante o percurso, defronte à fábrica Corcovado, “os bondes diminuíram a marcha” para que os operários dos dois estabelecimentos têxteis, “em um gesto de camaradagem”, pudessem se cumprimentar. Chegando ao destino, no alto do morro, entre árvores e uma fonte d’água, o local do piquenique foi escolhido. Quando o relógio marcou 13h, as mesas “foram armadas” e, com “uma intimidade comunicativa e simples”, “toda a gente atirou-se gostosamente às iguarias”. Em meio àquele momento, uma saudação especial foi feita à *Gazeta de Notícias* e ao repórter que lá estava presente. Este respondeu: “A *Gazeta* não o tinha mandado ali unicamente para que ele se divertisse, mandara-o exclusivamente dizer-lhes que ela aqui estava amiga como sempre, alerta a todas as suas queixas, a todas as suas expansões”. Às 16h, depois das refeições e divertimentos musicais proporcionados pela banda, “deu-se sinal de regresso” e, “na mesma paz” e “contentamento”, voltaram para suas casas.¹⁴⁹

¹⁴⁸ Para manter a máxima qualidade possível do registro dos operários, foi necessário realizar um corte no título e na legenda da publicação. Acima da fotografia, a publicação contou com o mesmo título das demais: “Operários em festa”. Abaixo, vinha a seguinte legenda: “Piquenique realizado no dia 15 do corrente, na praia da Gávea, pelo Centro Recreativo dos Operários da Fábrica Aliança. Brilhante festa campestre na qual fraternalmente tomaram parte centenas de operários da importantíssima fábrica de tecidos, acompanhados de suas famílias, entre as quais se viam senhoritas de notável beleza”. Por conta dessas omissões necessárias, deixo a seguir o endereço digital da publicação na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional para conferência no original: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&id=813508221203&pagfis=7208>.

¹⁴⁹ “Operários da Aliança. O piquenique de ontem”. *Gazeta de Notícias*, 16 de abril de 1906, p.1.

A forma de funcionamento do Centro Recreativo da Fábrica Alliança e o estreitamento deste com a *Gazeta de Noticias*, ilumina a hipótese do porquê aquela reunião operária obteve destaque n' *O Malho*. Ainda em meio aos estudos sobre o associativismo dançante carioca e a disseminação e popularização dele por meio das trabalhadoras e trabalhadores da cidade, Leonardo Pereira observou parte deste fenômeno a partir do operariado em fábricas de tecido. Para além da construção e administração dos estabelecimentos têxteis, seus proprietários apostavam na criação de vilas operárias e outros mecanismos voltados à atração, manutenção e controle de sua mão de obra. Parte destes envolviam iniciativas direcionadas à instrução das crianças e lazer dos trabalhadores, sendo comum a formação e financiamento de escolas e organizações recreativas, como aquela que organizou o evento na Gávea em abril de 1906. No caso desta, o historiador rastreou o seu surgimento em setembro de 1890 e, no mesmo ano do piquenique, informavam ter a “finalidade explícita de manter uma banda musical e de promover bailes dançantes e outras diversões entre seus associados”.¹⁵⁰

Não por acaso, o mesmo Centro Recreativo da Fábrica Alliança organizou em sua sede, meses após o piquenique, um baile, que era atividade “mensal” entre aqueles sujeitos. Neste, realizado em junho do mesmo ano, também esteve um representante da *Gazeta de Noticias* que pode ver, às 5 horas da manhã, finalizar aquela festa depois do piano executar “a última polka”.¹⁵¹ Em outra ocasião, realizou-se um festejo no mesmo centro em homenagem ao regresso da Europa do sr. Alfredo Ferreira Chaves, o então tesoureiro da Fábrica de Tecidos, caracterizado como “tão digno protetor” no convite enviado pelo 1º secretário daquela agremiação.¹⁵² Aquelas fotografias, junto da série de publicações da *Gazeta de Noticias* em prol do Centro Recrativo, podem ser vistas sob a ótica propagandista que estes periódicos faziam daqueles estabelecimentos fabris.¹⁵³ Para isso, tornava-se público um cotidiano de vida, trabalho, moradia e lazer que, por vezes, poderia ser ocasional ou reservado a uma pequena parcela operária. Estas interferências de periódicos e seus jornalistas são relevantes à medida que, três anos antes, trabalhadoras e trabalhadores como aqueles do piquenique, reclamavam, em greve geral, de baixos salários, controle e perseguição patronal, abusos morais e sexuais e péssimas condições no ambiente de trabalho. Em boa hora, as inserções da *Gazeta de Noticias*, *O Malho* e outros parecem gerar atestados de ordem, harmonia e bem-estar do operariado

¹⁵⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança: Op.Cit.*, p.116.

¹⁵¹ “Os operários da Alliança. A festa de anteontem”. *Gazeta de Noticias*, 11 de junho de 1906, p.3.

¹⁵² “Clubes”. *Gazeta de Noticias*, 13 de dezembro de 1906, p.4.

¹⁵³ Além das notícias já citadas, conferir algumas das publicações a seguir na *Gazeta de Noticias: Vida do Rio*, seção “Clubes”, 5 de maio de 1906, e a coluna “Clubes”, de 16 de julho, 5 de dezembro e 13 de dezembro de 1906.

carioca, por meio, sobretudo, de fotografias conciliadoras. A estas, juntam-se a dos trabalhadores em ocasião do 1º de Maio, sobretudo a do festejo na pedreira da Candelária, em 1904, outra categoria de trabalhadores que aderiu à greve deflagrada pelos operários têxteis no ano anterior.

Apesar disso, não podemos tomar este tom impresso nas páginas ilustradas como um dado acabado daqueles anos e é a partir desta mesma produção jornalística que é possível vislumbrar resistências e estratégias operárias. Esses mesmos ambientes criados para o controle do trabalhador, estão inscritos um jogo de forças de negociação no qual o paternalismo é peça-chave. Mesmo que estranha e criticada por parte dos militantes operários daquele contexto, ao adotar essa estratégia, aqueles trabalhadores resgatam a “experiência de homens e mulheres escravizados e seus descendentes”, buscando redes de proteção que pudessem melhorar suas condições de vida” e garantir a manutenção de seus espaços e práticas de lazer.¹⁵⁴ Nessas ocasiões, o paternalismo marcante harmoniza publicamente os ânimos operários, mas não esconde por muito tempo a agência e resistência daquelas mulheres e homens que eram os protagonistas das greves na cidade. Não podemos nos esquecer de que, mesmo com associações recreativas financiadas pelos patrões, partiu do segmento têxtil “a greve geral” que tomou o Rio de Janeiro em agosto de 1903.¹⁵⁵ Da mesma perspectiva, Leonardo Pereira levanta que, além da estratégia do paternalismo, os trabalhadores membros de vários clubes dançantes, sobretudo daqueles grêmios não vinculados diretamente à direção de estabelecimentos fabris da cidade, teciam redes responsáveis por paralisações, greves, mutualismo e interferência na política institucional do país.¹⁵⁶

Mais uma vez, imagens festivas e harmoniosas como as do piquenique parecem fazer frente a outras duas fotografias veiculadas na revista a respeito do Congresso Regional dos Operários, que ocorreu em abril daquele ano.¹⁵⁷ Mesmo que publicações como esta tivessem espaço no semanário, foi possível concluir até aqui a predominância de inserções que flagram

¹⁵⁴ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança: Op.Cit.*, p.253.

¹⁵⁵ Além das associações recreativas, as administrações das fábricas de tecidos usavam as vilas operárias como forma de controle das trabalhadoras e trabalhadores. Mesmo assim, Marcela Goldmachar identificou como crucial o fator de essas vilas serem vizinhas uma das outras para a greve ter se tornado geral, considerando os laços de amizade e solidariedade previamente existentes no operariado daqueles locais de moradia. Conferir o Capítulo 1 de sua tese de doutorado: GOLDMACHER, Marcela. *A "greve geral" de 1903. Op.cit.*

¹⁵⁶ *Ibidem*. Conferir, em especial, o Capítulo 5 do livro, intitulado “No ritmo da cidadania”. Conferir, também, do mesmo autor o seguinte artigo: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República”. *Revista Brasileira de História (impresso)*, v. 37, p. 63-88, 2017.

¹⁵⁷ Conferir: “O Congresso Regional dos Operários” nas seguintes edições: *O Malho*, 28 de abril de 1906, p.8 e *O Malho*, 5 de maio de 1906, p.16.

o operariado fazendo algum tipo de festa. Embora fossem como as do 1º de Maio, o “laborador cotidiano” era descrito como um sujeito ausente de demandas, visto que seu cotidiano poderia ser melhor do que o do cronista da revista e dos operários europeus. Em algum grau, na visão daquele escritor, os trabalhadores brasileiros pareciam não ter a mesma capacidade de organização como os companheiros da Europa. A aparente ausência de experiências passadas para se formarem enquanto movimento republicano é sinalizada na própria reverberação da revista a respeito do 13 de Maio. Além de negligenciarem as comemorações que ocorriam na cidade, os articulistas do semanário, anualmente, direcionaram toda a agência da liberdade dos escravizados para poucos sujeitos, sobretudo políticos e jornalistas. Este movimento, no entanto, era um “dever de gratidão” d’*O Malho*, à família real, por apagar, do dia para a noite, a escravidão do Brasil – soava quase como um alívio. Por isso, dada a boa vida, deveriam comemorar realizando bailes, piqueniques e jogos.

A constatação das omissões propositais realizadas na revista durante a cobertura dos festejos deixa ver iniciativas importantes como: entrega, por parte dos trabalhadores, de cartas ao presidente da República e ao prefeito do Rio de Janeiro em busca da regulamentação da carga horária de trabalho e moradia digna; assim como irmandades negras e comunidades operárias, compostas por libertos e seus descendentes, comemorando a Abolição. Ligadas as festividades, associações operárias (como as das imagens 4 e 5) lutavam por causas específicas, como a regulação do trabalho doméstico e dos copeiros. Estes poderiam compor espaços como a Irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito e terminar o trânsito nos grêmios dançantes da cidade. A agência desses sujeitos, pouco reverberada n’*O Malho*, vai de encontro a iniciativas governamentais em queimar o passado escravista, buscando apagar qualquer vestígio que estragasse a harmonia republicana.

Capítulo 3 – As greves e os grevistas em cena

3.1 Do diário ao semanal: a dinâmica de repercussão das greves na revista ilustrada *O Malho*

Com a grafia destacada, no volume d'*O Malho* publicado no primeiro sábado de 1904, é exposto um pequeno texto avulso e sem assinatura, logo depois da crônica semanal, que parece resumir os ânimos cariocas daquela passagem de ano. Vejamos:

Reflexão de um viúvo, de recente data, e que está na chuva, ainda agora apanhada:

- Fecha-se o ano como começou: tudo *greve*, *greves* por toda parte! *Greves* nas fábricas de tecidos, dos carroceiros, na Companhia do Gás, na Mortona, no Lloyd, dos sapateiros, dos foguistas, dos marinheiros... Vão vendo que para o ano nem nascem mais crianças; se até as mulheres estão a fazer *greve* e a ir-se embora de vez!¹⁵⁸

O excerto, pretensamente cômico, é uma das seis inserções a respeito dos movimentos grevistas daqueles dias que ganharam as páginas da edição de 2 de janeiro de 1904. Na crônica situada na mesma página, assinada pelo cronista “F”, nomeava e qualificava ironicamente como “Imprevidência” os “fatos da semana com relação à *greve* dos homens da marinha mercante”.¹⁵⁹ Dali algumas páginas, o leitor veria um desenho de “Raul” em que dois homens carregam um marinheiro amarrado em um pedaço de pau.¹⁶⁰ Sem perder o fio da meada, abaixo da ilustração, outro pequeno texto a respeito da “*greve* dos homens do mar, contra o sorteio da armada”, a qual “parece que fará o regulamento ir por água abaixo.”¹⁶¹ Na página 15, duas linhas sobre os sapateiros: “Último eco da *greve* dos sapateiros: - Tombou a parede dos deitadores de tombas”.¹⁶² Por fim, faziam “bem” os “homens do mar” em continuar a greve contra sorteio da armada para não “embarcarem em semelhante loteria”.¹⁶³

O sujeito que lesse aquele volume do semanário seria lembrado, então, das greves em “fábricas de tecido” e aquelas protagonizadas pelos “carroceiros” ou pelos trabalhadores da Companhia do Gás. Os movimentos realizados na marinha mercante pelos “foguistas” e “marinheiros” do Novo Lloyd Brasileiro também eram citados ao lado da luta dos “sapateiros”. Em um apanhado sobre as paredes dos meses anteriores e aquelas que estavam acontecendo na passagem de 1903 para 1904, é possível observarmos a maioria das formas de publicação utilizadas pela editoração d'*O Malho* quando o assunto eram as greves. Do levantamento realizado desde a primeira edição da revista, de setembro de 1902, até o final de 1906, foi

¹⁵⁸ *O Malho*, 2 de janeiro de 1904, p.4 (grifos no original).

¹⁵⁹ “Crônica”. *Idem*.

¹⁶⁰ “O sorteio marítimo”. *Ibidem*, p.10.

¹⁶¹ *Idem* (grifo no original).

¹⁶² *Ibidem*, p.15 (grifo no original). Tomba é o nome dado a pedaços de couro utilizados para remendar calçados.

¹⁶³ *Ibidem*, p.21.

rastreado, fosse por escrito e/ou imagens, 159 inserções sobre a temática greve. Deste total, subtraem-se as 14 vezes em que se utilizaram da temática para compor anúncios de produtos e textos que constatamos estarem desvinculados a alguma parede do contexto analisado. Por fim, cronistas, jornalistas, fotógrafos e caricaturistas registraram nas páginas daquele semanário 145 publicações a respeito de algum movimento grevista, fosse no Rio de Janeiro ou em outros estados brasileiros, assim como no exterior.

Nos primeiros 5 meses de circulação d'*O Malho*, não foram encontradas referências sobre alguma parede, o que só foi possível, pela primeira vez, na vigésima terceira edição do semanário, em fevereiro de 1903. Naquele ano, rastrearam-se 67 publicações a respeito de greves, número que cai para 39 em 1904 e para 13 em 1905. Um pequeno aumento foi constatado em 1906 a partir do levantamento de 26 inserções nas páginas da revista. Do montante, como abordaremos adiante (cf. **Tabela 1**), o tipo de texto privilegiado para tratar do assunto foi o escrito, passando pelos desenhos e, por último, a fotografia. No recorte analisado pela pesquisa, foram publicadas apenas 4 fotos de greves, três em 1903 e uma dali três anos, e é neste dado que encontramos a problemática central deste capítulo. Como o leitor pode acompanhar anteriormente, tivemos para análise, no mesmo espaço temporal, 12 fotografias das trabalhadoras e trabalhadores cariocas realizando algum tipo de comemoração. Fosse em passeatas do 1º de Maio, acompanhando de perto a inauguração do trecho do porto reformado ou em algum piquenique, grande parte das imagens operárias estampadas n'*O Malho* era festiva. Nosso esforço, ao final, foi lê-las a contrapelo e observar naqueles registros, mesmo que indiretamente, os sujeitos que a editoração da revista pouco quis privilegiar: grevistas.

Além desta série fotográfica comemorativa, levantamos outra em que a presença operária é marcante: trabalhadoras e trabalhadores em espaços de trabalho. Este conjunto documental é composto por 18 fotos e nos mostra grupos de categoria profissional e postos de trabalho que estiveram em greve no contexto em que foram produzidas. A partir delas e da análise conjunta da imprensa diária, poderemos ver mais nitidamente, neste capítulo, a cor e o gênero dos protagonistas do movimento operário brasileiro do início dos novecentos. Para adentrarmos nesta discussão, antes, é necessário nos atentarmos para a dinâmica de repercussão na revista das tantas paredes que tiveram como palco a cidade do Rio de Janeiro durante os seus primeiros anos de circulação. Com esse fim, tomaremos como base aspectos das seguintes greves comentadas na revista: a “greve geral” de agosto de 1903; a dos refinadores de açúcar (1903); dos sapateiros (1903-1904) e a dos operários em construção civil e pedreiras (1905).

Tabela 1: Tipos textuais usados tratar da temática grevista n' *O Malho* (1903 – 1906)

Tipos de texto	1903	1904	1905	1906	Total geral
Publicação avulsa	36	23	1	5	65
Ilustrações	25	8	9	15	57
Crônica semanal	3	3	2	4	12
Fotografia	3	0	0	1	4
Outros	0	5	1	1	7
Total por ano	67	39	13	26	145

Em se tratando da forma como os colaboradores e editores da revista comentaram episódios grevistas, a publicação avulsa foi a mais utilizada. Este tipo de inserção era desvinculada de qualquer seção do periódico e, geralmente, não era acompanhada de título e assinatura, apenas um texto emitindo um posicionamento a respeito de algum tema, podendo ser estrategicamente inserida em qualquer parte da edição. O seu tamanho variava de algumas linhas até textos que tomavam quase 25% de uma página e, a partir disso, ter uma característica rápida e humorística e/ou demorada e descritiva. Assim como aquela que abre este capítulo, uma das tantas que levantamos dizia respeito a “greve geral” que ocorreu no Rio de Janeiro entre os dias 11 de agosto e 4 de setembro de 1903, vejamos a seguir: “Também se declarou em greve, solidário com os companheiros de outras classes operárias, o pessoal de trabalhadores de estiva. Por isso mesmo que eram de estiva, não estiveram para ficar inativos. Muito bem.”¹⁶⁴ O tom humorístico da nota vinha reverberar que os estivadores haviam aderido ao movimento de greves desencadeado na cidade ao longo do mês de agosto e que teve como ponto de partida a parede iniciada na Fábrica de Tecidos Cruzeiro.

Neste estabelecimento, a demanda inicial se posicionava “contra a necessidade da compra dos instrumentos de trabalho por parte dos operários”. Uma das primeiras fábricas do mesmo segmento a aderir ao movimento foi a Aliança, a mesma das operárias e operários realizando o piquenique que vimos acima (Imagens 16, 17 e 18). O caso desta foi mais específico e cerca de 3000 trabalhadores abandonaram o trabalho devido à negativa dos administradores em readmitir a operária que “havia sofrido abuso sexual por parte do mestre dos teares, de nome Ferreira da Silva, e fora por ele abandonada, e demitida, após o nascimento da criança”. Estes quase 30 dias em que, pouco a pouco, vários estabelecimentos e categorias

¹⁶⁴ *O Malho*, 29 de agosto de 1903, p.09

de trabalhadores paralisaram as máquinas e os serviços, foram minuciosamente estudados pela historiadora Marcela Goldmacher em sua tese de doutorado. Além de outras contribuições para a historiografia do movimento operário brasileiro, Goldmacher analisou o dia a dia daquelas greves que tiveram como pretensões comuns a instituição de 8 horas diárias de trabalho e 40% de aumento salarial. À medida que o movimento foi recebendo novas adesões, outros requerimentos foram negociados junto a cada grupo fabril e/ou patrões dos estabelecimentos. A tese indica um número total de 40.000 grevistas, sendo que 25.000 eram tecelões, deixando ver a pluralidade de ofícios engajados na luta operária daquele mês. Dentre outros espaços de trabalho, Goldmacher identificou o movimento em fábricas de sapatos, chapéus, vidro, charutos e velas; assim como em: tinturarias, alfaiatarias, pedreiras, marcenarias, carpintarias, estiva, carvoarias e profissionais pintores.¹⁶⁵

Observando esta amplitude de greves, foram encontradas 27 publicações n' *O Malho* que diziam respeito a elas, divididas em três edições: 22 e 29 de agosto e 5 de setembro de 1903. Do total, o assunto foi comentado 13 vezes por textos avulsos, 13 por meio de ilustrações e somente uma na seção da crônica do semanário. Esta foi a reverberação de mais destaque a respeito do movimento, tendo sido publicada no dia 22 de agosto, também assinada por "F", na qual, em nome da revista, "[...] não aplaude nem acoroçoa o movimento da classe operária declarando-se em estado de greve, que ameaça alastrar-se e atingir a todas as fábricas, a todos os estabelecimentos industriais, a todos os sadios e patrióticos centros de trabalho organizados entre nós.". O autor afirma que "*O Malho* não é suspeito à classe operária", visto ser aquele periódico composto "por operários" que, "aos justificados movimentos reivindicadores de classe", sempre declararam "simpatias e todas as afirmações de solidariedade". Para aquele escritor, o mesmo que falou do "laborador cotidiano" meses antes, naquela greve não havia uma justificativa "bem determinada em seus fundamentos". Dizia, por exemplo, que seria "forçoso" que tal "movimento coeso" estivesse amparado no "zum-zum de boato surdo que uma operária fora desacatada em sua honra por pessoa de posição em uma fábrica [...]." Mesmo que a "companheira" fosse "merecedora de reparação à ofensa de que foi vítima", o cronista cobrava publicamente a seus companheiros, nas folhas d' *O Malho*, que se divulgassem as reais razões daquele "movimento uniforme que se vem observando".¹⁶⁶

¹⁶⁵ Para conferir essas e outras informações sobre a "greve geral" de 1903 e o movimento operário brasileiro, conferir: GOLDMACHER, Marcela. *A "greve geral" de 1903. O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.

¹⁶⁶ "Crônica". *O Malho*, 22 de agosto de 1903, p.3.

A surpresa e o espanto do cronista em ver greves eclodirem de maneira “coesa” uma seguida da outra, vão de encontro à própria crônica, de meses antes, na qual afirma ser boa a condição operária brasileira.¹⁶⁷ Acostumado a ver aquela quantidade de trabalhadoras e trabalhadores unidos somente em passeatas do 1º de Maio, reivindicando as mesmas pautas que eram gerais das paredes de agosto, o clima nada festivo da “greve geral” de 1903 não agradou o escritor e os dirigentes d’*O Malho*. Analisando esta questão do ponto de vista material, é chamativo que um movimento que paralisou parte das atividades produtivas da cidade não tenha sido repercutido, ao menos uma vez, através da fotografia. Em contrapartida, imagens de comemorações operárias podem ser vistas com certa facilidade nas páginas ilustradas do mesmo semanário. Sendo a crônica a única publicação com um posicionamento direto sobre greve, os demais comentários presentes na revista se dividem entre atualizar que continuava a “greve” a “fazer furores a gente” que “se vê arriscada a levar um cascudo de um dia para outro, quando menos esperar”¹⁶⁸ e, no mesmo rumo, em acrescentar as novas categorias profissionais de grevistas.

Destas publicações de caráter geral, tem-se uma ilustrada que pode ajudar o cronista do semanário a entender as motivações do movimento:

Imagem 19: *O Malho*, 29 de agosto de 1903, 16.



Quem assina o desenho é Raul Pederneiras, que coloca em cena dois homens, provavelmente burgueses/patrões, conferindo exagero às demandas operárias de “aumento de

¹⁶⁷ A crônica em questão foi abordada no Capítulo 1.

¹⁶⁸ *O Malho*, 22 de agosto de 1903, p.08.

ordenado” e “redução de horas”. Esta caricatura é a única publicação entre as 27 totais que deixa ver as pautas daquele movimento e, para isso, aponta a hipocrisia patronal em não as reconhecer como justas. As categorias dos grevistas pontuadas na revista foram, além dos tecelões, as dos chapeleiros, pedreiros, pintores, alfaiates, estivadores e marceneiros. Os comentários das novas adesões sempre foram realizados em publicações avulsas, utilizando-se de comicidade e cenas cotidianas para demonstrar a falta de determinado segmento produtivo, vejamos uma a seguir:

Vieram os tecelões e fizeram uma parede; vieram depois os pedreiros e começaram a pintar o diabo. Os pintores, por sua vez, quiseram armar uma cama ao governo, e os marceneiros arranjaram um bom par de calças pardas para a polícia. Que diabo irão fazer agora os alfaiates e os estivadores? Por mim, penso que numa greve em que todos estão fora do seu ofício o melhor era que se limitassem a limpar as mãos à parede.¹⁶⁹

Não faltou, também, crítica à atuação das autoridades policiais na contenção da greve e pela falta de patrulhamento preventivo a roubos e furtos, assim como menções temerárias de personagens masculinos da possibilidade de as mulheres aderirem à greve: “[...] – Nem me fale nisso! Vamos ficar sem comida, sem roupa lavada, sem...”¹⁷⁰. Além de reforçar papéis de gênero, sendo a mulher destinada somente ao trabalho doméstico e relações sexuais, publicações como aquela apagam a presença fundamental das trabalhadoras durante aquela e outras greves do início do século XX.¹⁷¹

Dali alguns meses finda a “greve geral”, um comentário d’*O Malho* sobre as duas próximas paredes que iremos adentrar, vejamos: “Depois da greve do açúcar veio a greve dos sapateiros pregar-nos uma descalçadeira./E não é lá muito agradável meter os pés no açúcar; nos sapatos vá, que para outra coisa não foram feitos./E as fábricas devem andar empelcadas”.¹⁷² Traçando um panorama sobre as greves na cidade, a nota avulsa coloca lado a lado a dos refinadores de açúcar, deflagrada em 10 de novembro, e o embate entre a União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros e os proprietários de fábricas de sapatos. Este já vinha de

¹⁶⁹ *O Malho*, 22 de agosto, p.5.

¹⁷⁰ *O Malho*, 29 de agosto de 1903, p.24.

¹⁷¹ Para uma análise da participação ativa das mulheres em movimentos grevistas em fábricas de tecidos no Rio de Janeiro durante a Primeira República, conferir: PIRES, Isabelle Cristina da Silva. *Entre teares e lutas : relações de gênero e questões etárias nas principais fábricas de tecidos do Distrito Federal (1891-1932)*. Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

¹⁷² *O Malho*, 28 de novembro de 1903, p.10 (grifos no original).

tempos, mas tomou novos rumos naquele final de ano e teve desdobramentos até junho de 1904.

¹⁷³ Começemos pela primeira.

A parede dos operários das indústrias açucareiras cariocas foi, inicialmente, intermediada pelo Centro das Classes Operárias. Mais de um mês antes do início da greve, em 29 de setembro daquele ano, foi delegado, pelos “operários das refinações de açúcar”, “plenos poderes ao presidente do Centro, para se entender com os respectivos patrões” e solicitar “aumento de salário”.¹⁷⁴ Passadas algumas semanas, foi endereçada às refinadoras de açúcar uma circular com quatro requerimentos para “melhorar as condições precárias” da “manutenção” dos operários refinadores. O documento, assinado por Vicente de Souza, dirigente do Centro, requeria: “1º. começo do trabalho às 6 ½ horas da manhã e terminação às 4 ½ da tarde; 2º. fixação de três quartos de hora para almoço; 3º. fixação de salário mensal de duzentos mil réis, sem comida ou, como se diz vulgarmente, a seco; 4º. determinação de ser o domingo destinado somente à limpeza dos utensílios da refinação.” Inicialmente parcial, a greve teve seu início devido à demora na resposta e pela demissão de alguns operários. O quadro se alterou para geral após reunião dos industriais de quatro refinadoras da cidade que tiraram como resolução “não aceder às pretensões dos operários”.¹⁷⁵

O desfecho da parede é incerto, porém, sabemos que por algum tempo “poucas refinações de açúcar” da Capital Federal estavam funcionando e aquelas que mantiveram ativas, “com pessoal para isso contratado”, estavam sob vigilância da polícia.¹⁷⁶ Outros rastros nos direcionam para conflitos entre operários grevistas e aqueles que decidiram voltar ao trabalho, assim como para alta no preço do açúcar por parte de “algumas casas de varejo”.¹⁷⁷ Os comentários a respeito do movimento dos refinadores começam a desaparecer na imprensa após uma “comissão de operários” solicitar ao chefe da polícia, Cardoso de Castro, a sua intervenção entre “eles e os patrões” na busca de um acordo, “parte a parte”, para pôr “termo ao movimento grevista”.¹⁷⁸ Além da publicação avulsa que vimos acima, foram veiculadas na revista outras três a respeito desta greve e, somadas a elas, cinco ilustrações, montante distribuído em quatro

¹⁷³ Uma notícia intitulada “Greve dos sapateiros”, publicada no *Jornal do Brasil* em 9 de novembro de 1903, deixa ver que “fábricas de calçados” estavam “há tempos” paralisadas, “devido se recusarem a trabalhar os operários, que exigem de seus patrões medidas em ordem de melhorar a sua situação precária. [...]”.

¹⁷⁴ “Os operários em pedreiras. Os refinadores. No Lloyd”. *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1903, p.1 (Edição da Tarde).

¹⁷⁵ Cf. “O Operariado”. *Jornal do Brasil*, 11 de novembro de 1903, p.3 (Edição da Manhã) e “Refinadores de açúcar”. *Jornal do Brasil*, 11 de novembro de 1903, p.2 (Edição da Tarde).

¹⁷⁶ “Refinadores de açúcar”. *Jornal do Brasil*, 13 de novembro de 1903, p.2 (Edição da Tarde).

¹⁷⁷ “As greves”. *Gazeta de Notícias*, 13 de novembro, p.1.

¹⁷⁸ “Refinadores de açúcar”. *Jornal do Brasil*, 18 de novembro de 1903, p.2 (Edição da Tarde).

edições d'*O Malho*: 21 e 28 de novembro e 5 e 12 de dezembro. As ilustrações, como dissemos, foi o segundo tipo textual mais utilizado no semanário para tratar da temática grevista e uma delas a respeito do caso dos refinadores é sobre a alta do preço do açúcar:

Imagem 19.1: “A greve refinada”. *O Malho*, 21 de novembro de 1903, p.7.



O desenho, possivelmente de autoria de Raul Pederneiras, deixa ver uma cena cotidiana em algum restaurante ou botequim em que o cliente indaga ao atendente: “– Que? Uma cajuada por este preço? É salgada!”. A resposta vem logo em seguida: “– Que quer *Vossoria*? Não há mais açúcar”.¹⁷⁹ É válido citar que, bem ao lado desta publicação, foi posicionada uma das notas avulsas sobre a greve e trata, também, da alta do preço do produto: “A propósito da greve dos refinadores: - Mas como diabo é isto? A gente nem sentiu a greve e já está sentindo o aumento no preço do açúcar?/- É porque o pessoal é refinado”.¹⁸⁰ Na verdade, este foi o principal viés da revista ao tratar desta parede, levando em conta que das 9 publicações totais, quatro se referem ao preço e/ou escassez do produto. O ponto de vista é alterado e os padrões colocados

¹⁷⁹ Mesmo sem citar a greve de forma explícita, a capa da edição de 12 de dezembro de 1903 refere-se a esta cena. Nela, podemos ver um homem, agora no plano central, em uma mesa com alguns copos, caju e pedaços de açúcar bruto, não refinado, em decorrência da paralisação dos refinadores.

¹⁸⁰ *O Malho*, 21 de novembro de 1903, p.7 (grifo no original).

em pauta apenas uma vez, em outra publicação escrita: “Entre operários: - Com a greve, só temos açúcar bruto./ - E os patrões?/ - Refinados tratantes.”¹⁸¹

No caso da greve acima, n’*O Malho*, em que foram utilizados desenhos e textos curtos para sua repercussão, não há referência alguma às demandas daqueles trabalhadores que garantiam o açúcar diário nas mesas da cidade. Cobravam um salário base que fosse garantido somente em dinheiro, uma carga horária de 10 horas por dia, 45 minutos de almoço e que o domingo fosse de trabalho, porém, somente para limpeza dos utensílios do ofício. Na revista, apesar do tom descontraído e fugaz, foram ressaltadas em demasia as consequências imediatas da parede, diversificando em quase nada a abordagem e perspectivas a respeito do movimento.

Diferente desta categoria de trabalhadores, parte significativa dos sapateiros da cidade se reunia em torno de uma associação mutual e de resistência da classe para deliberar suas demandas, a União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros.¹⁸² Além do auxílio mútuo em diversas situações, a iniciativa criava mecanismos para garantir o pagamento de um salário justo à maioria dos profissionais empregados, como era o caso da tabela de preços de mão de obra. Os rastros iniciais da formulação deste artifício datam de dezembro de 1902, em ocasião da greve na fábrica de sapatos Bordallo & C., movimento que pleiteava que fosse “aprovada uma tabela por eles apresentada de aumento do preço da mão de obra”. A estratégia da União era apresentar a medida “em outra fábrica pelos respectivos operários e assim sucessivamente até tornar-se geral a tabela de pagamento.”¹⁸³ Esta, que era negociada entre a União Auxiliadora e os industriais, foi negada inicialmente e/ou descumprida pelos patrões, motivo pela deflagração de diversas paredes até o movimento iniciado pela classe em novembro de 1903, que se estendeu até junho de 1904.¹⁸⁴ A novidade que iniciou esta mobilização se deu a partir do

¹⁸¹ *O Malho*, 28 de novembro de 1903, p.20 (grifo no original).

¹⁸² Esta associação, fundada em 4 de setembro de 1898, era essencialmente de classe, congregando atividades de auxílio mútuo e resistência. Esta dinâmica de interpolação de funções era característica comum a diversas congregações operárias daqueles tempos, mesmo que em seus nomes pudessem especificar “auxiliadora” ou “resistência”, apontando para as ambiguidades e não estabilidade da vida operária. Organizações como o CCO, fundada em 1902, não eram bem-vistas por parte da militância operária por serem compostas por pessoas não operárias (políticos, advogados etc.), entretanto, atuavam como sindicato pluriprofissional, auxiliando aquelas classes que não haviam formado uma associação/união própria. Para mais informações conferir: “As correntes do movimento operário diante da greve (1890 – 1925)”. In: BATALHA, Claudio H. M.. *O movimento operário na Primeira República e outros escritos*. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IFCH/CECULT, 2025. v. 1. 264p; e “Associações operárias, identidade de classe e a “Greve Geral”. In. GOLDMACHER, Marcela. *A “greve geral” de 1903*. Op. Cit.

¹⁸³ *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1902, p.2.

¹⁸⁴ Além da greve na Bordallo & C., em dezembro de 1902 e que se estendeu para o início de 1903, encontramos mais 7 paredes, até novembro deste ano, que tiveram como objeto central a tabela de preços. Foram elas: na fábrica de calçados a Industrial, propriedade de Eduardo Augusto Martins (cf. “Em greve”. *Jornal do Brasil*, 27 de janeiro de 1903, p.2. Edição da Manhã); fábrica de Cossenza & C. (cf. “Greve dos sapateiros”. *Jornal do Brasil*, 5 de fevereiro de 1903, p.2. Edição da Tarde.); as fábricas de Marcolino Rodrigues, Adão Gaspar e Abel Rodrigues (cf.

surgimento de mais um elemento no jogo de forças entre operários e patrões, o Centro Industrial de Fabricantes de Sapatos e Classes Correlatas. Com o objetivo de fazer pressão contrária, esta união de industriais tornou pública na imprensa uma comunicação a respeito da “situação anormal e verdadeiramente aflitiva, em que se encontra tão importante ramo do trabalho nacional”. Além de reclamar dos altos impostos, o ponto central do texto era expor “as injustas e constantes paredes”, marcando dezembro de 1902 como o momento em que o operariado “começou a formular exigências descabidas”, citando a tabela de preços de mão de obra “com aumentos exagerados”.¹⁸⁵

Quatro dias depois, em 14 de novembro de 1903, a União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros publica sua resposta e deixa claro que ocorria naquele momento uma “greve dos fabricantes, em represália às reclamações dos operários”, nascendo, para isso, o Centro Industrial dos Fabricantes de Calçados. Comissões deste Centro, segundo a União Auxiliadora, percorreram “todas as fábricas de calçado” pedindo seu “fechamento total”, o que foi aceito pelas coligadas, gerando o cenário daquele conflito.¹⁸⁶ A partir daí, desenrolaram-se semanas de paralisação da classe que, em reuniões, se uniam em número de até 2000 sapateiros, apontando forte adesão deste lado.¹⁸⁷ Do outro, com o passar do tempo e as reservas de estoque diminuindo, diversos estabelecimentos fabris foram se desvinculando do Centro Industrial e aceitando a última tabela de preços negociada com a União Auxiliadora.¹⁸⁸ Apesar das provações, prisões arbitrárias e até mesmo da tentativa frustrada de criação de outra associação operária de sapateiros, as fábricas foram abrindo e o quadro normalizando na passagem para o ano de 1904, como mostra a marcação sobre a greve na publicação que abre este capítulo.¹⁸⁹

“A classe dos sapateiros. Agitação. Quebra de contrato.” *Jornal do Brasil*, 17 de fevereiro de 1903, p.2. Edição da Tarde.); a fábrica de Antonio Silva (Cf. “Greve”. *Jornal do Brasil*, 24 de abril de 1903, p.1. Edição da Manhã.); e nas fábricas de A. Lameirão & C e F. Marciano & C. (cf. “Greve dos sapateiros. Uma representação. *Jornal do Brasil*, 10 de novembro de 1903, p.1. Edição da Tarde.).

¹⁸⁵ Além da tabela de mão de obras, o comunicado dos industriais citava interferência na “demissão ou admissão do pessoal administrativo, distribuição dos serviços e limitação no número de obreiros”. Cf. “Greve dos sapateiros. Uma representação. *Jornal do Brasil*, 10 de novembro de 1903, p.1. Edição da Tarde.

¹⁸⁶ “O Operariado. União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros”. *Jornal do Brasil*, 14 de novembro de 1903, p.2. Edição da Manhã.

¹⁸⁷ “O Operariado. União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros”. *Jornal do Brasil*, 12 de novembro de 1903, p.3. Edição da Manhã.

¹⁸⁸ Neste meio tempo, por exemplo, o chefe de polícia da cidade, Cardoso de Castro, buscou negociar entre as partes, mas acordo nenhum foi firmado. Cf. “Greve dos sapateiros. Conferência”. *Jornal do Brasil*, 18 de dezembro de 1903, p.2. Edição da Manhã.

¹⁸⁹ A nova associação de classe que se pretendia fundar era o Centro Salvador dos Sapateiros, encabeçado por três operários: Domingos Simões, Alexandre Affonso e Eduardo Augusto Monteiro. A instalação deste centro em sua sede se daria no dia 21 de dezembro de 1903, mas foi frustrada por “formarem-se nas imediações da casa [...] diversos grupos contrários à fundação de tal centro [...]”. Este número de sapateiros contrários e que marcaram presença para frustrar a fundação da associação, segundo outra notícia, era de “superior a mil”. Cf. “Sapateiros em

A resolução entre as partes parecia esta, pelo menos foi para a maioria dos industriais, até que no final de janeiro do novo ano os proprietários da firma A. Lameirão & C. apresentaram uma queixa-crime, na 3ª pretoria do Rio de Janeiro, em desfavor da União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros. O crime? Segundo consta no *Jornal do Brasil*, ser aquela associação “causadora das contínuas greves dos oficiais sapateiros”, geradoras de “grandes prejuízos” aos “queixosos”.¹⁹⁰ É válido ressaltar que A. Lameirão & C. detinha de fábrica que era uma “das mais de trinta” que compunham o Centro Industrial citado acima e, pelo não sucesso daquela estratégia, imputava os delitos presentes no artigo 205 e no §1º do 206 do Código Penal aos administradores daquela associação operária.¹⁹¹ O julgamento da queixa-crime foi a cabo no dia 10 de março de 1904 na Junta Correccional da 3ª pretoria, sendo acompanhado por “uma massa de operários”, dentro e fora da sala do júri. Com início às 13h e término às 2h45 do outro dia, foram declarados culpados os acusados sob pena de 2 meses de prisão, que iriam recorrer em liberdade após pagamento de fiança.¹⁹² A derrota seria parcial, já que no processo de apelação à condenação, movido pela União Auxiliadora e julgado em 22 de junho daquele ano, os mais de 500 sapateiros que acompanhavam a sessão puderam ver a Câmara Criminal do Tribunal Civil e Criminal anular o processo que era desfavorável à sua classe.¹⁹³

Considerando apenas as paralisações operárias que antecederam imediatamente a criação do Centro Industrial e o fechamento das fábricas que se desenrolou até janeiro de 1904, encontramos dez publicações n’*O Malho* que referenciam os acontecimentos deste recorte. Por fim, a respeito da anulação do processo em junho, mais duas inserções. Da primeira série, sobre a paralisação do trabalho, oito eram avulsas e duas ilustradas, as quais, em grande medida, faziam balanços gerais das greves na cidade, como esta sobre a deflagração da parede dos

Greve. Tentativa Gorada” e “Greve dos Sapateiros” no *Jornal do Brasil* nos dias, respectivamente, 21 e 22 de dezembro de 1903.

¹⁹⁰ “Greve dos sapateiros. Queixa-crime”. *Jornal do Brasil*, 30 de janeiro de 1904, p.2. Edição da Manhã.

¹⁹¹ “A greve. Um processo interessante”. *Gazeta de Noticias*, 10 de março de 1904, p.2. Presentes no Código Penal promulgado em 1890, estes artigos diziam respeito “Dos crimes contra a liberdade do trabalho”. O artigo 205 abordava o delito de “Seduzir, ou aliciar, operários e trabalhadores para deixarem os estabelecimentos em que forem empregados, sob promessa de recompensa, ou ameaça de algum mal”. Já a transgressão do §1º do 206 se referia a ação de “Causar, ou provocar, cessação ou suspensão de trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário” (Art. 206), com o complemento de “Se para esse fim se coligarem os interessados” (§1º). Conferir em: BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil.

¹⁹² Os réus foram considerados culpados dos crimes do §1º do Art.206 combinado com n.2 do art. 1º do Decreto n. 1162 de 12 de dezembro de 1890 (“Causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho por meio de ameaças ou violências, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário” Cf. BRASIL. Decreto nº 1.162, de 12 de dezembro de 1890). As penas foram concedidas todas em “grau mínimo”. Cf. “Greve dos Sapateiros...” nos dias 11 e 12 de março de 1904 no *Jornal do Brasil*.

¹⁹³ O processo foi anulado por erros documentais cometidos pela parte da Lameirão & C. na apresentação da queixa-crime, minúcia que, provavelmente, foi identificada e usada como estratégia por parte da defesa da União Auxiliadora. Cf. “Tribunais”. *Gazeta de Noticias*, 23 de junho de 1904, p.4.

corretores da bolsa: “Também a moda regou nos corretores – ou eles é que pegaram na moda e eis aí os homens da baixa e da alta também metidos em *greve*, como quaisquer operários, sapateiros, foguistas, gaseiros, ou salvo seja. [...]”.¹⁹⁴ Quando o comentário era específico sobre a situação dos sapateiros, pouco detalhe era exposto e, novamente, era acionado comicidade atrelada as possíveis consequências da greve: “Os sapateiros declararam-se em *greve*, e agora queremos ver como é que os patrões descalçam a bota./E se a *greve* apertar, as outras todas ficarão num chinelo./É questão de um salto.”¹⁹⁵ Nesta, a perspectiva patronal é acionada gerando a expectativa de “como” aqueles sujeitos iram resolver o problema, ou descalçar a bota, à vista que os jornalistas da revista já podiam observar o nível do conflito entre as partes escalar, o que poderia fazer as outras greves ficarem no “chinelo”. Menos de um mês depois, outra publicação deixa ver ainda mais o grau de tensão daqueles dias:

A greve dos sapateiros.

Os sapateiros calçaram as botas e não querem trabalhar: os patrões, do alto de seus tacões, não querem ceder, de sorte que ninguém sabe como é que se há de descalçar esta bota.

Não consola nem vira a situação nesta questão de sola-e-vira. O que se sabe é que um patrão, aconselhado a atender aos operários, respondeu:

- Eu é que sei onde me aperta o sapato! E foi a última palavra sobre os calos.¹⁹⁶

Este texto avulso foi publicado em lugar de destaque na revista, na mesma página da crônica semanal, e coloca, abaixo, “os sapateiros” que “não querem trabalhar” e, acima, “do alto de seus tacões”, os “patrões” que “não querem ceder”, marcando o impasse de semanas a fio entre as partes. Por fim, a publicação emula a fala de um industrial em não ceder aos operários, por saber “onde me aperta o sapato!”, referindo-se fosse à greve ou aos trabalhadores enquanto “calos”. Apesar de não explicitamente, o entrave complexo travado entre duas associações, União Auxiliadora e Centro Industrial, é possível de ser visto em notas como esta que produzem sentidos explícitos do jogo de forças, fator que se difere das demais. Com o término da greve, mas não da disputa, *O Malho* volta a atualizar o caso apenas em 2 de julho de 1904, após a vitória judicial dos operários organizados contra a firma A. Lameirão & C, por meio de uma ilustração e outra nota avulsa.

Nesta última oportunidade, utilizando-se de seis pequenas linhas, é sabido, em tom de agradecimento irônico, que a “classe dos operários sapateiros venceu afinal a resistência dos patrões”, e caso continuasse “ficaríamos descalços”. Continua dizendo que o privilégio de não trabalhar (“meter-se as botas todos os dias”) era “de deputados e de homens ilustres...”,

¹⁹⁴ *O Malho*, 17 de outubro de 1903, p.18.

¹⁹⁵ *O Malho*, 21 de novembro de 1903, p.20.

¹⁹⁶ *O Malho*, 12 dezembro de 1904, p.4.

rendendo ataques, também, à classe política.¹⁹⁷ Já a ilustração, que não iremos reproduzir no trabalho, pinta um cenário caótico e repleto de elementos no qual os patrões estão vestidos com roupas operárias, carregando fardos e confeccionando calçados. Em meio a esta cena, os dizeres “Solidariedade dos patrões” deixam ver, possivelmente, a união deste grupo no ano anterior pelo Centro Industrial. A cena é observada pelo personagem Heredia, que comenta diretamente a vitória jurídica: “– Muito bonito! Os oficiais meteram as botas nos patrões, o Supremo Tribunal deu-lhes razão, e agora é que eles vão ver onde lhes aperta o sapato...”.¹⁹⁸ Observando a repercussão desta greve, é patente como as publicações vão acompanhando o nível de complexidade e atrito da disputa. Mesmo que sem dar detalhes explícitos, o leitor daqueles dias poderia identificar com facilidade, nos elementos cômicos e generalizantes, as especificidades do movimento.

Nesta, a despeito da parede dos refinadores, a categoria dos sapateiros buscava impor sua tabela de preços através das greves desde dezembro de 1902 e, com o auxílio de sua associação operária, resistiram nas ruas, fábricas e nas páginas da imprensa até janeiro de 1904. Este lastro organizativo bem-sucedido fez com que os industriais se especializassem no combate à ação operária, criando um centro patronal e levando a disputa a julgamento, medidas que foram derrotadas uma por vez. Essas vitórias, mesmo que parciais no sistema capitalista, geraram publicações n’*O Malho* atribuindo centralidade no embate entre as partes, agência aos sapateiros e incômodo e derrota aos industriais. Desta forma, o tom da repercussão de um movimento grevista deve ser visto, também, da perspectiva de como os jornalistas e editores do semanário deixavam rastros de como observavam o grau de atuação e organização da categoria protagonista. Como vimos até agora nos casos escolhidos, apenas a “greve geral” de 1903 foi comentada na seção de crônicas da revista e, para finalizarmos, falemos de outra que ocupou este lugar no semanário, a parede dos operários em construção civil e pedreiras de maio de 1905:

Crônica – [...]

É pela certeza dessas e de outras injustiças, que os operários das pedreiras e construções civis protestaram numa greve pacífica contra um regime de trabalho que se lhes afigura lesivo aos seus interesses e prejudicial à sua saúde.

A greve não foi avante, mas nem por isso a voz dos operários diminuiu de força e de justiça.

Um dia, quando um congresso de medicina provar que neste clima extenuante é impossível trabalhar como se trabalha nos países cuja temperatura e ar ambiente são os melhores tônicos do organismo, os nossos operários verão atendidas as suas reclamações.

¹⁹⁷ *O Malho*, 2 de julho de 1904, p.21.

¹⁹⁸ “Greve dos sapateiros”. *O Malho*, 2 de julho de 1904, p.15.

A questão é tão somente de tempo: tanto pode ser agora, como para o ano, como daqui a meio século!

Que os operários tenham paciência para esperar; e enquanto isso, tratem de alistar-se e de concorrer às urnas, derrotando todos os políticos que forem contrários às suas pretensões, desde o intendente nulo, até o presidente nocivo...[...].¹⁹⁹

Como o texto nos adianta, a referida greve “não foi avante” e, assim como a dos refinadores de açúcar, foi gradativamente perdendo espaço no *Jornal do Brasil*. A pergunta que fica é a seguinte: quais elementos fariam uma parede que não teve sucesso ser comentada em um espaço tão importante do periódico e pouco era destinado ao assunto (cf. Tabela 1)? Em primeiro turno, a questão deve passar pela autoria e a maneira como ela era solidária à causa operária, fator determinante para a temática ser escolhida ou não para compor os assuntos da semana, assim como a sua forma de tratamento. No caso acima, quem assinou a crônica foi “J.Bocó”, o qual reconhece ser “lesivo” e “prejudicial à saúde” o regime de trabalho dos grevistas. Para formar seu argumento, não deixa de acionar elementos científicos (“congresso de medicina”), que um dia iriam “provar” a impossibilidade da forma com que se trabalha “neste clima extenuante”. Entretanto, além deste ponto do cotidiano da labuta, o autor não deixa de ver a ação grevista como manifestação incômoda que deveria ser evitada e expande seu comentário a todos os trabalhadores, incentivando a “alistar[em]-se” e “concor[rem] às urnas”, com intento de derrotar políticos “contrários às suas pretensões”, inclusive “o presidente nocivo”.

O tom deste comentário de “J.Bocó” vai ao encontro de seu texto sobre o 1º de Maio de 1906 que vimos no Capítulo 1. Nele, o autor chama a atenção dos industriais e do governo para aproveitarem enquanto é pacífica a atitude dos operários e atenderem suas demandas a respeito das 8 horas de trabalho e do ensino primário para as crianças das trabalhadoras e trabalhadores. Este movimento pode ser feito, também, com o cronista “F”, responsável pelo texto da “greve geral” que, apesar do esforço para se reconhecer parte do operariado, não legitimava as justificativas das paredes de agosto de 1903. Em maio do mesmo ano, seu comentário sobre a boa situação do “laborador cotidiano” brasileiro parece dar corpo à sua perspectiva dos mundos do trabalho em nosso país. Além da questão da autoria, o escalonamento ou não da greve para outras categorias e o tipo de serviço que se paralisava são outros motivos para sua presença naquela seção. Apesar de ter tido início entre os operários canteiros das oficinas da firma Walker & C., na Ponta da Areia em Niterói, durante as obras do porto, aquela greve se deflagrou em 2 de maio de 1905 e se pretendeu geral ao longo do mês.²⁰⁰

¹⁹⁹ “Crônica”. *O Malho*, 3 de junho de 1905, p.4.

²⁰⁰ “Nas obras do porto...”. *Jornal do Brasil*, 3 de maio de 1905, p.2.

A paralisação inicial dos canteiros se deu pela mudança da forma de pagamento, que comumente era em diárias, e seria alterado para o proporcional em metros cúbicos de pedras tratadas no dia. De imediato, companheiros ferreiros e encunhadores, assim como outros das oficinas na Ponta da Areia, largaram o serviço para solicitar aumento de salário. Entra em cena a Associação de Classe dos Operários em Pedreiras, que buscava, junto aos grevistas, compor a negociação, fato que não agradou a empreiteira. Esta buscou voltar à tabela antiga de pagamentos, movimento repellido pelos operários, já que agora demandavam aumento salarial real, ocasionando o fechamento provisório das oficinas daquela parte das obras do porto.²⁰¹ Dali, até o final de maio, a situação se manteve similar, parte dos operários estava paralisada e frequentava as assembleias da associação de classe, integrando comícios de trabalhadores que viam sendo organizados no Rio de Janeiro e recebendo apoio financeiro do Centro Internacional dos Pintores, Centro Operário dos Marmoristas e da Liga dos Artistas Alfaiates.²⁰²

Neste período, dada a articulação entre os operários de Niterói com os da Capital Federal, a estratégia da empreiteira Walker & C. de contratar mão de obra vindo da cidade do Rio de Janeiro falhou.²⁰³ No *Jornal do Brasil*, as notícias passaram a ser esparsas e, quando havia alguma nota, era pequena e sem destaque, situação que muda a partir da edição de 30 de maio. Com textos grandes e títulos chamativos, geralmente na primeira página, a notícia que antes era a de uma parede em Niterói passa a ser abordada como uma possível “greve geral”, dadas as “alusões” realizadas nos últimos comícios em “congregar as classes interessadas”. A reivindicação que outrora era o aumento salarial altera-se, em um boletim dos operários da construção civil, para mudanças na carga horária de trabalho, pautando, como em 1903, as 8 horas diárias. O boletim solicita que larguem os trabalhos operários de pedreira, pintores, pedreiros, estucadores, marmoristas, ladrilheiros. Para isso, comissões operárias foram a diversas obras e estabelecimentos solicitar adesão, como nas reformas e construções na rua da Alfândega, na avenida Beira Mar e nas obras do Teatro Municipal. Foram, também, em diversas pedreiras, como a Pacheco & Alves (ver Imagens 1 e 2), que inicialmente aderiu ao movimento, mas logo voltou ao trabalho.²⁰⁴

Apesar de algumas adesões, sobretudo fora dos ofícios da construção civil, esboçavam-se “desacordos” entre as “várias associações de artistas e operários” a respeito daquela movimentação que se iniciava, o que dificultou ter caráter geral. Contudo, mesmo que

²⁰¹ “Nas obras do porto. Continuação da greve”. *Jornal do Brasil*, 6 de maio de 1905, p.4.

²⁰² Conferir a coluna “O Operariado” nos dias 16 e 27 de maio de 1905 no *Jornal do Brasil*.

²⁰³ “Greve. Nas oficinas de Walker & C.. Ponta d’Areia”. *Jornal do Brasil*, 18 de maio de 1905, p.4.

²⁰⁴ “Movimento operário...”. *Jornal do Brasil*, 30 de maio de 1905, p.1.

parcialmente, os grevistas continuavam fazendo conferências, buscando colaborações, sofrendo violência policial e prisões injustas e, após a Federação da Construção Civil enviar um pedido formal de 8 horas de trabalho aos “construtores, empreiteiros, engenheiros” responsáveis pela construção civil, pouco a pouco, notícias sobre a greve foram cessando.²⁰⁵

Fato é que, fosse pelo apoio governamental ou por concessões dos patrões, as obras de remodelação urbana daquele período não podiam ser paralisadas por muito tempo, visto a importância do projeto para grupos políticos e empresariais. Por este motivo e pelo desejo de alguns operários de tornar a greve generalizada, o que causou certos tumultos na Capital Federal, o assunto foi comentado na crônica da revista. Outras duas publicações sobre o movimento foram realizadas na mesma edição do semanário, ambas ilustradas. Uma delas encena um diálogo entre Rodrigues Alves e um operário da construção civil, no qual o primeiro diz trabalhar “desde manhã à noite e muitas vezes até fora de horas” e, nem por isso, “reclama aumento de salário”. O trabalhador argumenta que o trabalho do político é possível de fazer “com o pé nas costas”, o qual rebate falando ter “inveja” dos que trabalham em pedreiras, por viverem “cantarolando”, enquanto ele tem de “aturar os engrossadores e o rancho dos bernardistas...”. Não por isso, o operário sugere trocarem de lugar e entrega as ferramentas ao presidente do Brasil.²⁰⁶

Este apanhado de greves deixa ver a maioria das formas textuais que o tema era comentado nas páginas da revista. Além das fotografias, algumas vezes o assunto surgiu em outras colunas específicas no periódico, como nas “Telegramas”, “Bigorna da Câmara” e “Pensamentos, máximas e reflexões”. Em geral, o critério de seleção de eventos paredistas passava pelo crivo da autoria e a sua relação com o movimento operário, assim como, do grau de complexidade, perenidade e consequências políticas e materiais decorrentes da paralisação de determinado setor produtivo. Como vimos, parte substancial da matéria-prima utilizada pelos colaboradores das revistas ilustradas estava nos próprios jornais diários e as pautas semanais d’*O Malho* variavam de acordo com o que se tinha de mais chamativo ou recorrente ao longo dos últimos sete dias. Desta forma, as greves das cidades disputavam espaço no semanário com temas fixos ligados à política institucional, reformas da cidade, economia, moda

²⁰⁵ *Ibidem*, 31 de maio de 1905, p.2. Sobre o boletim, conferir: “Movimento paredista...”. *Gazeta de Notícias*, 1 de junho de 1905, p.2. Pertenciam a Federação da Construção Civil, as seguintes coletividades: carpinteiros, pedreiros, operários em pedreiras, pintores, estucadores, marmoristas, trabalhadores em fábricas de tijolos, ladrilheiros.

²⁰⁶ “Entregando as ferramentas”. *O Malho*, 3 de junho, p.18.

e outros e, por isso, paredes curtas ou aquelas que pouco impactavam a coletividade eram dificilmente selecionadas pelos jornalistas do nosso objeto de estudo.

Por conta desta dinâmica, parte das greves era invisibilizada naquelas páginas ilustradas e bem construídas, mas que, em um momento ou outro, eram comentadas à medida que as tensões geradas fossem tantas a ponto do movimento se tornar de longa duração ou de mais categoriais e, aí sim, incomodar o corpo colaborativo da revista. A partir daí, selecionava-se a forma de falar sobre a greve que, geralmente, por meio de ironia e comicidade, era escrita e desenhada. Seguindo o mesmo critério para seleção, eram atribuídas mais ou menos publicações, assim como a determinação em quais lugares da edição elas estariam, operando aí mais interferências interpretativas quanto ao movimento operário. Ao final, o que temos é resultado de diversos filtros e escolhas editoriais e jornalísticas próprias d'*O Malho* e daqueles tempos a respeito das paredes. Por este motivo, a discrepância de material fotográfico sobre o assunto é, também, uma determinação dos dirigentes da revista. Estes, mesmo que permitissem comentários sobre as greves, privilegiavam fotografias operárias que fossem ao encontro da aparente harmonia da recente república, nas quais as trabalhadoras e trabalhadores estivessem festejando ou em serviço.

Esta constatação deixa ver as escolhas do semanário em seus primeiros anos de circulação com relação aos mundos do trabalho. O traço generalizante dos desenhos e publicações escritas a respeito das paredes, assim como da maioria das notícias da imprensa diária, esconde as identidades dos protagonistas das tantas greves que aconteceram em nosso país. Por isso, a seguir, teremos como base algumas paisagens da cidade, anúncios e reportagens presentes n'*O Malho* em nosso recorte de pesquisa. Estas publicações contam com a presença de operárias e operários nos seguintes estabelecimentos: Marcenaria Tunes; refinadora de açúcar A Açucareira; fábrica de sapatos Condor e algumas obras da construção civil. Note o leitor que teremos para a análise imagens de trabalhadores nos mesmos ou em similares estabelecimentos das greves que tratamos neste item, completando parte da nossa estratégia para enxergarmos a cor e o gênero dos grevistas do início do século XX. Vejamos.

3.2 Caminhos para superar a ausência fotográfica das greves dos primeiros anos do século XX

O cenário estampado nas páginas d' *O Malho* a respeito das classes operárias cariocas é um dos pontos inscritos na agenda geral do semanário de controlar, disciplinar e rotinizar o tempo vivido. A premissa deste movimento esteve pautada nas ideias comuns daquele contexto em inscrever a recente república brasileira no rol das nações modernas do mundo e, para isso, mapeava e atualizava projetos coletivos bem-acabados para o futuro. De maneira “falsamente despretensiosa”, a revista atravessava temáticas do cotidiano e formava um “grande mosaico do novo em seus esplendores e também em suas contradições e conflitos”.²⁰⁷ No caso das trabalhadoras e trabalhadores da Capital Federal, quando estes passavam de operários morigerados/festeiros a grevistas, rompiam com cenários ideais pressupostos para o centro comercial brasileiro e a editoração da revista omitia imagens desses sujeitos em greve. Considerando a discussão que se desenrolou até aqui, vislumbraremos, a partir do próprio semanário que omite, fotografias que deixavam ver parte dos membros das classes trabalhadoras que protagonizaram as paredes que analisamos no item anterior. Por fim, é válido ressaltar que o movimento realizado não resultará em uma correspondência direta entre as greves e os seus protagonistas, entretanto, abre possibilidades de compreendermos qual era o perfil de cor e gênero daqueles sujeitos em luta e a maneira como a editoração d' *O Malho* pautava os mundos do trabalho carioca.

Como vimos, entre as tantas categorias profissionais que aderiram à “greve geral” de 1903, uma parcela importante dos marceneiros da cidade paralisou suas atividades na noite de 24 de agosto daquele ano. Uma comissão formada após deliberação na sede da União da Classe dos Marceneiros se encaminhou até a sede do *Jornal do Brasil* e comunicou a decisão e as requisições daqueles sujeitos. Além do objetivo geral da jornada diária de 8 horas de trabalho, buscavam abolir os “trabalhos por empreitada” e pautavam a volta da antiga tabela de serviços que os dividia em “três classes de operários marceneiros a igual número de classes de trabalhos”. Ao todo, os trabalhadores de 10 marcenarias do Rio de Janeiro assinaram o comunicado e dentre elas estava a prestigiosa Marcenaria Tunes.²⁰⁸ Além da produção e venda de mobiliários, o estabelecimento de propriedade do português Manuel Ferreira Tunes atuou em obras de importantes edifícios daquele contexto, como na igreja da Candelária, Asilo

²⁰⁷ DIOGO, Marcia Cezar. “O Moderno em Revista na Cidade do Rio de Janeiro”. In: CHALHOUB, Sidney & NEVES, Margarida de Souza & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda Pereira. *História em Cousas Miúdas*. Op.cit. p.468.

²⁰⁸ “Parede. [...] Os marceneiros [...]”. *Jornal do Brasil*, 25 de agosto de 1903, p.3.

Gonçalves de Araujo, Associação dos Empregados do Comércio e no Edifício Docas de Santos (atual sede da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro).²⁰⁹

Um ano antes, em agosto de 1902, parte dos marceneiros da cidade pretendia um movimento de greve geral da categoria, tendo como exigências “um aumento de 30% sobre a tabela estabelecida nas empreitadas e 20% na dos salários”.²¹⁰ Naquela ocasião, ocorreram paralisações pontuais nas marcenarias da cidade, inclusive na Tunes, entretanto o movimento não teve adesão da maioria dos profissionais, o que, junto da vigilância policial, impediu a parada total dos serviços de marcenaria. O caso se desenrolou por pelo menos uma semana no *Jornal Brasil* e foi possível rastrear acalorados conflitos entre os próprios trabalhadores a respeito da necessidade ou não da greve, como o caso de espancamento de Polycarpo do Nascimento.

Este, operário da Marcenaria Tunes, “foi agredido por colegas que aos gritos de – Vivam os marceneiros livres! espancaram-no a cacete, ferindo-lhe o dedo mínimo da mão esquerda e contundindo-lhe o braço direito.”²¹¹ Um dia antes da agressão, o seu nome figurava em uma lista de 24 trabalhadores do estabelecimento de Manuel Tunes que não aderiram à greve, sendo este um dos prováveis motivos de ter sido agredido.²¹² A violência sofrida por Polycarpo do Nascimento poderia estar carregada, também, de conflitos raciais e de nacionalidade, visto a heterogeneidade de sujeitos que trabalhavam naquele estabelecimento (cf. Imagem 20) e a declaração dada uma semana depois por um representante da marcenaria a respeito da parede: “Acrescentou o mesmo representante que todos os operários nacionais de sua fábrica estão prontos a trabalhar, e que o mesmo não sucede aos estrangeiros, que, não só protestam contra os patrões, como ainda impedem a continuação do serviço.”²¹³

Além das especificidades a respeito dos mundos do trabalho, ao olhar para a imprensa, sobretudo *O Malho*, e evidenciarmos um quase apagão de fotografias de greve, é necessário apontarmos alternativas para superá-lo e enxergarmos, mesmo sem tanta precisão, esses agentes históricos. Neste objetivo, acompanhemos a publicação abaixo:

²⁰⁹ “Exposição preparatória de S. Luiz. [...] Marcenaria Tunes”. *Jornal do Brasil*, 25 de janeiro de 1904, p.1. Edição da Manhã. A fotografia da obra no Edifício Doca de Santos (as portas centrais do prédio) foi usada como mote para um anúncio da Marcenaria Tunes n’*O Malho*. Cf. em “Uma obra prima. A Marcenaria Tunes. *O Malho*, 25 de novembro de 1905, p.21.

²¹⁰ “As fábricas de móveis. Uma prisão. Na marcenaria Tunes. Explicações”. *Jornal do Brasil*, 11 de agosto de 1902, p.2.

²¹¹ “As fábricas de móveis. Uma agressão. Prisões”. *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1902, p.2.

²¹² “As fábricas de móveis. Uma prisão. Na marcenaria Tunes. Explicações”. *Op.cit.*

²¹³ “A greve dos marceneiros. Pedido de garantias”. *Jornal do Brasil*, 19 de agosto de 1902, p.2.

Imagem 20: *O Malho*, 27 de abril de 1905, p.19.



A fotografia acima integra um anúncio de página inteira publicado na metade de um volume d'*O Malho* com 40 páginas, em abril de 1905. Abaixo do registro, um texto de quatro parágrafos rende elogios à “fábrica de móveis e de outras obras artísticas mais importante e distinta que tem o Brasil”, apresentando seus produtos como “obras-primas de escultura de madeira”. Marca-se as oficinas da Tunes recebendo ampliações “dia a dia”, atendendo “todos os mercados brasileiros, no norte e no sul” e firmando cada vez mais sua reputação com “sucesso e justiça”. Ao final, os protagonistas do retrato são apresentados em duas linhas: “A nossa gravura de hoje abrange numeroso grupo dos valentes e honrados operários da Marcenaria Tunes, a melhor que possui o Rio de Janeiro.”²¹⁴ Entre adultos, adolescentes e crianças, a fotografia registrou um total de 72 trabalhadores que, provavelmente, compreendia uma das oficinas daquele estabelecimento. A predominância é completamente masculina,

²¹⁴ *O Malho*, 27 de abril de 1905, p.19.

havendo significativa heterogeneidade no tocante às cores de pele e na idade daqueles “valentes e honrados operários”.

Quanto à nacionalidade, vimos parágrafos acima a convivência não tão amistosa entre estrangeiros e brasileiros, ânimos que poderiam extrapolar o local e questões relacionadas ao trabalho. No caso da greve de agosto de 1902, em que os estrangeiros a apoiavam e os nacionais não, o gerente da fábrica declarou “ter sido surpreendido [...] com o abandono dos operários, que somente em número de 22 responderam ao ponto, quando o efetivo é de 50, sem que todavia até ali soubesse da causa da sua ausência.”²¹⁵ Tomando como verdade as duas declarações emitidas pelo estabelecimento, é possível levantarmos a hipótese de que, em uma das oficinas do estabelecimento, três anos antes da fotografia, a proporção entre trabalhadores brasileiros e aqueles vindos de outros países era bem equilibrada. Já a adesão dos trabalhadores da Marceneira Tunes à “greve geral” de 1903 não apresenta ressalvas na publicação do *Jornal do Brasil*, apontando a possibilidade de naquele ano ter havido concordância da maioria em abandonar as oficinas e participar do movimento que tomava a Capital Federal.

Dessa maneira, mostra-se proveitoso o cotejamento de dados entre tipos diferentes de veículos da imprensa, movimento que joga luz aos possíveis grevistas marceneiros de 1902 e 1903, assim como opera sentidos a um anúncio que, *a priori*, estava desvencilhado dos movimentos de resistência e do cotidiano dos mundos do trabalho carioca. Esta publicação se porta como resquício histórico semelhante ao que vimos sobre os operários da pedreira dos srs. Pacheco & Alves no Capítulo 1, um registro muito bem planejado com a finalidade de compor as páginas modernas da revista. Tendo sido os operários escolhidos a dedo ou não para protagonizarem as fotografias, inserções deste tipo são brechas importantes para vislumbrarmos os atores dos conflitos operários daqueles anos.

Movimento similar é possível realizar para a categoria dos refinadores de açúcar, classe que paralisou seu trabalho por alguns dias em novembro de 1903. Como vimos, n’*O Malho* a greve foi repercutida de forma escrita e desenhada, sem a presença de um único registro fotográfico. Entretanto, quase três anos depois, uma reportagem especial da revista não economizou cliques para reverberar a nova refinaria de açúcar do Rio de Janeiro, a Companhia Açucareira.²¹⁶ A publicação mesclava informações e deslumbre com a tecnologia com uma boa

²¹⁵ “As fábricas de móveis. Uma prisão. Na marcenaria Tunes. Explicações”. *Op.Cit.*

²¹⁶ Não localizamos ao certo a data de inauguração do estabelecimento. Entretanto, em maio de 1905, Leopoldo Bulhões, o então ministro da Fazenda, foi em comitiva visitar a refinadora que já estava em funcionamento, mesmo que suas obras ainda não estivessem concluídas. Cf. “Companhia Açucareira”. *Jornal do Brasil*, 17 de maio de 1905, p.2.

dose de propaganda e esteve presente em seis números da revista entre os meses de maio a julho de 1906.²¹⁷ O mote dos textos está ligado ao título que os acompanhou em todas as publicações, “Uma visita à Açucareira”, e descreve a ida do jornalista argentino Dr. Mujica Linares, representante do *La Prensa* e *Caras y Caretas*, aquele empreendimento da indústria nacional brasileira.

A reportagem é pautada no movimento constante de descrever os “serviços da Açucareira e cotejá-los com os velhos processos das velhas refinarias, de que em verdade se murmuram horrores”, demarcando a necessidade urgente de abandonar as práticas passadas. O estabelecimento foi construído na Praia da Saudade, atual entrada do bairro da Urca, e dele foram registradas 12 fotografias que, lidas em paralelo aos textos, buscam projetar a ideia de modernidade desejada ao país, afirmando que a Companhia Açucareira “não fica a dever nada às suas melhores congêneres da Europa e dos Estados Unidos.”²¹⁸ Por isso, é possível vermos retratos das bancas de filtros, cristalizadores, máquinas, motores e seções específicas da fábrica, tudo funcionando à base de energia elétrica. Ao contrário, nas “velhas refinarias o serviço é todo feito à mão, em tachos, vasilhas primitivas, etc., e portanto a sua purificação é imperfeitíssima. Assim, poder-se-ia mesmo dizer que no açúcar dessas antigas refinarias quase não existe purificação: o que existe é clarificação. Clarificação pelo sangue de boi... Quanto mais sangue de boi, mais claro o açúcar fica.”²¹⁹ Este cenário, provavelmente, era o vivenciado pelos grevistas refinadores de novembro de 1903 e, por questões contratuais, aquela companhia ainda realizava o serviço daquela maneira, a não ser pelo uso de sangue de boi, aponta a reportagem (cf. Imagem 22).

Entendida a premissa da construção jornalística d’*O Malho*, cabe agora olharmos as margens e brechas deste cenário calculado e estampado em suas páginas e enxergamos aquilo que nos interessa: trabalhadoras e trabalhadores refinadores de açúcar. Vejamos abaixo:

²¹⁷ Para acesso na íntegra da matéria, conferir os números d’*O Malho* publicados nos seguintes dias de 1906: 12 e 19 de maio; 2, 9 e 16 de junho; e 7 de julho.

²¹⁸ “Uma visita à Açucareira”. *O Malho*, 12 de maio de 1906, p.7

²¹⁹ *Ibidem*, p.8.

Imagem 21: *O Malho*, 19 de maio de 1906, p.7.

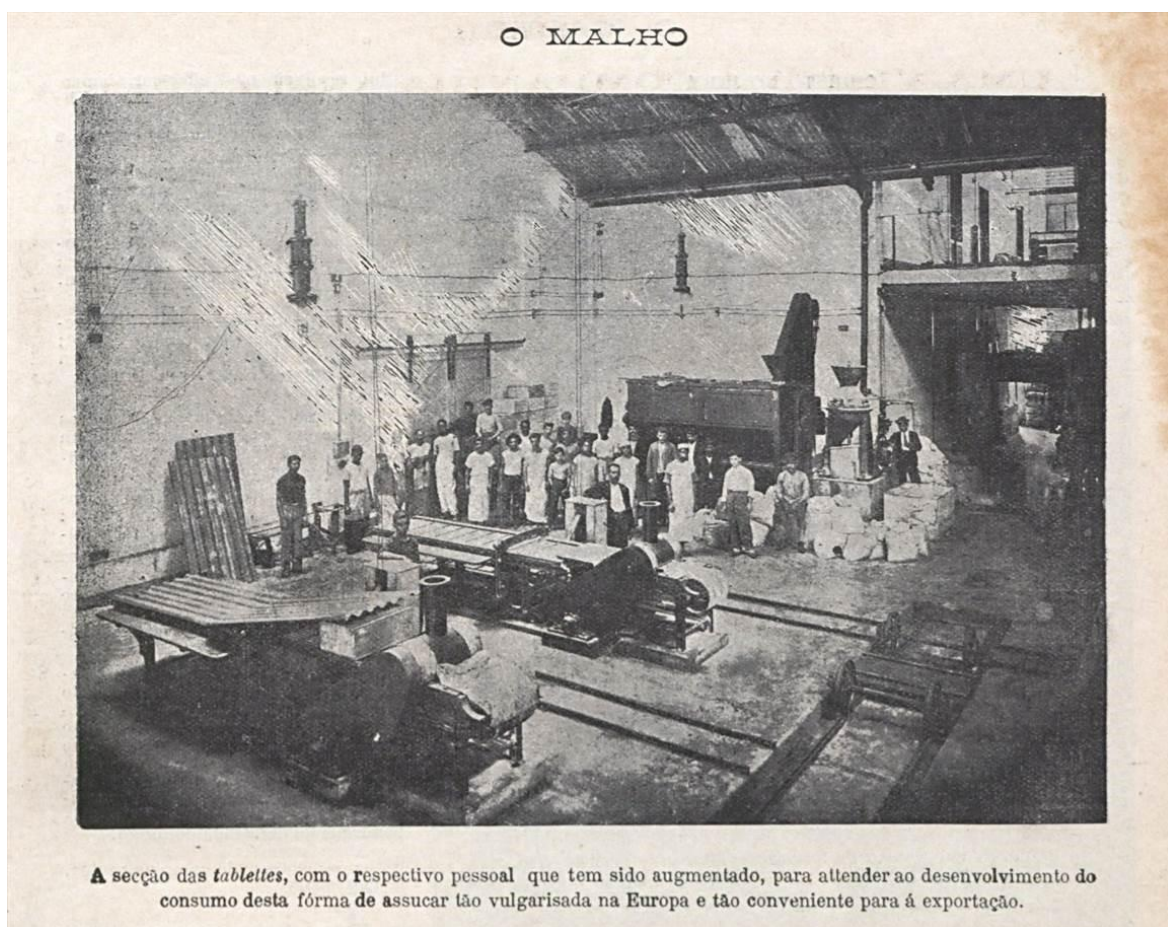


Imagem 22: *O Malho*, 2 de junho de 1906, p.6.



Imagem 23: *O Malho*, 9 de junho de 1906, p.6.

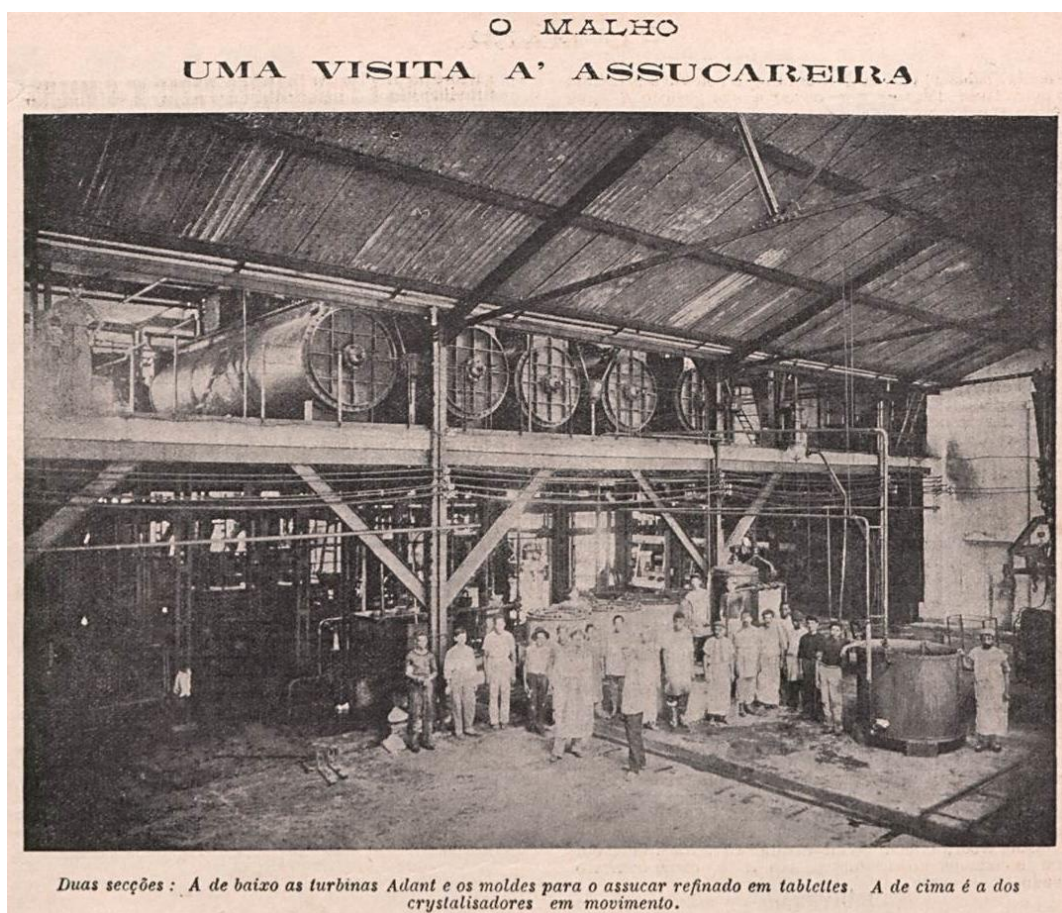


Imagem 24: *O Malho*, 16 de junho de 1906, p.6.



Do total de fotografias dispostas entre as seis partes da reportagem, as quatro elencadas acima deixam ver um pouco dos responsáveis pelo tratamento do açúcar naquela companhia. No texto, quase nenhuma informação é revelada acerca do cotidiano daqueles sujeitos, a não ser quando atribuem aos “operários” a tarefa de mensurar “o peso exato dos sacos, que são de 50 e de 75 quilos.”²²⁰ O foco de ambos os tipos de linguagem, escrita e fotográfica, realmente era descrever e expor máquinas, processos químicos e tecnológicos instaurados na fábrica. A **Imagem 21** apresenta a seção de confecção de tabletes de açúcar, os quais, em parte, eram exportados à Europa e, dada a demanda, o “respectivo pessoal tem sido aumentado”. Entre os maquinários, contabilizamos 28 operários dispostos no plano central do registro e a presença de crianças e adolescentes é patente. A cor de pele, no geral, é negra e aquela área, pelo menos na fotografia, era reservada para pessoas do sexo masculino. É de se supor que tais sujeitos eram responsáveis pelo manejo dos sacos brancos que se encontram amontoados do meio para o canto direito do retrato, assim como abastecer as máquinas e transportar produtos recorrendo ao pequeno carro de ferro sobre trilhos.

Fugindo das dependências desta fotografia, a **Imagem 22** é apartada daquele cenário supostamente controlado e flagra o funcionamento de um barracão no qual o tratamento do açúcar ainda era feito pelo “processo antigo”. O material produzido ali era de “terceira qualidade” e já havia sido encomendado, por isso foi necessário manter aquela instalação que, “felizmente, entrou em período de agonia franca”. Se a justificativa era verdadeira ou não, nunca saberemos, entretanto, é possível notarmos a diferença nas condições de entre um lugar e outro. O barracão onde é aplicado o método antigo pode nos dar uma pista de como era o cenário de trabalho daqueles grevistas que recorreram ao Centro das Classes Operárias para requerer demandas como: receber o salário em dinheiro, carga horária de 10 horas diárias, 45 minutos de almoço e ser o domingo reservado apenas para a limpeza dos utensílios. A fotografia sugere ser o espaço insalubre, escuro, úmido e quente, visto o carvão amontado no canto direito e inferior da fotografia e a fumaça emanando de uma panela no forno, ao lado da chaminé. Por não caber no projeto de modernização pleiteado pela revista, o único e distante registro daquela instalação não revela muitos detalhes sobre os operários que ali labutavam. A margem para suposição é de que a fila de trabalhadores que se inicia com o primeiro de camisa branca posando para foto continua até o final do barracão, havendo ali uma quantidade razoável de

²²⁰ *Ibidem*, p.9.

pessoas. Este era o espaço comum alvo da paralisação dos refinadores de açúcar de novembro de 1903.

Voltando para o interior da fábrica, a **Imagem 23** nos apresenta uma panorâmica com duas seções: no térreo, “turbina” e “moldes para o açúcar refinado em tabletes”; e, no andar de cima, “cristalizadores em movimento”. Enfileirados aparecem os encarregados por dar sentido e fazer funcionar toda aquela modernidade investida e que, em partes, poderiam ser os mesmos da **Imagem 21**. Até o momento, as fotografias cumprem muito bem o seu papel de destacar a estrutura e homogeneizar os operários, que ficam pequenos e distantes das lentes d’*O Malho*. Entretanto, a **Imagem 24** nos mostra o fotógrafo no chão de fábrica, fazendo seu retrato ao lado e a uma distância curta de um grupo de trabalhadoras e trabalhadores. Para nos situarmos melhor, o cenário flagrado é parte do panorama que analisamos da seção de tabletes (cf. Imagem 21), mais exatamente na esteira que se encontra logo à frente dos operários, bem no plano central foto. A dita esteira, na verdade, era a cortadeira, máquina responsável por cortar em forma de tabletes o açúcar, que “é o mais usado nas grandes cidades europeias”. É bem provável que os responsáveis por operar a cortadeira fossem crianças, visto sua presença ao redor do maquinário para o retrato ser tirado.

Apesar de termos analisado separadamente as quatro imagens, não podemos tratar o cotidiano daquela fábrica da maneira estanque. Provavelmente, as operárias e operários transitavam entre uma seção e outra, desempenhando diversas funções, inclusive no próprio barracão desmembrado da planta principal. Ademais, é importante ressaltar a possibilidade da artificialização dos registros, considerando dois motivos que se complementam. O primeiro diz respeito à fábrica, que, na ocasião dos flagrantes, estava sendo visitada por um jornalista estrangeiro que iniciava com a Açucareira o seu estudo sobre a indústria brasileira, logo, é bem provável que as instalações tenham sido devidamente montadas para a ocasião. Já o segundo motivo reside na operação interpretativa realizada tanto pelo fotógrafo quanto pelos editores da revista, responsáveis por ditar quais paisagens, pessoas e conteúdos seriam estampados n’*O Malho*. Ao final, a preocupação editorial da revista não recaía em ver as novas instalações açucareiras como um melhor espaço de trabalho para aquelas e aqueles que ficavam ali 10 horas ou mais de domingo a domingo, com pouco tempo de almoço e sem pagamento garantido em dinheiro. Renegar o antigo era ir contra práticas “incompatíveis com a civilização” e apoiar um projeto de “cidade que se transforma, como o Rio, que marcha, que ascende, que em menos de dois anos deixa a sua bolorenta fisionomia de cidade colonial para se transmudar na linda capital

moderna, que já é hoje”.²²¹ Mesmo assim, este conjunto documental, que foi lido a contrapelo, é de valia para termos maior noção do movimento grevista dos refinadores de anos antes, o qual, como sugerem as imagens, pode ter sido deflagrado por mulheres e homens, crianças e adultos e negros e brancos.

Como é patente, mesmo a título de anúncio, parte do programa editorial dos primeiros anos d’*O Malho* associava o processo de modernização brasileira, tanto estrutural quanto em costumes, ao desenvolvimento industrial do país. Assim como os móveis e construções da Tunes e do açúcar d’Açucareira, a produção de sapatos também esteve nas páginas da revista. Nosso primeiro caso apresenta semelhança à publicação dos marceneiros e, abaixo de um texto e outras duas fotografias, encontramos alguns profissionais sapateiros das oficinas do sr. Custódio Martins:

Imagem 25: *O Malho*, 23 de julho de 1904, p.24.



A imagem acima compõe uma reportagem de uma página com o título “A indústria nacional”, cujo objetivo era felicitar o “digno homem do trabalho” e “proprietário da grande oficina de calçado feito à mão”, o sr. Custódio Martins. Tanto Martins quanto a fachada de seu estabelecimento, à rua Sete de Setembro n.11, foram fotografados e expostos naquela edição. A comemoração dizia respeito ao prêmio que um dos calçados produzidos naquela oficina havia recebido na “exposição de S. Luiz” daquele ano, peça manufaturada pelos “honrados operários” do estabelecimento.²²² De antemão, é válido citar o destaque dado aos sapateiros,

²²¹ “Uma visita à Açucareira”. *O Malho*, 2 de junho, p.6.

²²² “A indústria nacional”. *O Malho*, 23 de julho de 1904, p.24. É importante ressaltar que realizei um pequeno corte na fotografia da Imagem 25 para vermos com mais nitidez aqueles trabalhadores. A parte cortada dizia respeito às paredes e aos espaços vazios atrás daqueles sujeitos e que seguiam até o limite do registro, não trazendo

reconhecendo-os como parte daquela premiação, tanto por escrito quanto pela fotografia. Esta, aliás, ocupou cerca de 50% da página, sendo o espaço restante preenchido pelas imagens da fachada, do dono do estabelecimento e do texto de felicitação.

Talvez a leitora e o leitor se recordem de que um mês antes da publicação da imagem acima, em junho de 1904, encerrava-se o litígio entre a União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros e os proprietários da firma A Lameirão & C. Na ocasião, a União Auxiliadora e os sapateiros conseguiram reverter a condenação judicial que recaía sobre os representantes daquela organização operária, uma vitória dentro de um conflito que se desenrolava desde o final de 1902. No meio desses embates, a pesquisa não localizou envolvimento direto da firma de Custódio Martins, entretanto, esses mesmos operários que bem-vestidos posam para o fotógrafo d'*O Malho*, poderiam estar presentes nas reuniões daquela associação de classe, nas audiências e nas ruas apoiando seus companheiros.

Há de se considerar, também, o deslocamento de mão de obra entre uma firma e outra, fosse por demissão ou por iniciativa do próprio trabalhador em busca de melhores condições de trabalho. Com isso, os 20 operários flagrados acima são potenciais participantes, por que não, da luta pelo estabelecimento da tabela de preços de produção, do panorama de paralisação geral do final de 1903 e das audiências nos tribunais da cidade do Rio de Janeiro. No cenário da imagem, a predominância é masculina e branca, a não ser por um operário sapateiro negro na segunda posição da esquerda para a direita. Entre aqueles adultos, levanta-se a hipótese da presença de um adolescente, também na parte esquerda do registro, mas ao fundo, sem chapéu e paletó, vestindo uma camisa branca. Esta é uma circunstância operária de trabalho feito à mão, possivelmente com maior valor agregado e melhores condições de trabalho, no qual o sapateiro pode desempenhar, talvez, um poder de negociação maior do que aquelas e aqueles que trabalham no serviço mecanizado de calçados.

Este não escapou ao texto e à lente d'*O Malho*, que registraram a inauguração de uma nova fábrica de calçados na cidade do Rio de Janeiro: a Condor. A reportagem ganhou as ruas em 7 de janeiro de 1905, na primeira edição da revista daquele ano. Já a festa de inauguração, entretanto, ocorreu em 29 de dezembro do ano anterior, uma quinta-feira, a partir das 13 horas. O evento atraiu uma “enorme concorrência”, “que do interior da fábrica se prolongava até à rua”, contando com a presença da banda do corpo de bombeiros, um representante do presidente

da República (ou ele próprio, como apontou o *A Notícia*) e do Monsenhor Lustosa, vigário da matriz de Sacramento que “benzeu todas as dependências e maquinismos da fábrica”, ato que emocionou os “proprietários e operários” da Condor.²²³

A fábrica foi construída na rua General Pedra n.89 e estava “quase em frente à cancela da E. F Central”, local de intenso tráfego, sobretudo de trabalhadores. A área ocupada compreendia 2.570 m² e sua fachada contava com um portão de quase quatro metros e “uma escultura de um imenso condor pousando de asas abertas sobre um globo”, encomenda vinda da Europa. O processo de produção era composto de um arsenal de 118 máquinas encomendadas da *United Shoe Machinery* (EUA), uma das principais fabricantes de máquinas de sapato daqueles tempos. É patente, pelo pouco descrito, que foram altos os investimentos para a concretização deste empreendimento e a pergunta que fica é: quem eram seus proprietários? A firma responsável pela Condor era a Lameirão, Marciano & C., resultado de uma sociedade de quatro conhecidos industriais do ramo calçadista: Antonio Lameirão, Firmino de Oliveira Marciano, Francisco Rios e João Barbosa da Silva Braga.

A antiga firma de Antonio Lameirão (A. Lameirão & C.) já sabemos que foi a derrotada judicialmente em relação à queixa-crime apresentada em desfavor da União dos Artistas Sapateiros em janeiro de 1904. Entretanto, esta e as demais antigas firmas que passavam a compor a sociedade da Condor (F. Marciano & C. e Ribeiro Baraúna & C.) eram membros do Centro Industrial de Fabricantes de Sapatos e Classes Correlatas, instituição criada exclusivamente para fazer pressão contrária à agência operária por melhores condições de vida.²²⁴ Ou seja, a fábrica era resultado da fusão de firmas que, meses antes, estavam em conflito aberto contra a classe dos sapateiros, fosse a partir do Centro Industrial ou pela justiça. Além de congregarem capital, aquele novo empreendimento estava repleto de antigas rugas e ressentimentos de seus donos para com a classe dos sapateiros cariocas.

A cobertura d’*O Malho* contou com um pouco mais de cinco páginas e 14 fotografias, publicação digna do novo negócio daqueles quatro empresários. Como de praxe, todo o texto é elogioso e amparado no sucesso a que ia se encaminhando a indústria nacional. Já os retratos, em maioria, tinham o objetivo de registrar o prédio, máquinas, armazéns e as seções da

²²³ “Fábrica de calçado ‘Condor’”. *O Malho*, 7 de janeiro de 1905, p.19. Para conferir a nota do jornal *A Notícia* a respeito do evento, ver: *A Notícia*, 29 dezembro, p.1.

²²⁴ Confira as firmas de calçado que faziam parte deste Centro Industrial em: “A Greve dos Sapateiros”. *Jornal do Brasil*, 20 de dezembro de 1903.

produção e, diferente da cobertura d'Açucareira, esta reservou algumas linhas e cliques para as operárias e operários.

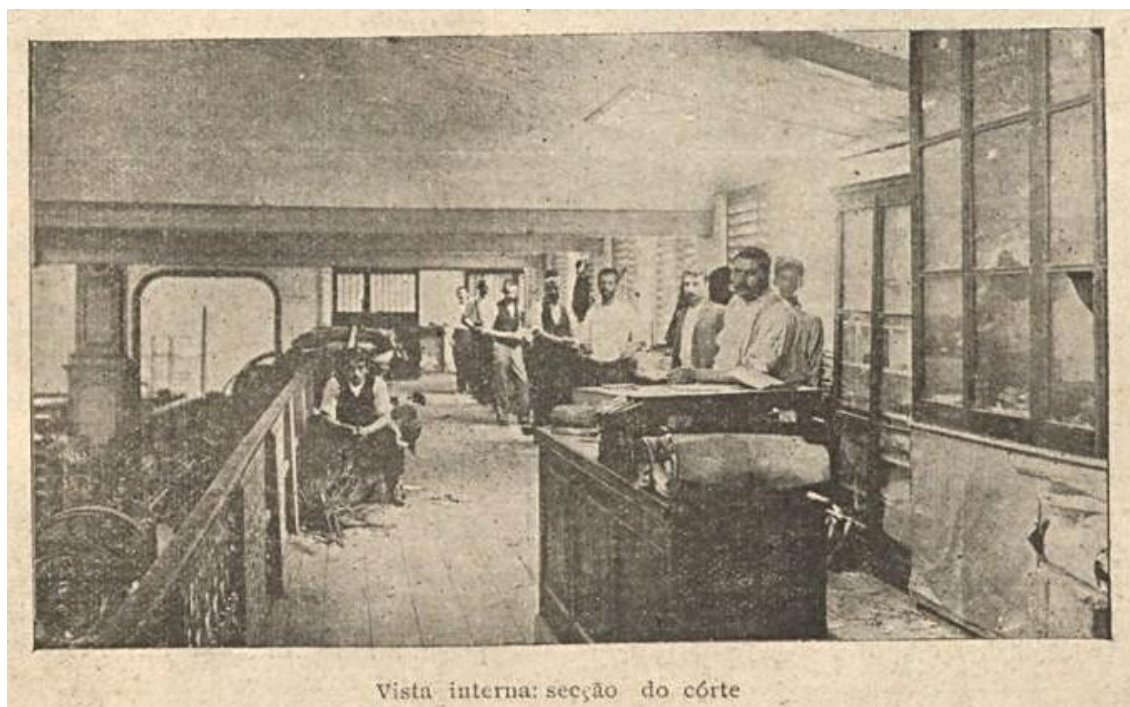
Imagem 26: *O Malho*, 7 de janeiro de 1905, p.15.



Imagem 27: *O Malho*, 7 de janeiro de 1905, p.16.



Imagem 28: *O Malho*, 7 de janeiro de 1905, p.17.



Vista interna: seção do corte

As imagens destacadas acima acompanham a narrativa operada na reportagem a respeito dos espaços e da capacidade daquela fábrica.²²⁵ Há nos escritos uma clara preocupação em afirmar aquele local de trabalho como bom e adequado, onde trabalhadoras e trabalhadores operariam de modo “metódico” e “persistente”, “honrando a si e à indústria”, sendo “paternalmente tratados pelos seus chefes”. A carga horária de trabalho na Condor é informada como sendo de nove horas, “das 7 horas da manhã às 5 horas da tarde”, e um par de botas era produzido a cada 15 minutos, sendo necessário passar pela mão de 35 operários e diversas máquinas.²²⁶ As informações cruzadas apontam um contingente operário entre 91 e 110 pessoas, sendo elas homens, mulheres, adultos, crianças, brasileiros e portugueses. Às mulheres e crianças, por exemplo, era reservada à área de costura, onde há máquinas “tão aperfeiçoadas e de manejo tão leve, que as vimos entregues a crianças de oito anos”. Segundo a reportagem, a existência desta seção “dá margem ao emprego de grande número de operárias”.²²⁷

²²⁵ Convido a leitora e o leitor a consultar todas as fotografias presentes na publicação da revista, pois nela é possível vermos trabalhadoras e trabalhadores em outras imagens. Não as trouxe aqui por conta da falta de nitidez, reservando espaço neste trabalho àquelas em que é possível analisar com mais segurança. Deixo registrado, também, que operei um pequeno corte na Imagem 27, novamente para termos mais nitidez. Conferir ela e as demais no seguinte endereço: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&id=1645601735498&pagfis=3980>.

²²⁶ *O Commentario*. Janeiro de 1905. Série II – Nº 9, p.52.

²²⁷ “Fábrica de calçado ‘Condor’”. *O Malho*, 7 de janeiro de 1905, pp.17-18.

As trabalhadoras adultas podem ser vistas nas **Imagens 26 e 27**, contabilizando na primeira mais de 10 e na segunda 18. A primeira nos mostra a seção de pesponto, ocupada majoritariamente por mulheres que utilizavam as máquinas que aparecem no registro. Junto delas, é possível ver dois operários, um homem branco sentado e um negro de pé, todo mundo posava para o fotógrafo. Na Imagem 27, as mulheres e crianças surgem no plano central, aquelas quase todas vestidas de branco e essas sentadas no chão. A maioria das operárias apresentava cor de pele branca, a não ser por duas que se encontram à direita de uma mulher vestida de preto. Os proprietários da Condor contrataram, por 30 dólares o dia, dois estadunidenses que, desde julho do ano anterior, prestavam instrução aos “nossos oficiais, brasileiros e portugueses que [...] estão já perfeitamente aptos no manejo de todo o trabalho.”²²⁸ Dessa forma, é possível constatar o encontro entre nacionalidades mais uma vez, dividindo a seção de corte (**Imagem 28**) ou qualquer outro espaço daquela grande fábrica.

O desgaste da imagem daqueles industriais que viviam embates ininterruptos com as sapateiras e sapateiros desde 1902 pode ser sentido no esforço do texto em expor, por exemplo, a existência de ventiladores em cada uma das máquinas da fábrica. Eles seriam responsáveis para operários trabalharem “sem ingerir a menor quantidade de pó, o que é de capital importância para a sua saúde”. Não só neste item mora a preocupação “pelo bem-estar material do seu pessoal”, ela estava em “toda fábrica”: “na construção ampla de todos os seus compartimentos, oficinas, almoxarifado, refeitório, escritório e depósitos”. Este empenho, segundo a reportagem, demonstra bem a “ideia dos sentimentos humanitários e do bom senso financeiro dos seus proprietários, pois a saúde e o conforto entendem e contendem muito de perto com a regularidade e valor da produção”.²²⁹

Não caberá neste trabalho a investigação de como se sucedeu a vida daquelas centenas de operárias e operários na Condor. Entretanto, não confiamos na hipótese de resignação daqueles quatro industriais que meses antes resistiam bravamente a uma tabela de preços e outras garantias pautadas pela classe sapateira. Logo, a união desses grandes capitalistas do ramo calçadista aparenta ser mais uma de suas tentativas em fazer frente à boa organização de seus empregados. Já a reportagem d’*O Malho*, encomendada ou não pelo quarteto, apaga o histórico de embates que recaía entre as partes, eventos esses repercutidos nas páginas da própria revista. Para nós, cabe olharmos este problema a partir do cotejamento realizado e, no caso da inauguração da Condor, mais do que nunca, é possível estarmos de frente aos potenciais

²²⁸ *Ibidem*, p.18.

²²⁹ *Idem*.

grevistas sapateiros de 1902 e 1903: mulheres e homens, adultos e crianças, brasileiros e portugueses, cada qual carregando consigo trajetórias de vida em um país que recém havia abolido a escravidão.

Além do dito progresso industrial visto acima, o que melhor representaria a modernidade a caminho, senão as reformas urbanas na Capital Federal? Essas eram quase que pauta fixa em nosso semanário, rendendo crônicas, ilustrações e fotografias. Como vimos, em maio de 1905, um grupo de operários da construção civil de Niterói ousou transformar uma paralisação local na Ponta Areia em uma greve geral que congregasse os trabalhadores daquele setor da cidade do Rio de Janeiro. Além da dimensão da greve, transformaram-se, também, as requisições que outrora estavam ligadas à forma de pagamento e passou a pautar a jornada de 8 horas de trabalho diárias. Comissões de grevistas circulavam pela capital convidando seus companheiros construtores a aderirem ao movimento e, entre positivas e negativas, assim como a interferência da Federação da Construção Civil, o movimento cessou. Sabemos que esta ação operária chamou a atenção da imprensa carioca, inclusive d'*O Malho*, que reservou considerável espaço na crônica semanal para tratar do assunto. Quem seriam esses trabalhadores que ameaçaram fazer uma greve geral em maio de 1905?

Imagem 29: *O Malho*, 14 de maio de 1904, p.20.

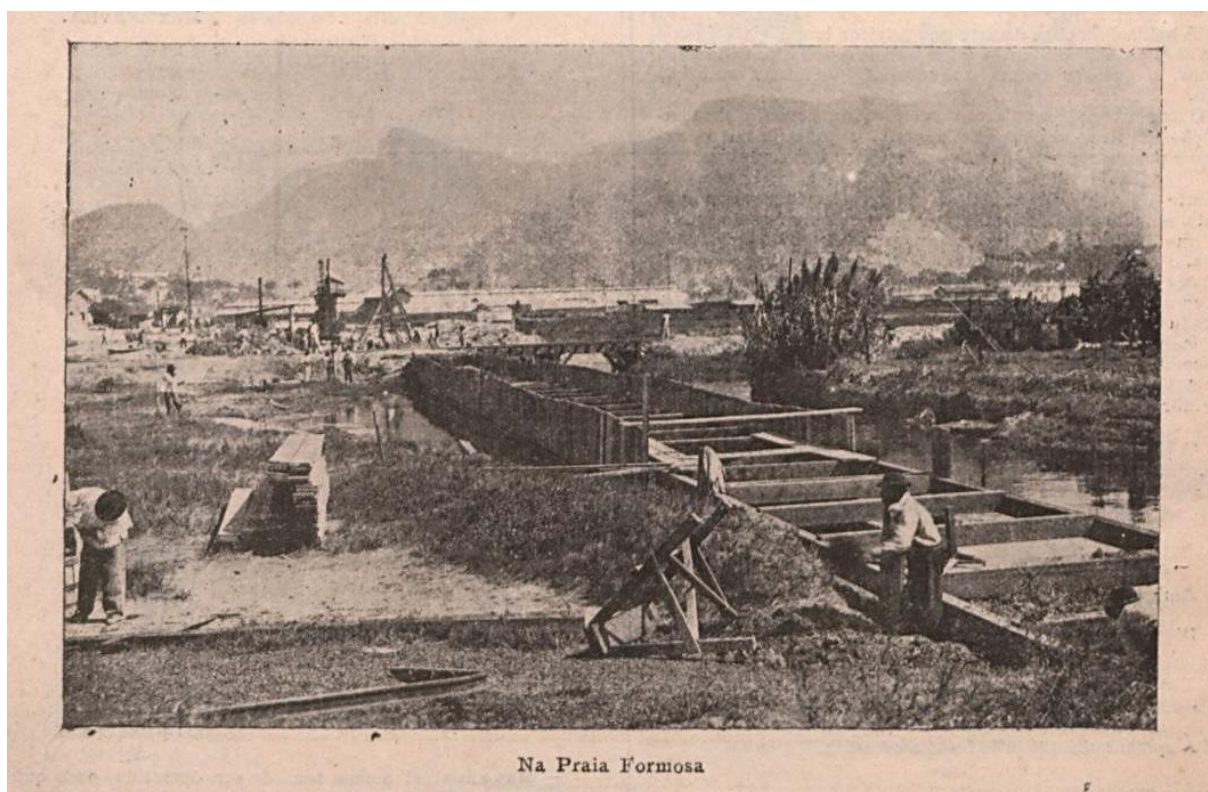


Imagem 30: *O Malho*, 14 de maio de 1904, p.21.

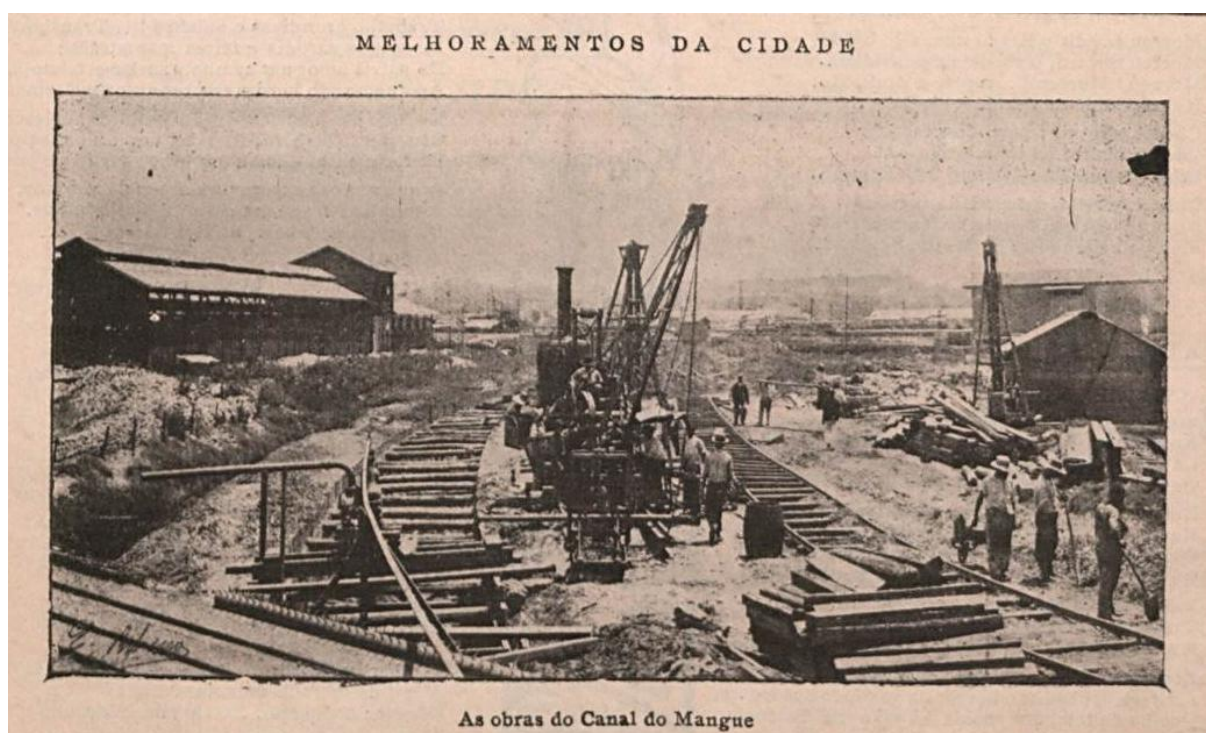


Imagem 31: *O Malho*, 16 de julho de 1904, p.13.

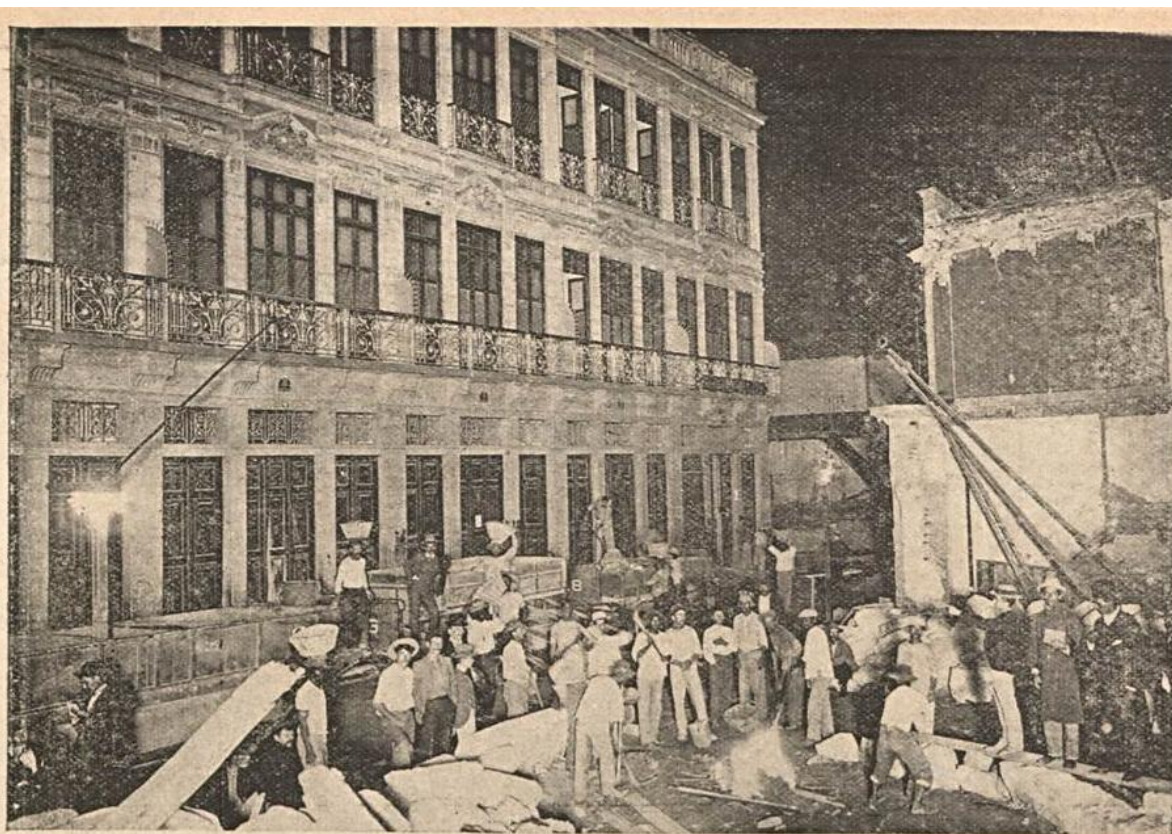


Imagem 32: *O Malho*, 16 de julho de 1904, p.14.



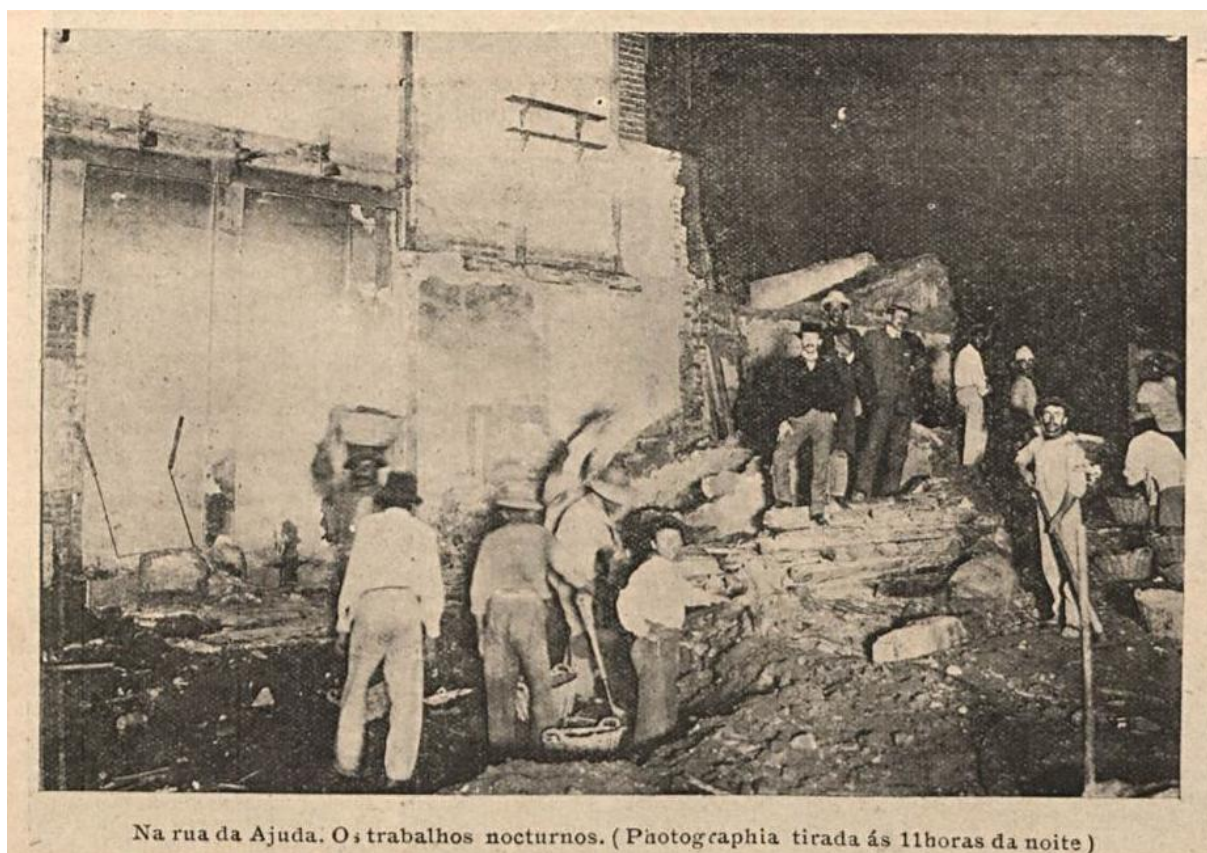
Trecho entre as ruas da Assembléa e Santo Antonio. Um dos mirantes construídos pela comissão de engenheiros para os estudos do traçado e fiscalização das obras.

Imagem 33: *O Malho*, 16 de julho de 1904, p.17.



Na rua S. José. O trabalho nocturno das demolições. Os vagões da companhia Jardim Botânico recebe os escombros. (Photographia tirada á noite)

Imagem 34: *O Malho*, 16 de julho de 1904, p.17.



As fotografias destacadas acima nos levam a uma viagem a partes da cidade do Rio de Janeiro que se transformava. Da Praia Formosa, aterrada, passando pelas obras do Canal do Mangue e Prainha, local onde os operários removeram “blocos de pedra, cortados no morro de S. Bento”, o itinerário diurno finaliza na região das ruas Assembleia e Santo Antônio. O sol se punha, mas os trabalhadores faziam serão e na rua S. José e d’Ajuda demolições eram realizadas e os escombros retirados. Dos registros levantados, talvez essa seja a categoria com maior predominância de trabalhadores negros em relação as categorias aqui estudadas. Esses, trabalhavam nos canteiros de obras quebrando e transportando pedras, moldando peças de madeira e construindo o alicerce daquilo que se veria pronto dali alguns anos. Entretanto, a imagem propagada das reformas urbanas estava associada a tecnicidade de engenheiros brancos que se inspiravam diretamente nos projetos das cidades europeias. Não é mentira, mas tal empreitada só foi possível por conta de turmas compostas por mais de 20 trabalhadores, como nos mostra as **Imagens 31 e 33**.

E esses, um ao lado do outro, quando fosse necessário, paralisavam aquele projeto modernizador quando queriam para cobrarem por melhores condições de trabalho e salário. A

greve escolhida tomou caráter intermunicipal, de Niterói ao Rio de Janeiro, e outras tantas da construção civil podem ser vistas à luz da imprensa. Nesta relação, não podemos excluir as paredes em pedreiras que, como vimos no Capítulo 1, ofereciam materiais ao município e à União para realização das obras. Junto delas, profissionais pintores, estucadores, ladrilheiros e marmoristas faziam parte da empreitada pelos melhoramentos urbanos.

O caminho trilhado até aqui, tomando *O Malho* como fonte e objeto de estudo, nos levou a considerações conflituosas que abriram perspectivas para rever a relação entre as revistas ilustradas e os mundos do trabalho carioca no início do século XX. Em primeira medida, é indiscutível a supressão de fotografias que dissessem respeito às greves que aconteceram na cidade do Rio de Janeiro no período estudado. Até o momento, analisamos 26 registros em que trabalhadoras e trabalhadores estiveram presentes e nelas estavam comemorando o 1º de Maio, realizando piqueniques, posando para fotógrafo em marcenaria, refinadora de açúcar, fábricas de calçados e canteiros de obras. Não há como negar que esta foi uma escolha editorial da revista em seus primeiros anos de circulação, visto que o uso da fotografia já era comum em suas páginas e os operários apareciam apenas em situações controladas e, *a priori*, inofensivas.

Além desta constatação, parte dos objetivos do trabalho não se furtou em encontrar alternativas a ela e, ao selecionarmos quatro greves, vimos, pela própria revista, os possíveis grevistas em outros espaços do semanário. Esses sujeitos foram fotografados como parte da propaganda dos supostos avanços industriais e urbanos da cidade em que viviam. Entretanto, ali se registrava, também, parte das mulheres e homens que compunham os movimentos grevistas cariocas. Junto delas, somam-se as tantas fotos das passeatas do 1º de Maio e as do piquenique na fábrica de tecido. A segunda omissão de flagrantes diz respeito às comemorações do 13 de Maio, data intimamente ligada ao Império e ao trabalho escravizado, tudo que não cabia mais na jovem república brasileira. Entretanto, como vimos, os festeiros da abolição compunham, também, o movimento operário, o que nos dá margem para os associar às lutas trabalhistas do início do século XX. A imagem estampada dos mundos do trabalho carioca n' *O Malho* deveria, então, ser festeira e ordeira, mas, como quase tudo nos estudos históricos tem exceção, a seguir, analisaremos a única greve repercutida com fotografias na revista entre 1902 e 1906.

3.3 Pela manutenção das conquistas de liberdade: a greve no Novo Lloyd Brasileiro fotografada n' *O Malho*

“— Somos operários, mas independentes, disseram, não nos podemos sujeitar a imposições absurdas e próprias de regime escravocrata; deem-nos outro diretor, que nos trate como temos o direito de ser tratados e estamos prontos a trabalhar.”²³⁰ O que a leitora e o leitor acabaram de ler é o posicionamento público dos operários grevistas do Novo Lloyd Brasileiro enunciado nas páginas do *Jornal do Brasil*, veículo da imprensa que cobriu aquela greve de duração de nove dias.²³¹ Este movimento foi realizado pelos trabalhadores mecânicos navais das oficinas daquela empresa situadas na ilha da Mortona e apresenta, ao menos, duas particularidades em relação às demais que estudamos até aqui. A primeira é que esta paralisação não se efetuou por questões salariais ou de carga horária, a união dos 800 operários mecânicos demandava apenas um item: a demissão imediata de José Maria da Conceição, o recém-empossado diretor das oficinas daquela ilha. A segunda nos direciona ao *O Malho* e, como enunciado, esta foi a única greve repercutida por meio de fotografias nos quatro primeiros anos de circulação do semanário. Para ser mais específico, além dos três registros fotográficos, o corpo editorial da revista comentou esta ação operária na seção de crônicas e em uma ilustração, todas publicadas na edição do dia 27 de junho de 1903.

A greve em questão teve seu estopim por volta de uma hora da tarde do dia 17 de junho daquele ano, momento em que os operários, “em número superior a 700”, deslocaram-se ao gabinete de José Maria da Conceição “convidando-o a retirar-se”. Este, ao ser empossado oito dias antes pela diretoria do Lloyd Brasileiro, não perdeu tempo e tão logo propôs mudanças no cotidiano de trabalho que, segundo os operários, “quis implantar o regime do despotismo e do absurdo”, retirando “umas tantas regalias que até então lhes eram concedidas”, tais como: “a de sair uma vez ao dia para tomar café, banhar-se ao terminar o trabalho, fumar nas oficinas e outros pequeninos nada que, de nenhum prejuízo para o serviço, favorecia altamente o mourejar quotidiano dos operários.”²³² De um lado, os trabalhadores deixavam ver os limites do quanto permitiriam interferências em seus modos de trabalho. Do outro, a diretoria executiva

²³⁰ *Jornal do Brasil*, 18 de junho de 1903 (Ed. da Tarde), p. 1.

²³¹ Artigos de fundo a respeito desta greve foram publicados no *Jornal do Brasil* entre os dias 18 e 27 de junho de 1903. Levando em consideração que quase todos os dias o periódico publicava duas edições (manhã e tarde), a repercussão desta paralisação dos operários do Lloyd esteve presente em 17 números do jornal. A repercussão desta greve esteve presente, também, em outros veículos da “grande imprensa” do Rio de Janeiro daquele momento, ocupando as páginas da *Gazeta de Notícias*, *O Paiz* e *Correio da Manhã*, jornais de alta tiragem e circulação. Conferir, em 1903, os volumes entre as edições 169 e 177 para a *Gazeta de Notícias*; 6827 e 6837 para *O Paiz*; 737 e 745 para o *Correio da Manhã*.

²³² *Jornal do Brasil*, 19 de junho de 1903. (Ed. da Manhã), p.1-2

da empresa de navegação decide não acatar o requerimento operário, inferindo em boletim público que aquela greve era “motivada sem dúvida por interesses inconfessáveis de indivíduos sem consciência”, abusadores “da boa-fé dos operários”.²³³

O boletim assinado por Pedro Betim, Mello e Alvim e Horácio Guimarães foi emitido às 11 horas do dia 18 de junho e, no mesmo dia, às 19h, cerca de 475 operários já se mostravam unidos e organizados em reunião no Centro das Classes Operárias (CCO). Encabeçadas pelo médico Vicente de Souza, socialista e presidente daquela instituição operária, as ações dos grevistas passariam a minar qualquer tentativa daqueles executivos em driblar a paralisação. Entre as medidas, conquistaram a solidariedade de outros tantos profissionais mecânicos da cidade que se comprometeram em não realizar obra alguma vinda do Novo Lloyd Brasileiro, ameaçando a aderirem à greve caso seus patrões os obrigassem. Dessa forma, com o passar dos dias, a empresa acumulava prejuízos com embarcações improdutivas e multas pelo não cumprimento do prazo de consertos contratados com aquela firma. Os trabalhadores tinham plena consciência deste cálculo estratégico e faziam questão de deixá-lo evidente na imprensa: “– Nós conservaremos sempre calmos, disseram, sem dar motivos a represálias por parte da polícia ou azo à diretoria de queixar-se de nós. Unidos e firmes, havemos de vencer; que importa que passemos oito ou dez dias sem trabalho? Pouco perdemos com isso, ao passo que o Lloyd muito tem a perder.”²³⁴

Até então, os procedimentos de agência desses operários em greve são, em alguma medida, similares com os de outras paredes daqueles tempos. Entretanto, além desta via de ação, procurou-se negociação direta com governantes brasileiros, tendo em vista ser a empresa financiada pelo Banco da República e fiscalizada pelo Estado. Junto de Vicente de Souza, trataram a questão com o ministro da Indústria Lauro Müller, o qual disse que “não lhe cabia, nem podia resolver sobre o caso, porquanto, era isso da competência do seu colega da fazenda”. Este, Leopoldo Bulhões, nem ao menos os recebeu.²³⁵ Não satisfeitos, organizaram-se e “cerca de seiscentos operários” caminharam pelas ruas da Capital Federal para se entenderem diretamente com o presidente da República, Rodrigues Alves.

A audiência com esta autoridade ocorreu na manhã de 20 de junho, um sábado, e teve como ponto de encontro o Largo da Carioca. Ao soar das doze horas e meia daquele dia, “operários, alguns mestres e quase todos os contramestres”, em número de 600, partiram dali

²³³ *Jornal do Brasil*, 18 de junho de 1903 (Ed. da Tarde), p.1.

²³⁴ *Jornal do Brasil*, 20 de junho de 1903 (Ed. da Tarde), p.1.

²³⁵ *Jornal do Brasil*, 20 de junho de 1903 (Ed. da Manhã), p.1.

rumo ao Palácio do Catete. Do total, foi formada uma comissão de quinze trabalhadores das oficinas da Mortona e junto de Vicente de Souza, apresentaram-se ao presidente da República. Tomando resolução parecida a do ministro da indústria, Rodrigues Alves afirmou que o Lloyd Brasileiro “não é uma repartição pública, em que o governo possa interferir imediatamente”, apesar da relação de dependência da empresa com a União. Ao final, após criticar a escolha dos operários pela greve e inferir não ser “partidário” a ela, apontou que empregaria “meios de que dispõe o governo para que cesse quanto antes o estado de perturbação em que se acha aquela empresa, na qual, se sofrem os operários [,] também sofrem outros interesses”.²³⁶

Em suma, fossem pelos prejuízos acumulados, por pressão institucional e unidade operária, José Maria da Conceição exonerou-se do seu cargo no dia 25 de junho de 1903. Em carta endereçada aos diretores da empresa, Conceição presta agradecimentos àqueles homens por não terem o demitido e, da mesma forma, reverencia o governo pela ação de franquear “as oficinas do Arsenal de Marinha aos trabalhos do Lloyd”. Em tom altivo, como quem sai por cima, deixa claro que se resigna do “cargo de diretor, que não solicitei, e que só instado aceitei, por terem vv. ss. apelado para o dever em que estava, como brasileiro, de concorrer para a obra, que empreenderam de reorganizar tão o futura empresa.” Buscando preservar sua imagem pública, afirma que a exoneração não poderá ser vista como “covardia ou fraqueza” e só a fez para “dar mais um desmentido à pecha do inimigo dos operários, com quem se me tem mimoseado”. Ao final, retira-se para “evitar maiores males aos próprios operários” influenciados por “minoria de exaltados e por especuladores alheios às oficinas”.²³⁷ Publicizada sua exoneração, às seis e meia da manhã do dia 26 de junho, voltou ao trabalho o pessoal das oficinas da ilha da Mortona do Lloyd Brasileiro, dando fim àquela greve.

Compreendidos os aspectos gerais deste movimento, é possível apontar a vitória daqueles trabalhadores. Estes, com o apoio do Centro das Classes Operárias, não se furtaram a estabelecer alianças em toda a cidade com companheiros mecânicos e outras categorias ligadas ao trabalho marítimo. Não pararam por aí, e junto da figura importante do médico Vicente de Souza, sujeito que compôs a luta abolicionista brasileira e declaradamente socialista, buscaram soluções junto às autoridades governamentais. É importante lembrar ao leitor que, meses antes, os operários desfilavam pelas ruas cariocas em celebração ao 1º de Maio e, nesta greve, parte deles marcharam novamente em direção ao chefe de Estado brasileiro com o objetivo único de destituir do Lloyd Brasileiro um diretor que lhes impôs mudanças “próprias do sistema

²³⁶ *Jornal do Brasil*, 21 de junho de 1903, p. 2.

²³⁷ *Jornal do Brasil*, 26 de junho de 1903 (Ed. da Manhã), p.2.

escravocrata”. Mesmo mantendo a “melhor ordem” dos festejos de maio, imagine o quanto a cena de centenas de grevistas, indo e vindo pelas ruas da capital de um país, angariando apoio entre os pares e negociando com governantes, não tenha chamado a atenção dos sujeitos daqueles dias, inclusive dos dirigentes d’*O Malho*. Vejamos.

Imagem 35: *O Malho*, 27 de junho de 1903, p.5.

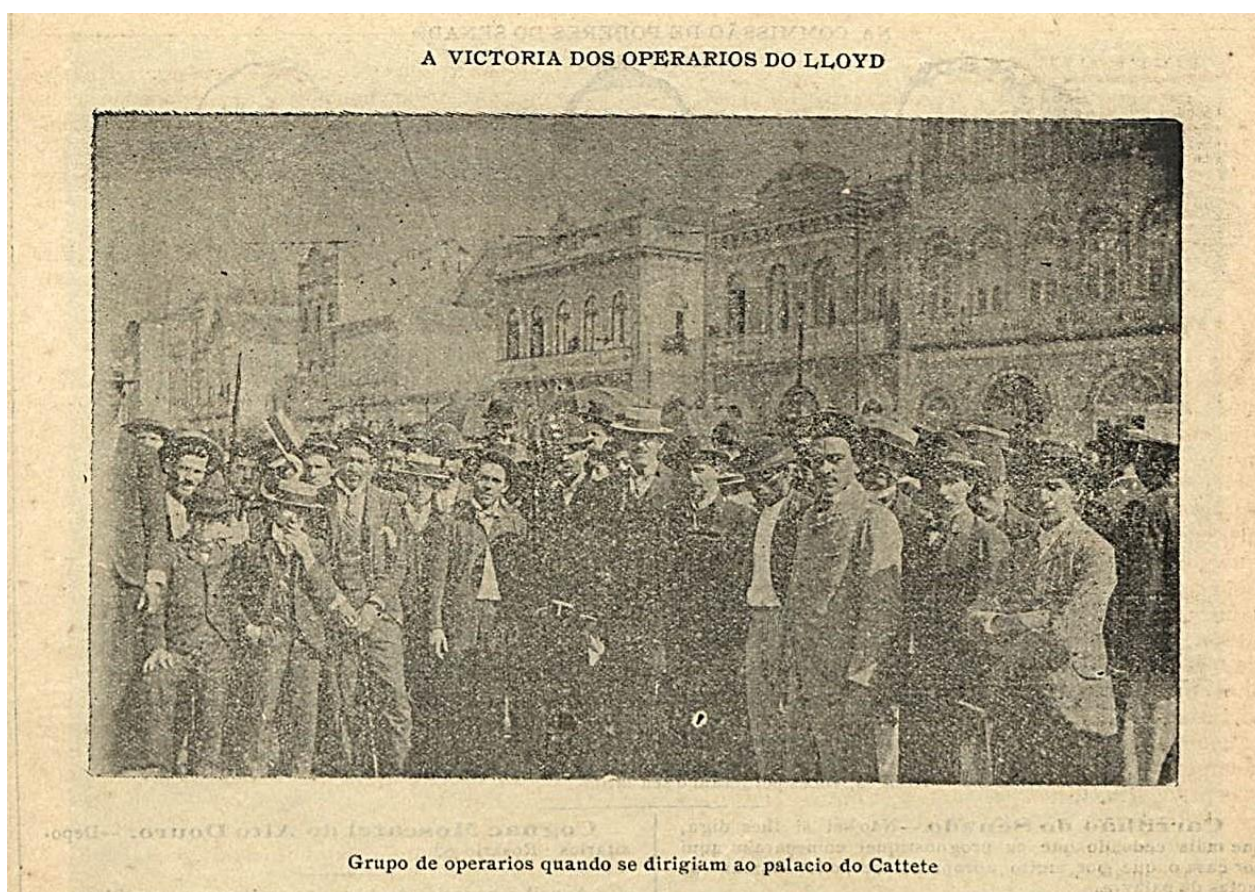


Imagem 36: *O Malho*, 27 de junho de 1903, p.5.

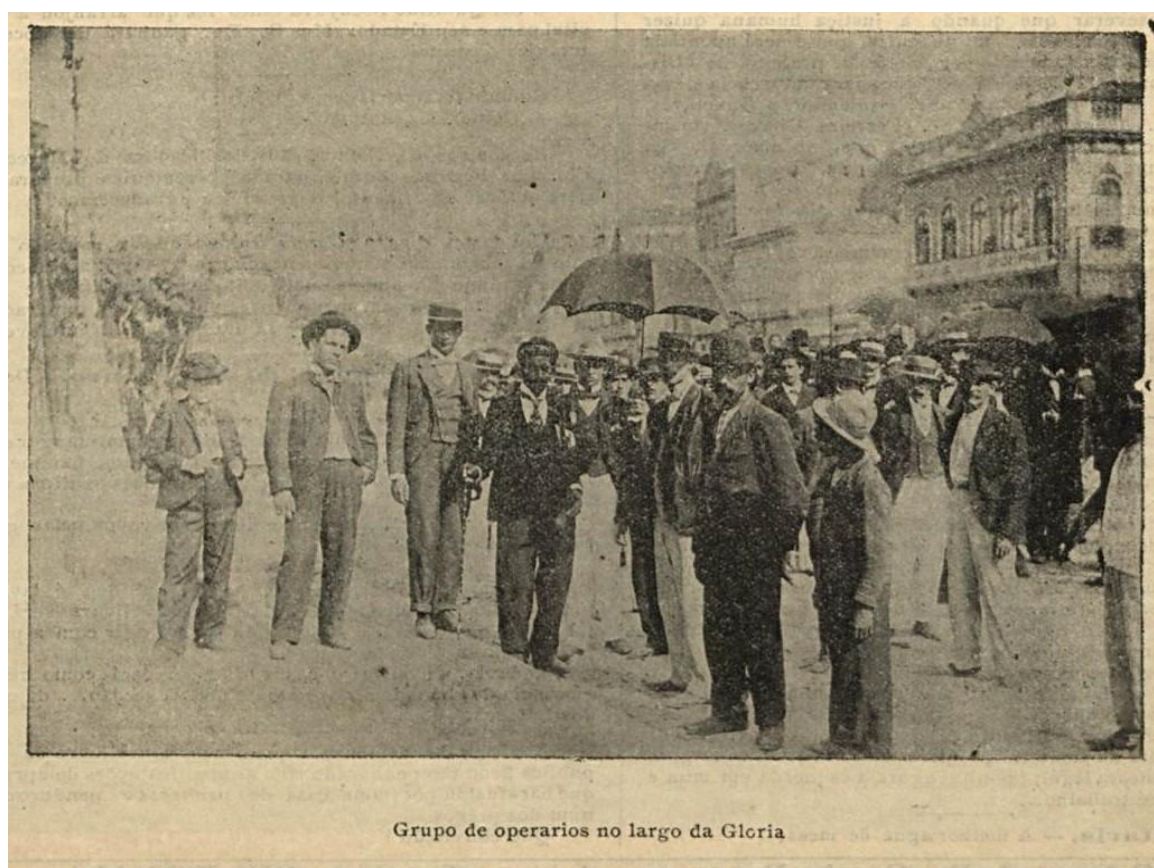


Imagem 37: *O Malho*, 27 de junho de 1903, p.9.



A repercussão da greve n' *O Malho* ocorreu um dia após seu término, logo, os articulistas já conheciam o desfecho favorável aos operários. O cronista “F” abre o texto daquele sábado da seguinte maneira: “Preencheram o interesse dos primeiros dias da semana os operários do Novo Lloyd Brasileiro, declarando-se em *greve* visto lhes ter sido imposto um diretor de oficinas que com eles não ia à missa e com quem eles não estavam dispostos a ir, nem para o céu”. O texto é construído na dualidade de reconhecer a “ação uniforme, bem combinada” dos grevistas e criticar “os moços do Lloyd, o Novo, que com as suas inovações e modernismos dão por paus e por pedras”. O cronista, posicionando-se ao lado dos operários, infere que só “Deus” e “nós” sabiam os “sacrifícios” e o quanto custava quando “assim se colocam, ausentes do trabalho, do labor que é o seu único ganha-pão de todo dia”. Reconhece “a vitória final” daqueles homens, só possível de ser alcançada por conta do “ânimo resoluto, calmo e pacífico que conservaram em toda a difícil emergência, demonstrando que sabem ser enérgicos[,] mas prudentes, fortes[,] porém refletidos e ordeiros”.

Referenciando os gestores da empresa, o autor infere que o ocorrido deveria servir como “ensinamento” ao seu “pouco senso administrativo”. Fechando o trecho, oferece um “bravo aos operários do Lloyd e parabéns a toda classe operária, que marchou em toda campanha direitinha com um só homem – mas homem de valor, às direitas”.²³⁸ Além do elogio à ação grevista, chama a atenção na crônica o descontentamento de seu autor com a gestão daquele empreendimento ligado ao Estado, o qual carregava em seu histórico marcas constantes de má administração financeira e logística, periodicamente repercutidas n' *O Malho*. O destaque aos operários sempre veio acompanhado das formas que se julgava ideal reivindicar direitos: calma, ordeira e pacífica. E foi seguindo esta cartilha durante nove dias que a união de trabalhadores insatisfeitos, junto da colaboração e experiência dos dirigentes do Centro das Classes Operárias, resultou na eliminação de José Maria da Conceição do Lloyd Brasileiro.

De maneira inédita, veiculou-se na revista retratos de um movimento grevista e, no dia 20 de junho, o fotógrafo do semanário caminhou junto dos seiscentos operários rumo ao Palácio do Catete. A reportagem fotográfica contou com três registros, dois ocupando a página cinco por completo e a última, dali quatro páginas, dividindo espaço com um desenho de “Raul” satirizando a greve. O título da série de fotos é direto, “A vitória dos operários do Lloyd”, endossando o conteúdo da crônica, fazendo ver operários no largo da Glória e registrando a presença de Vicente de Souza. Este, segundo a revista, encontra-se na Imagem 37, entretanto,

²³⁸ “Crônica”. *O Malho*, 27 de junho de 1903, p.04.

pelas condições materiais do registro, não é possível apontar com clareza qual daqueles homens é o presidente do Centro das Classes Operárias. A hipótese principal recai na possibilidade do médico ser o homem que se encontra no plano central da fotografia, com bengala na mão direita, usando terno, chapéu e bigode avantajado.

O material fotográfico daquela greve nos revela um fotógrafo que decidiu flagrar o momento do mesmo nível em que estavam os grevistas, estando ambas as partes frente a frente nas ruas da cidade, escolha que resultou em duas consequências. A primeira é de não compreendermos a dimensão daquele ato, que só é possível a partir do cruzamento com a imprensa diária. Logo, a descrição de “grupo de operários” que compunha as legendas junto do enquadramento das fotos, esconde, na verdade, um volume de centenas de grevistas circulando pela Capital Federal. A segunda, por outro lado, permite aproximarmos a lente para os protagonistas do movimento, deixando ver sujeitos posando de forma altiva, vestidos com roupas sociais e encarando a lente da câmera com feições sérias. Estes flagrantes, como os do 1º de Maio, por exemplo, capturam a ordem operária desejada para o trabalhador cotidiano ao mesmo tempo que informam ser negra a liderança daquele movimento.

A trajetória deste, o médico Vicente de Souza e, por que não, dos operários do Lloyd e dos demais que figuraram neste trabalho, abre caminhos para olharmos nossas greves sob a perspectiva do pós-abolição brasileiro. Tendo suas ações reconhecidas nas lutas do abolicionismo, republicanismo e socialismo, entender a dimensão daquele intelectual negro recai no cuidado de não enxergarmos suas experiências de forma compartimentada. Na verdade, como bem alertou Ana Flávia Magalhães Pinto, “o reconhecimento de o quanto um vínculo orientava o outro” é ponto chave para entender a “condução de seus passos na sociedade imperial e na republicana, no período escravista e no pós-abolição”.²³⁹ Mergulhado em um contexto social que persistia em pensar, agir e se entender como escravocrata, o universo conflituoso do trabalho no Brasil republicano vivia uma linha tênue entre continuidade de práticas do mundo senhorial e lutas pela manutenção da liberdade conquistada.

Por isso, a persistência daquele movimento em só acabar com a destituição de José Maria da Conceição é central em nossa análise. Veja o leitor que o posicionamento dos grevistas demarcava a noção de serem “operários”, mas, sobretudo, “independentes” e detentores de “direito” quanto à forma de tratamento, repelindo qualquer prática que se assemelhasse ao

²³⁹ PINTO, A. F. M.. “Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro”. ESTUDOS HISTÓRICOS, v. 32, 2019, p.280.

“regime escravocrata”. Ao abolir garantias quanto à pausa para descanso, fumar e tomar banho nas oficinas após o expediente, a ação daquele diretor foi contrária às práticas de liberdade quanto à autonomia e controle do ritmo de trabalho previamente estabelecidos por aqueles trabalhadores.

Ao fim e ao cabo, dentre as centenas de paredes que ocorreram no Rio de Janeiro nos primeiros anos de circulação d’*O Malho*, esta foi a única repercutida por meio de fotografias. Uma só greve uniu elementos como: paralisação das atividades de estabelecimento ligado ao Estado, altos prejuízos financeiros, má gestão de crise e centenas de operários que ousaram andar pelas ruas da capital republicana junto da importante presença de Vicente de Souza para conferenciar com Rodrigues Alves e seus ministros. Acrescenta-se, ainda, o fato de a vitória ter sido alcançada sem violência ou tumultos, utilizando apenas estratégias voltadas à paralisação, negociação e solidariedade operária.

Sendo esses ou não os motivos pelo privilégio fotográfico dado à greve do Lloyd Brasileiro de julho de 1903, o material registrado desta parede vai ao encontro das demais imagens dos mundos do trabalho que eram permitidas n’*O Malho*. Trabalhadoras e trabalhadores aparentemente comportados e sem ameaçar a ordem republicana vigente, fossem nas ruas, marcenarias, refinadoras de açúcar, obras públicas e fábricas de sapato. Entretanto, a passividade cristalizada pela lente da câmera e propositalmente impressa nas páginas semanais é frontalmente confrontada pelas ações daqueles mesmos sujeitos. Esses paralisavam construções símbolos do progresso da virada do século, interrompiam parte da navegação mercante e da produção de açúcar da cidade e, como se não bastasse, enfrentavam os industriais nos bancos do tribunal. Mesmo sem fotografias desses e outros embates, a partir do esforço coligado da História Social do Trabalho e da Imprensa, evidenciamos a possibilidade de vermos seus protagonistas pela própria revista que os omitiu.

Considerações finais

A vitória ontem alcançada pelos operários das oficinas do Novo Lloyd Brasileiro há de refletir benéficamente sobre todo o operariado brasileiro, que tem lutado enérgica e corajosamente dentro dos limites da lei pela conquista da redução das horas do trabalho.

Nesta época, em que aos filhos do trabalho se nega até o direito de, por meios pacíficos, usando de uma prerrogativa consagrada pela Constituição de 24 de fevereiro, promoverem reuniões públicas, em que se curem do interesse da classe, é deveras motivo para solene regozijo a deliberação ontem tomada pelo diretor do Novo Lloyd Brasileiro de reduzir a oito horas o trabalho dos operários das oficinas da mesma Companhia.

[...].²⁴⁰

Dois anos depois da greve dos operários das oficinas da ilha da Mortona do Lloyd Brasileiro, aqueles trabalhadores obteriam uma das requisições máximas do operariado internacional: estabelecimento de uma carga de trabalho de oito horas. A conquista se deu no final da administração daqueles homens que lhe deram como superior José Maria da Conceição e foi amplamente comemorada pelos operários das oficinas do estabelecimento e acionada como exemplo por outras categorias profissionais daqueles tempos. A questão reaparece no ano seguinte com o desentendimento da nova diretoria e dos trabalhadores em relação à normatização desta carga horária, resultando em outra greve em setembro de 1906.²⁴¹ Mesmo que parcial ou completa, as vitórias e conquistas trabalhistas no Lloyd Brasileiro ou de qualquer outro estabelecimento em nosso país têm por de trás um histórico de luta contra as formas de precarização, controle e coerção da classe trabalhadora brasileira. Parte deste histórico, peça-chave para compreensão do conceito de classe, pode ser flagrada pelos rastros dos jogos de força inscritos na imprensa, ou melhor dizendo, aqueles que foram permitidos ganhar as páginas dos periódicos.

Partindo da compreensão básica de que a versão final de um jornal ou revista é fruto de diversas seleções, sejam elas guiadas pelo projeto editorial ou não, o esforço trilhado até aqui se concentrou em entender quais os tipos de imagens dos mundos do trabalho carioca foram permitidos circular através do semanário ilustrado *O Malho*. O recorte escolhido foi ao encontro de um período com elevados números de paredes na Capital Federal no início dos noventa, entendimento que, *a priori*, fez nascer a ideia de que a maior parte do material fotográfico encontrado seria a de trabalhadoras e trabalhadores em greve. Ledo engano, pelo contrário, como a leitora e o leitor acompanharam em nosso trajeto, as imagens operárias publicadas na

²⁴⁰ “Oito horas de trabalho. No Lloyd Brasileiro. Vitória dos operários”. *Jornal do Brasil*, 9 de junho de 1905, p.2.

²⁴¹ “Greve na Mortona”. *Jornal do Brasil*, 18 de setembro de 1906, p.3

revista diziam a respeito daquilo que, aparentemente, era contrário à paralisação de serviços: festas, ordem e trabalho.

Reunida a base documental ilustrada, o seu cotejamento com a imprensa noticiosa deixou ver outras tantas seleções e omissões operadas pelos dirigentes e colaboradores da revista a respeito do cotidiano operário carioca daqueles tempos. Dessa forma, nada se viu ou leu n' *O Malho* a respeito dos milhares de trabalhadoras e trabalhadores em passeata entregando correspondências com solicitações de melhorias de vida e trabalho ao prefeito do Distrito Federal e ao presidente do país em 1 de maio de 1903. Assim como, há um apagão quando o assunto eram as comemorações do 13 de Maio, data que naqueles anos era comemorada em espaços como a igreja da Irmandade de N. Senhora do Rosário ou nas ruas do Jardim Botânico. Ao contrário, é possível vermos o operariado carioca bem-comportado em piqueniques e espaços de trabalho. A exceção vem com a única greve repercutida com fotografias na revista, uma paralisação que levou centenas de trabalhadores do Lloyd Brasileiro às ruas para negociar e fazer valer a forma como queriam ser tratados por um superior.

Entendida esta predileção editorial, paralelamente fomos atribuindo sentidos a esses materiais a partir do seu cruzamento com os jornais diários e a própria bibliografia do trabalho brasileira. Foi possível enxergarmos luta e resistência naquelas imagens conciliadoras e que davam um tom controlado ao mundo operário republicano brasileiro. Em cada uma das fotografias de trabalhadoras e trabalhadores em serviço ou em festa, visualizamos greves, embates judiciais e resistências culturais de um povo que não cabia no projeto da nova cidade endossada pela revista. Esses teimavam e, mesmo *O Malho* não repercutindo uma foto sequer a respeito do 13 de Maio, o próprio semanário expôs os rostos de parte dos organizadores dos festejos realizados pela irmandade negra em matéria sobre a reforma de sua igreja. Um pouco do perfil das/dos grevistas sapateiros, refinadores de açúcar e marceneiros podem ser vistas, em hipótese, a partir de anúncios e reportagens que ganharam as páginas da nossa fonte e objeto de pesquisa. Por fim, mesmo que calma, ordeira e pacífica, lida a contrapelo e cotejada com outras fontes impressas, a imagem operária estampada n' *O Malho* passa a ganhar novos sentidos e deixa ver que o trabalhador/a negro não havia desaparecido; pelo contrário, de maneira organizada, compunham movimentos de resistência trabalhista e cultural dos mundos do trabalho no pós-abolição brasileiro.

Fontes

O Malho (1902 – 1906);

Revista da Semana (1905);

Jornal do Brasil (1902 – 1906);

O Paiz (1902 – 1906);

Gazeta de Noticias (1902 – 1906);

Correio da Manhã (1902 – 1906)

Bibliografia

AREAS, Luciana Barbosa. *A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. 1996. 154 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUB, Sidney. (Org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. 1ed.Campinas: Editora da UNICAMP, 2009, v. 1.

BALABAN, Marcelo.; SAMPAIO, Gabriela dos Reis.; LIMA, Ivana Stolze. (Org.). *Marcadores da Diferença: raça e racismo na história do Brasil*. 1aed.Salvador: Editora da UFBA, 2019.

BATALHA, Claudio H. M.. *O movimento operário na Primeira República e outros escritos*. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IFCH/CECULT, 2025. v. 1. 264p.

BINELO, Sophia Franciele Martins. *O Barão do Rio Branco na revista ilustrada O Malho (1902-1912)*. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2015.

CAPELATO, M. H. R.. “A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador.” In: Mariana Villaça; Maria Ligia Coelho Prado (orgs.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. 1ed.São Paulo: Humanitas, 2015.

CHALHOUB, S. “Vadios e barões no ocaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888.” *Estudos Ibero-Americanos*, Curitiba, v. 9, n.1-2, p. 53-67, 1983.

CHALHOUB, S.. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 351p.

CHALHOUB, S.. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 250p.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, M. C. V. e. “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930.” *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, 2000.

DIOGO, Marcia Cezar. “O Moderno em Revista na Cidade do Rio de Janeiro”. In: CHALHOUB, Sidney & NEVES, Margarida de Souza & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda Pereira. *História em Causas Miúdas*. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 2005.

ENGEL, M. G.. “Onde moram os pobres? Representações literárias das habitações populares (RJ, fins do século XIX e inícios do XX)”. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 7, p. 89-103, 2013.

FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. ISBN 85-268-0741-2, 368p.

GOLDMACHER, Marcela. *A "greve geral" de 1903. O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.

GOULARTI FILHO, A.. “Companhia de navegação Lloyd brasileiro: uma trajetória de déficit financeiro e desenvolvimento econômico.” *História Econômica & História de Empresas* (ABPHE), v. 12, p. 5-35, 2020.

LARA, S. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil.” *Projeto História*, São Paulo, n.16, 1998.

LUCA, T. R. de. “História dos, nos e por meio dos periódicos.”. In: PINSKY, Carla Bassanezi..(Org.). *Fontes Históricas*. 2aed. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p.139. (grifo meu)
MAIA, A. C. N. (org.). *O mundo do trabalho nas páginas das revistas ilustradas*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. v. 1.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto ; FAPERJ, 2004. 199p.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres: Experiências Comuns na Formação da Classe Trabalhadora Carioca*. São Paulo: Usina Editorial, 2024.

MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da Abolição no Rio de Janeiro (1888-1908)*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2023. v. 1

NERY, Gabriela. *Trabalhadores do jornal: organização e proletarização de repórteres e jornalistas no Rio de Janeiro, c.1870-1920*. 2024. 1 recurso online (271 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

PAIÃO, C. G. S.. *Os lugares da marinhagem: racialização e associativismo em Manaus, 1853-1919*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2024. v. 1. 440p .

PEREIRA, L. A. M.. “Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”. *Historia*, v. 35, p. 1-21, 2016.

PEREIRA, L. A. M.. *O carnaval das letras. Literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2a. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. v. 1. 318p.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República”. *Revista Brasileira de História (impresso)*, v. 37, p. 63-88, 2017.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020. 360 p.

PINTO, A. F. M.. “Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro”. *ESTUDOS HISTÓRICOS*, v. 32, p. 267-286, 2019.

PIRES, Isabelle Cristina da Silva. *Entre teares e lutas : relações de gênero e questões etárias nas principais fábricas de tecidos do Distrito Federal (1891-1932)*. Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

REIS, João José. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Cia das Letras, 2019, 451p.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. 1ed.São Paulo: Companhia Das Letras, 2018.

SILVA, L. H. O.. *Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-Abolição (1888- 1926)*. 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2016. v. 1. 218p.

SOUZA, Robério S. *Tudo pelo trabalho livre! Trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia 1892-1909)*. Salvador; São Paulo: Ed. Ufba; Fapesp, 2011.

SLENES, Robert Wayne Andrew. “O que Rui Barbosa não queimou. Novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. *ESTUDOS ECONÔMICOS (SÃO PAULO. IMPRESSO)*, São Paulo, v. 13, n.1, p. 117-149, 1983.

TENÓRIO, Guilherme Mendes. *Zé Povo cidadão, humor e política nas páginas de O Malho*. 2009. 116 f. Dissertação de Mestrado em História. – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870 – 1906)*. – Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2013. 308 p.